

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • Ano III • Nº 102 • 20/3 a 2 de abril de 1980. Cr\$ 25,00

EM TEMPO!
Cr\$ 25,00
Após quase um ano de
congelamento de seu
preço, TEM TEMPO
é reajustado em 25%

1º de Abril: Ditadura vai ter indigestão no seu 16º aniversário

Metalúrgicos do ABC decidiram repetir a dose do ano passado:

60 mil metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, reunidos em assembleia no Estádio de Vila Euclides no último domingo, resolveram: se até dia 30 de março suas reivindicações não forem atendidas o ABC voltará a parar.

(Págs. 12 e 13)



A assembleia do dia 16 na Vila Euclides

Veja também nesta edição:

- Como participar dos Encontros do PT? (Pág. 2)
- Colômbia: o que são os guerrilheiros do M-19. (Pág. 21)
- Minas: médico torturador é expulso da Universidade. (Pág. 24)
- Estudantes e professores retomam suas lutas. (Págs. 8 e 16)

Entrevistas exclusivas:

Paulo Francis fala de tudo e de todos. (Págs. 18 e 19)

Paulo Schilling: a ditadura, o imperialismo e Flávia (Pág. 5)

Santos, 16 anos depois do golpe militar:

Portuários voltam à greve



Portuários decidem continuar a greve

(Pág. 11)

Coordenação Nacional define: Como participar dos Encontros



Henos, Lula, Wagner e Kahir, da Coordenação.

Os rumos da democracia interna

Por Flávio Andrade

A reunião da Coordenação Nacional afluente vários problemas, não de todo novos, mas inquietantes no que diz respeito à feição que o partido pouco a pouco vai moldando.

A começar pelos sucessivos adiamentos em sua realização. Inicialmente marcada para o dia 8 último, a Coordenação não pode se reunir por então devido à falta de quorum — havia apenas 3 de seus membros presentes. Ficou então transferida para dia 10 e, novamente, apenas 4 membros comparecendo, ela foi mais uma vez adiada para o dia 14. E ainda assim, somente conseguiu deliberar com a presença de 7 componentes de seu total de 11.

Este problema, de precariedade no funcionamento da direção, no entanto, não é novo no PT.

Cassações?

Mais grave, porque fere a democracia interna do partido, foi uma espécie de cassação de mandatos de 4 representantes de Estado devidamente eleitos para se incorporarem à Coordenação a partir das definições tiradas no Encontro de São Bernardo no ano passado. Eles foram impedidos de votar na reunião: dois do Rio Grande do Sul e que inclusive haviam comparecido às reuniões anteriores, desmarchadas, sendo explicitamente convocados para este agora — um do Rio de Janeiro e outro do Paraná. A maioria dos 7 Coordenadores "históricos" presentes — Lula, Ibrahim, Wagner e Kahir — votou contra o direito de voto dos representantes. Apenas Paulo Skromov e Olívio Dutra se posicionaram a favor. Jáco, a esta altura já havia se retirado da reunião.

As alegações, não convenceram: para alguns, a reunião do último dia 10 em São Paulo, ao votar a manutenção da atual Coordenação de 11 membros havia, implicitamente, revogado a participação no órgão daqueles eleitos anteriormente. Para outros, estes representantes não haviam sido explicitamente convocados para esta reunião e, portanto, não se isto implicasse na perda do direito, caberia a convocação e da responsabilidade dos próprios "históricos".

Biônicos?

Mas as coisas não ficaram aí. Logo em seguida veio a questão dos "convidados" para os Encontros. Trata-se de delegados que a Coordenação julga justo cooptar para participarem nos Encontros Estaduais e Nacional com os mesmos direitos que os delegados eleitos. O precedente na história recente do PT não é muito digno: nada mais nada menos que os senadores biônicos. Pois o argumento da Coordenação é semelhante: pessoas de representação externa ao partido — líderes de massa, entidades, e outras "de expressão política por si mesmas". Pior ainda, os biônicos são 1/3 do Senado, enquanto que o PT fala-se em não ultrapassar 10% dos delegados eleitos, ou seja, 1/10 da base, também.

Ora, as regras do jogo para a participação no PT estão dadas já há muito tempo. Porque então estas pessoas de tamanha representatividade não são capazes de organizar-se dentro do partido e lá, fazer valer sua liderança pelos canais e critérios próprios. No fundo a solução adotada é até mesmo desmerecedora da pretendida representatividade que se diz estas pessoas possuírem. Num partido, a representatividade externa de seus membros vale na medida em que ela é reconhecida através dos canais internos e não como um mandato imperativo. Do contrário, para que o partido? Bastariam os próprios movimentos sociais externos ao partido. Pensar inversamente é não entender o partido enquanto algo à parte que ele necessariamente é.

Por outro lado, se o problema é que os "convidados" não estão dispostos a participar da vida interna do partido mas ainda assim se dispõem a prestigiar o PT com sua adesão, então a solução é outra: eles poderiam, sem nenhum prejuízo para a democracia interna do partido, assinar sua ata de fundação e figurarem como tais. Mas isto não requer que eles participem do Encontro enquanto delegados, no mesmo nível de direitos que aqueles eleitos exatamente para isto.

Esta questão dos "convidados" toca em outra que, na verdade, é o centro do problema, pois entre os convidados estão "todos os portadores de mandato eletivo" — dos vereadores aos senadores. Novamente é o caso de se perguntar: porque estes companheiros não se habilitam a conquistar no interior do partido a representatividade que obtiveram nas urnas? Porque imitar a legislação partidária que, ao configurar partidos claramente parlamentaristas, é quem outorga esta participação por direito nato aos parlamentares nas instâncias do partido?

Se o que se quer é um partido voltado para a militância dos trabalhadores, esta não é de forma alguma uma medida que possa fortalecer a meta proclamada.

O que são os núcleos?

E na mesma direção vai a concepção de núcleo do PT que começa a se tornar majoritária na Coordenação. Núcleos com um limite mínimo — 21 membros — mas sem limite máximo, a partir do qual se desdobrariam em vários outros, porém cada um com vida orgânica própria, não é outra coisa senão o diretório eleitoral de um típico partido burguês. É o que pensar quando a maioria da Coordenação fala, e com a maior naturalidade, de núcleos de cerca de milhares de militantes?

Se o PT quiser ser um canal de expressão e organização política para os trabalhadores ele não pode de forma alguma repetir os mecanismos clássicos dos partidos burgueses. E é este risco que ele corre hoje.

Somente agora, no último dia 14, é que a Coordenação Nacional Provisória do PT definiu, finalmente, os critérios que deverão reger a realização dos Encontros Estaduais e Nacional nas próximas semanas.

Os Encontros Estaduais deverão ocorrer até o prazo limite de 6 de abril e serão organizados pelas Coordenações Estaduais ou, na ausência delas, pela Nacional, através da Secretaria de Organização.

Os núcleos deverão, por sua vez, formalizar-se perante as Coordenações Estaduais até o prazo de uma semana antes da realização do Encontro Estadual respectivo. Esta formalização significa a apresentação das fichas de todos os seus militantes, devidamente preenchidas com os dados necessários, e o relatório contendo informações adicionais como atividades do núcleo, local de reuniões etc. Em anexo a estas informações o núcleo deverá também entregar a ata da reunião que, especificamente convocada para esta fim, elegeu os seus delegados ao Encontro Estadual.

Estes delegados serão na proporção de 1 para cada 21 membros do núcleo. O núcleo, por exemplo, que tiver 42 militantes terá direito a 2 delegados; o que tiver 63, a 3 delegados etc. Mas, assim decidiu a Coordenação, o núcleo somente poderá eleger todos os delegados a que tem direito se contar com uma presença mínima de 50% de seus militantes nesta reunião específica. Caso contrário, elegerá menos delegados. Suponhamos — e este exemplo foi usado na reunião da Coordenação Nacional — um núcleo que tenha 2.100 militantes (sic). Para eleger os 100 delegados a que tem direito pelo critério acima, a reunião que for elegê-los tem que contar com um quorum mínimo de 1.050 militantes, ou seja 50% do total. Caso a reunião só consiga congregar, por exemplo, 525 militantes, o núcleo somente poderá eleger delegados na proporção correspondente ao dobro dos presentes — 1.050 — ou seja, 50 delegados.

Este critério veio a significar que, dentro do limite máximo de 1 delegado para cada 21 militantes, na prática, núcleos muito inchados, e que dificilmente conseguirão reunir a totalidade de seus militantes, estarão elegendo delegados na base de 1 por cada 11 membros efetivos. Por outro lado, esta concepção de militância que esteve referendada nos cálculos e decisões da Coordenação não deixa de trazer consequências sobre o caráter dos núcleos que o PT poderá vir a contar daqui para a frente (ver matéria ao lado).

Assim compostos, na base de 1 delegado para cada 21 militantes, os Encontros Estaduais deverão, além de debater e aprovar programa, estatuto etc, também eleger a direção provisória do PT no Estado e os delegados estaduais para o Encontro Nacional que se realizará dia 12 e 13 de abril em São Paulo. As direções provisórias, contendo entre 7 e 11 membros — conforme exige a lei — serão posteriormente ratificadas formalmente pela futura Comissão Diretora

Nacional Provisória — a ser eleita no Encontro Nacional — como Comissões Diretoras Regionais Provisórias. Inverte-se, assim, a lei que diz que para a organização do partido a Comissão Nacional é quem designará as Comissões Provisórias.

A participação dos Estados no Encontro Nacional foi redefinida pela Coordenação Nacional — para atender à participação proporcional — como sendo de 1 delegado para cada 3 presentes nos Encontros Estaduais. Assim, uma região que tenha 60 núcleos de 21 militantes e que fará portanto seu Encontro respectivo com 60 delegados pelo menos — pois há ainda os "convidados" — terá direito a eleger, além de sua Comissão Diretora Regional Provisória, 20 delegados para o Encontro Nacional.

A Coordenação Nacional definiu também que, necessariamente, as Comissões Diretoras Regionais Provisórias de entre 7 a 11 membros a serem eleitas pelos Encontros Regionais, deverão estar entre os delegados a que a região tem direito para sua representação no Encontro Nacional. Assim, no caso do exemplo acima, se a região eleger uma Comissão Regional de 11 membros, dos 20 delegados ao Nacional a que tem direito, ela deverá eleger em separado apenas 9, uma vez que os demais 11 são a própria Comissão recém eleita.

No caso do Estado, pelos critérios acima, não conseguir reunir em seu Encontro condições de — em função de número de militantes e, por decorrência, de delegados presentes no Encontro Estadual — ter direito a sequer 7 a 11 delegados para o Nacional, ele deverá eleger a Comissão Diretora Regional Provisória e, em seguida, votar quais membros dentre a Comissão, serão os delegados ao Encontro Nacional, respeitando o número limite a que tem direito.

Os Estados tem até o dia 8 de abril próximo para fazer chegar à Secretaria de Organização em São Paulo, as atas de seus Encontros com as deliberações e os nomes dos delegados que serão, com antecedência, já credenciados para o Nacional.

Finalmente a Coordenação Nacional resolveu também que tanto nos Encontros Estaduais como no Nacional os militantes do PT portadores de mandato eletivo — prefeitos, vereadores, deputados e senadores — são membros natos com iguais direitos de voz e voto que os demais delegados eleitos. Igualmente resolveu que para os Encontros Estaduais, os membros das atuais Coordenações Estaduais participam em igualdade de condições com os delegados eleitos, e para o Encontro Nacional, o mesmo com relação a ela própria.

Manteve-se também tanto para os Estaduais como para o Nacional a figura do convidado, participando em igualdade de condições com os demais delegados. E o convite a eles, será feito pelas respectivas Coordenações: os convites para os Encontros Estaduais serão feitos pelas Coordenações dos Estados e, para o Nacional, pela Coordenação Nacional.

Mudança de endereço:

Desde o começo da semana EM TEMPO está instalado numa nova sede em São Paulo: Rua Francisco Leitão, nº 57 — Pinheiros
São Paulo — SP — CEP: 05414

Como combinar núcleos e diretórios

A legislação partidária foi feita para impedir a participação dos explorados na vida política do país. Isto é o óbvio. Mas da mesma forma que o PT vem brotando pelo país todo a contragosto das classes dominantes, é possível criar na própria lei as brechas para a um partido que escape das manobras das cúpulas

.. Por Sandra Starling



Como os trabalhadores podem romper a legislação da ditadura?

O PT e o parlamento

Quem são os «amigos do Povo»?

O Partido dos Trabalhadores é uma proposta política fundamentalmente extra-parlamentar. Mas abandonar a atuação parlamentar aos partidos burgueses pode ter um resultado contrário: deixar campo livre para que as massas continuem sendo enganadas com as ilusões parlamentaristas.

Por João Antonio de Paula

A questão da legalização do PT segundo a legislação partidária vigente foi tomada durante um certo momento como o divisor de águas entre duas concepções de PT: uma mais "parlamentarista" que enxergaria a atuação parlamentar como central, e uma outra que proporia como prioritária a atuação extra-parlamentar do partido, e portanto secundarizaria a questão da legalização. O objetivo desse artigo é discutir a inconsistência dessa polarização tentando mostrar a compatibilização, a complementariedade entre o objetivo legalização do PT e a construção de um PT de massas, combativo ao lado das lutas cotidianas dos trabalhadores.

Para começar é importante destacar que essa polémica ganhou uma dimensão exagerada pela sistemática campanha da imprensa para dividir o movimento pró-PT, buscando isolar as esquerdas, achincalhando-as com denúncias policiais, ao mesmo tempo que insinuava às lideranças sindicais, aos parlamentares do PT que o grande perigo para o PT, e para eles próprios era a presença dos "radicais" no interior do partido. Recomendavam então o expurgo dos radicais para que o PT se viabilizasse e tivesse até mesmo a simpatia da grande imprensa. No centro dessa campanha... estava na verdade o interesse real de arrebentar com a unidade do PT, rachá-lo, destruí-lo, e se isso não fosse possível a sua esterilização, o esmagamento de todas as suas virtualidades como partido de combate das massas assalariadas.

Desse modo tomar a polémica legalização ou não legalização nos termos em que ela tem se dado é jogar água no moinho dos sabotadores do PT. É fundamental que definitivamente se assumam a necessária e oportuna combina-

ção entre o objetivo legalização e a construção do PT.

Uma primeira e fundamental razão para se buscar a legalização do PT e dar-lhe atuação parlamentar é o fato de que as amplas massas ainda veem no parlamento veículo do atendimento de seus interesses. As massas trabalhadoras não estão imunes à dominação ideológica da burguesia, a todo o imenso aparato que os trabalhadores exercitem a experiência parlamentar, que descubram no dia a dia de suas lutas, as limitações e bloqueios do parlamento. Negar se, a priori, a participar do jogo parlamentar é não levar as massas a superarem na prática a ilusão parlamentarista, é deixar ainda, como possibilidade, a utilização do parlamento como exercício da solução dos interesses dos trabalhadores.

Mas não só pelo que tem de negação é importante a atuação parlamentar do PT. A representação parlamentar do PT estabelecerá desde logo a necessidade dos núcleos do partido de se organizarem para dirigir a atuação dos seus parlamentares. Mais ainda, a participação parlamentar do PT exigindo que os núcleos do PT sejam de fato manifestações de embriões de organismos de poder dos trabalhadores, na medida em que tais núcleos dirigem a atuação parlamentar organizada de forma independente.

Ou seja, a atuação parlamentar estimula enormemente a organização independente dos trabalhadores ao mesmo tempo que desmonta a ideologia liberal burguesa, a ilusão parlamentarista, demonstrando na prática a necessidade de uma nova forma de organização da sociedade em que de fato os trabalhadores exercitem o seu poder.

Um aspecto fundamental da legalização do PT é o que tal pro-

cesso nos obriga em termos de ampliação nacional do movimento. A exigência da lei, a necessidade de construção de diretórios municipais pelo interior do país, coloca para o PT a urgência em sua ampliação, a busca de contatos, a formação de núcleos e diretórios tornando o PT de fato, um partido dos trabalhadores do campo e da cidade. As dificuldades que são óbvias para o cumprimento da exigência legal não devem obscurecer o fato fundamental da necessidade da interiorização do partido.

No caso específico das massas trabalhadoras do interior, a necessidade da legalização do PT de sua atuação parlamentar é ainda mais saliente na medida em que elas estão profundamente marcada pela política coronelística, pela política como comércio de favores. Nesse caso, aquela papel desmistificador, educativo que o exercício da atuação parlamentar tem para o PT é decisivo para a colocação da alternativa socialista de poder.

A atuação prioritária do PT é extra-parlamentar, é engajada nas lutas cotidianas da população explorada. Mas, é fundamental que tais lutas passem pelo parlamento, sejam debatidas lá, obrigando o desmascaramento do governo e da burguesia, para que as massas descubram ao mesmo tempo quem são os "amigos do Povo" e como lutam contra os interesses dos trabalhadores, descubram as limitações do parlamento, seu papel diversionista, de palco da burguesia.

Por outro lado, a atuação parlamentar pode ser um instrumento eficiente na propagação, na difusão das lutas dos trabalhadores.

Muita tinta já foi gasta na tarefa, necessária, de mostrar as restrições da nova lei sobre partidos políticos. Tanto a lei quanto as instruções elaboradas pelo Tribunal Superior Eleitoral apenas vieram confirmar aquilo que não precisava ser bido pra adivinhar: que a "abertura" do regime só é abertura para quem concorda com ele e que pesadas restrições tratariam de evitar a participação da maioria do povo.

Passado, porém, esse primeiro momento de denúncia, a menos que se queira colaborar com o objetivo deles (o de impedir que a gente se organize também), já é hora de arregaçar as mangas para uma segunda leitura da legislação, desta vez buscando as brechas para legalizar o Partido dos Trabalhadores com as características que o diferenciam das outras siglas que pululam por aí.

A esta altura dos acontecimentos, continuar insistindo no caráter restritivo da lei surte o efeito de paralisar a iniciativa de fundação do PT sob duplo aspecto: 1.º) o de fazer pensar que não há nenhum jeito de conciliar a estrutura legal dos órgãos partidários (Diretórios, etc.), com a estrutura de núcleos com os quais se vai formando o movimento pró-PT por este Brasil a fora; 2.º) uma certa frouxidão (por que não falar até em desânimo?) nos Estados em que será maior a dificuldade para montar diretórios em 1/5 de seus municípios (como Minas Gerais, por exemplo, com suas 700 e tantas circunscrições eleitorais).

Sob esses dois ângulos — como conciliar os núcleos com os Diretórios e o que fazer nos Estados mais difíceis — vamos ver que brechas a lei e as instruções contêm:

A questão dos núcleos

A nova lei, é claro, não contempla especialmente nenhuma forma pronta e acabada de participação das bases na vida dos partidos. Também pudera: partido político tradicional só quer saber de seus filiados na hora das eleições. Tanto que o povo está cansado das promessas de véspera das eleições e do abandono em que se vê durante o resto do tempo (haja visto a atuação da maioria do MDB durante as greves do ano passado. Quais parlamentares estiveram ali, firmes, em defesa do direito de greve das massas trabalhadoras? Isso pra dar apenas um exemplo).

Mas a lei prevê, no capítulo sobre as Disposições Gerais, várias atividades através das quais um partido se mantém permanentemente em função. Além disso, nas normas sobre os órgãos de direção partidária vem explicado o que tais órgãos fazem, mas não há previsão sobre COMO fazem isso. O que não se pode fazer é limitar a competência dos Diretórios (isto é, por exemplo, por no Estatuto que o Diretório Nacional não é órgão que decide sobre os planos de ação política do partido), mas se pode estabelecer, perfeitamente, que as bases opinarão sobre o conteúdo da decisão desses órgãos.

Uma sugestão (combinando as Disposições Gerais com a competência dos

Diretórios) seria o nosso Estatuto criar o Instituto de Doutrinação e Educação Política (inciso V do art. 169 das Instruções do TSE), formado por núcleos de 21 membros, etc. etc., o qual, para cumprir sua função prevista em lei (a de "formar, renovar e aperfeiçoar quadros e lideranças partidárias") seria ouvido pelos Diretórios, quando estes fossem deliberar sobre as questões principais (discriminadas no Estatuto) de atuação do partido. Com isso, matariamos dois coelhos de uma só cajadada; estaríamos fielmente cumprindo a lei, que manda os partidos cuidarem da formação de seus militantes, e estaríamos garantindo que dentro do PT nenhum dirigente se arvora em supor a vontade das bases diante de situações concretas, durante os 2 anos de seu mandato.

Como se vê, mesmo cumprindo a nova lei é possível estruturar um partido de forma mais democrática. E é bom chamar a atenção para uma coisa: essa proposta aí é apenas uma das possíveis formas que a imaginação e o estudo da lei podem sugerir. Se a gente se aplicar nisso, formas, talvez mais aperfeiçoadas, poderão surgir.

A questão dos estados mais difíceis

É verdade que a nova lei exige que em qualquer Estado, a qualquer tempo, só se pode vir a ter Diretório Regional se se fizer Diretórios em pelo menos 1/5 de seus Municípios. Mas como a nova lei também prevê a realização de Convenções Extraordinárias onde na primeira rodada não der pé (as Extraordinárias se realizam, nos Municípios, 60 dias após preencher o número mínimo de filiados), o negócio é o PT se propor fundar as regionais em todos os Estados, ou no maior número possível (isto é onde já existe algum trabalho) e mandar brasa, tanto mais firmemente quanto mais difíceis forem as condições de fundação naquele Estado. Começar aqui e agora. Já — deve ser nossa palavra de ordem.

E mais uma dica: antes de tudo, é preciso mapear cada Estado para termos uma visão segura de onde começar a enraizar o PT. O ponto de partida são os mapas eleitorais das últimas eleições municipais, para ver onde o MDB foi mais forte. (Os Tribunais Regionais têm esses mapas e até a ARENA andou publicando livros sobre cada um dos Estados contendo seus resultados nas eleições de 1976. Basta procurar nas sedes do ex-partido). Todo mundo está careca de saber que o voto no MDB nos últimos anos foi um voto plebiscitário, ou seja, menos um voto no MDB e mais um "Não" ao governo. Tais bases eleitorais, portanto, não constituem de modo algum parte do espólio que o PMDB deva necessariamente herdar do MDB. Vamos mapear tais locais e levar ao eleitorado nossa proposta de PT. A esse levantamento se deve combinar outros critérios óbvios: certa tradição de luta oposicionista e concentração operária. Além do critério que a própria lei criou: procurar os municípios com poucos eleitores (até 1.000), onde com apenas 2% desses eleitores já se pode fundar um Diretório.

opinião

O Partido e a universidade

Sidônio Paes(*)

A posição da diretoria da UEE-MG é de apoiar as alternativas partidárias que se colocam na luta contra o regime ditatorial. Exatamente pela UEE ser uma entidade que responde pelo conjunto dos estudantes, independentemente dos partidos que eles apoiem, a nosso ver, uma definição por um destes partidos, da parte da entidade, traria uma divisão profunda.

Estivemos, como diretoria, na reunião do PMDB e estaremos na do PT.

Pessoalmente apoio o PT. Aqui na UFMG nós — estudantes que apoiamos o PT — já tiramos uma Coordenação Estudantil Provisória que vai organizar um Encontro metropolitano de Estudantes Pró-PT, que precederá o Encontro Estadual do PT na região.

A tarefa principal das oposições que buscam uma alternativa popular à ditadura é a de lutar contra o processo de transição da ditadura, cujo objetivo é o de buscar uma dominação mais estável, um fortalecimento das instituições burguesas, dando assim uma aparência de governo democrático.

Acreditamos que o PT é o partido que se encontra em melhores condições para desenvolver a luta contra esse projeto de transição.

Achamos entretanto que no PT não se encontra o conjunto das oposições populares. Defendemos assim uma política de aliança junto a outros partidos em torno a lutas contra a ditadura.

A relação que queremos manter com o PT, enquanto indivíduos e estudantes, é de uma forma direta: criar núcleos, na universidade, escolas secundárias (já que a partir de 16 anos pode-se filiar em um partido) e nesses núcleos discutirem o programa geral e a democracia interna no PT, como ele se ligará à luta pelo ensaio público e gratuito etc.

(*) Sidônio Paes é Coordenador geral da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais — UEE/MG.

Minas

A situação no interior

Na pequena cidade de Palma, situada nas proximidades de Juiz de Fora, brota a idéia do Partido dos Trabalhadores. A cidade sempre viveu dividida por duas oligarquias, como tantas outras cidades mineiras, a exemplo das famílias Andradas e Bias Fortes, em Barbacena. Antes estava dividida em Arena I e II, agora com a reforma partidária em PDS I e II. Mas surge em Palma o PT enquanto alternativa para os trabalhadores rurais e pequenos produtores de leite: surge entre eles a possibilidade de se fazer política com as próprias mãos. No último domingo, cerca de 200 pessoas se encontraram para elaborar um plano de ação do PT na cidade.

O certo é que o PT ganha corpo no interior, dando mostras de como poderá ser sua futura atuação no estado.

Nos dias 29 e 30 se dará em Belo Horizonte, o Encontro Estadual do PT, preparatório para o seu Encontro Nacional, em abril. Dentro desta perspectiva, os militantes, os núcleos e a Coordenação do Estado estão jorgando, neste mês, todos os esforços. Assim, formou-se uma comissão vinculada à Coordenação, visando subsidiar todos os núcleos, articulações, contatos na preparação do Encontro. Seu primeiro passo foi dividir Minas em regiões, e pessoas para acompanhar os trabalhos. Já houve, por exemplo, em Belo Horizonte, duas reuniões dos núcleos do interior e delas participaram em média 15 cidades.

Minas, por ser um Estado imenso e portador de inúmeras diferenças regionais, o crescimento do movimento pró-PT se dá de formas também desigual. No sul e triângulo e idéia do PT se espalha de forma mais tímida. A situação na Zona da Mata, Norte e Noroeste já é bem outra, mais explosiva. No Encontro das Oposições Populares do Nordeste (região de Teófilo Otoni) realizado em fevereiro, dos 600 participantes, em geral pessoas ligadas às pastorais da Igreja, a maioria optou pelo PT. Em Nanuque, divisa com a Bahia, houve um comício com mais de 500 pessoas.

Mas ao mesmo tempo que é nítido este crescimento, fica também claro que é preciso avançar na estrutura do movimento, proporcionar que todos estes núcleos estejam sincronizados e o Encontro pode ser um significativo momento para romper com a dispersão. Na Zona da Mata, talvez seja onde o PT esteja caminhando mais organizado. Por exemplo, nos dias 20 e 21 em Juiz de Fora, na quadra da Escola de Samba «Unidos nos Passos», haverá um encontro preparatório da região, sendo que o mesmo não foi possível em outras regiões.

Setor feminino se organiza

Em Belo Horizonte, mulheres do Partido dos Trabalhadores organizam um setor feminino. Aqui, sua proposta básica.

O Setor feminino nasceu como um núcleo de mulheres que pretendia agregar as mulheres interessadas na discussão dos seus problemas específicos. Hoje, essa idéia evoluiu para a de um setor, formado por mulheres e homens engajados nos núcleos de base, que atuaria junto a todos os companheiros e companheiras do PT. Dessa maneira, o grande número de interessados pode participar do Setor como uma das suas áreas de atividade, levada no seu local de trabalho ou no seu bairro. A organização em setor tem como objetivo dar uma direção ao trabalho voltado para as mulheres, estando presente nas organizações e lutas específicas e mantendo sempre a discussão dentro do PT sobre o programa e as lutas femininas.

Muitas pessoas têm levantado preocupações sobre a existência de um setor específico voltado para as lutas das mulheres. Não seria uma maneira de dividir o movimento? Achamos que não. O que vemos é que as mulheres têm uma dificuldade maior em participar politicamente, em se organizar. Porque têm seu tempo restringido pelo jornada de trabalho dupla, porque sofrem o peso de uma educação para serem passivas e dóceis, porque, quando não trabalham fora são pessoas extremamente solitárias e até mesmo pelos preconceitos de muitos maridos e pais, que «não deixam».

Porisso tudo, é preciso um trabalho especialmente voltado para as mulheres, para que elas venham a participar massivamente do PT.

Sabemos que esse não é um trabalho «explosivo»: é um trabalho de construção, lento, e a longo prazo e porisso mesmo fundamental para que as mulheres possam participar ombro-a-ombro com os homens na construção de uma nova sociedade. E para que homens e mulheres encarem de frente a luta pela libertação das mulheres, a transformação da família, das relações entre os sexos, etc.



A cantilina elaborada pelo setor

Nosso trabalho ainda está começando. Temos sentido o enorme interesse que há em torno da questão e uma grande vontade de participar. No entanto, partimos de uma situação de quase inexistência de organizações de mulheres em BH (como Clubes de Mães, etc) e com nenhuma experiência de trabalho partidário em torno das questões das mulheres desenvolvido no Brasil. Estamos tentando criar, experimentando.

Temos procurado atuar nos bairros, dentro dos movimentos por creches, associações de bairro, etc e nas categorias onde o número de mulheres é significativo, como enfermeiras, professoras, tecelãs, etc. No momento, enfrentamos o desafio de criar uma estrutura capaz de fazer a ligação destas frentes com o Setor, sem afastar cada um de seu trabalho de base, seu local de trabalho, seu bairro, etc.

Estamos levantando também, a idéia de organizar junto com todas as entidades e partidos interessados, o I Congresso Da Mulher Mineira, ainda este semestre. Isto porque entendemos a nossa atuação dentro do PT como uma forma de contribuir para a organização unitária das mulheres.

Por outro lado, entendemos o nosso trabalho no Setor como parte dos trabalhos do Movimento pró-PT. Assim, definida a Campanha contra a Carestia como trabalho a ser levado pelo movimento, procuramos concretizar as bandeiras gerais levantadas em lutas diretamente ligadas às mulheres, em especial às donas-de-casa: o problema da alimentação (congelamento e controle de preços de alimentos, denúncia de projetos como o PRODECOM, etc.) e o problema do ensino público e gratuito (taxas de matrícula e merenda, etc).

O programa

Procurando discutir o programa proposto para o PT, ficou evidente para nós a falta das questões da mulher, do menor, das minorias (pouco desenvolvida) e da cultura.

No sentido de contribuir para preencher esses vazios, dentro da nossa área de atuação, discutimos um programa mínimo que levante pelo menos aquelas bandeiras já consagradas pelas lutas das mulheres em todo o país. Quanto às questões polêmicas (como o aborto, por exemplo) nós propomos a contribuir para sua discussão em todo o Movimento pró-PT, para que assim seja definido um programa completo e detalhado para as mulheres.

Pela importância que tem hoje atacar estas questões, propomos que os itens que levantamos sejam incluídos num parágrafo especial do programa, intitulado «A Mulher», expressando assim, o nível de desenvolvimento e organização já alcançado. Outros parágrafos poderiam ser incluídos na medida em que os negros, os jovens, os setores culturais, etc., desenvolvam seus programas de luta.

Proposta de programa inicial para o PT na questão feminina

- Pela equiparação salarial de homens, mulheres e crianças.
- Garantia de emprego para as mulheres casadas e gestantes.
- Contra a dupla jornada de trabalho. Pela criação de creches, restaurantes e lavanderias coletivas e gratuitas, próximas aos locais de trabalho e moradia.
- Pelo fim da educação repressiva e diferenciada entre os sexos.
- Todo apoio às organizações independentes do mulheres, em luta pela unidade de todos os trabalhadores.

Bahia
Além da capital

No interior baiano o PT vai de vento em popa. A Coordenação Estadual acredita que, tranquilamente se conseguirá organizar o partido em 1/5 dos 370 municípios do Estado. Em Feira de Santana, Juazeiro, Cruz das Almas, Jacobina e Jequié o partido já está enraizado, atuando desde aí como polo irradiador para outros lados.

Recentemente houve um encontro em Guaratinga, no extremo sul do Estado numa concentração que reuniu cerca de 2.000 pessoas. Entre elas, o ex-presos político Pinheiro Salles.

Em Santo Antonio de Jesus, na região do recôncavo baiano houve também uma concentração, ainda que menor. As dificuldades encontradas são várias. Desde a falta de informações e material até a repressão velada que se manifesta na recusa em ceder os locais para reuniões. Esta, por exemplo, teve finalmente que se realizar em uma bodega da cidade. Mas, como disse um dos participantes: «Partido dos Trabalhadores é assim mesmo. O contrário é que seria de se preocupar».

Rio Grande do Sul
Encontro bancário

A ofensiva contra o PT já não se dá apenas ao nível da imprensa, passando agora para a investida contra seus militantes e núcleos em organização. Pois em Novo Hamburgo, cidade industrial da grande Porto Alegre, o prefeito Eugênio Ritzel, que pertence a Coordenação Estadual Provisória do PMDB, está comprando uma briga com Nelson Gautério de Sá, da Direção Nacional do PT.

O ilustre prefeito já por várias vezes recusou-se a receber comissões de moradores das quais participava Nelson, que representa o Centro de Associações de N.H. chegando inclusive a ameaçar os moradores que reivindicavam melhorias para seus bairros a chamar a polícia caso o líder comunitário não se retirasse.

Mas a última do prefeito foi de conchavar alguns membros do Conselho Deliberativo da Associação dos Bairros Guarani e Operário, que propuseram a demissão de Nelson da diretoria. Mas os argumentos, do tipo «fazer política dentro da Associação» e de que a incompatibilidade de Nelson com a prefeitura «desviaria a Associação de seus legítimos fins», não foram suficientes para convencer todos os representantes do Conselho Deliberativo, que na sua grande maioria votaram contra a proposta da prefeitura.

Mas não é só contra Nelson de Sá que a prefeitura emedebista vem investindo. A partir de um documento do PT publicado na imprensa e assinado por 12 pessoas, o prefeito organizou uma Lista Negra declarando que não receberá qualquer ofício ou comissão integrada pelos líderes comunitários que assinaram o documento do PT.

Prefeito ataca militantes

Cerca de 70 bancários atenderam a convocação do núcleo pró-PT da categoria, participando do I Encontro Bancário Pró-PT em Porto Alegre. Realizado no Plenarinho da Assembléia Legislativa, a reunião contou com a presença de Olívio Dutra, membro da Coordenação Nacional Provisória do PT.

O I Encontro objetivava, principalmente, aprofundar a discussão sobre os seguintes pontos: caráter do PT, a relação do PT com o sindicato, debater um regimento de funcionamento do núcleo e eleger os delegados bancários para o dia 30 de março.

No debate do primeiro ponto, por consenso, os presentes consideraram o PT como: a) um partido de massas, amplo e aberto à participação de todos os explorados; b) a primeira proposta partidária que, partindo dos próprios trabalhadores, vai viabilizar sua efetiva participação política; c) um instrumento político que conduza a um governo dos trabalhadores; d) um partido dos trabalhadores, por eles construído, e não um partido para os trabalhadores; e) o partido não deve se constituir numa federação de tendências e assim uma escola política da classe trabalhadora.

Além da eleição os representantes do núcleo, seus membros aprovaram também a manutenção da luta pela reconquista do Sindicato, sob intervenção desde a última greve e com a diretoria suspensa.

PAULO SCHILLING

Paulo Schilling, «o pai da Flávia», após voltar ao Brasil e analisar detidamente a conjuntura política, optou por dedicar sua experiência e capacidade de trabalho à construção do Partido dos Trabalhadores.

Por Carlos Tibúrcio e Rezende Valadares Neto

Paulo Schilling impressiona porque, antes de tudo, é uma pessoa de coração grande, boa-gente, como se diz. Com 36 anos de militância política e quase 16 de exílio — tendo jogado um papel importante no período anterior ao golpe de 64, inclusive como secretário-geral da Frente de Mobilização Popular (integrada pela CGT, UNE, UBES, PCB, organizações de camponeses etc) — Paulo Schilling é conhecido hoje no Brasil menos como político, escritor e jornalista de renome internacional e muito mais com o “pai de Flávia”. E isto somente lhe envaidece: “Dos poucos títulos que poderia reivindicar, este efetivamente é o que mais me orgulha”.

Transmitindo sempre sabedoria, coragem e uma grande vontade de transformar a miséria material e espiritual que reina entre nós em condições de vida sadias, que tragam felicidade para todos os trabalhadores, Paulo Schilling fala aqui sobre o momento político que estamos vivendo, a política da Comissão Trilateral (a poderosa Internacional do Capitalismo) e a iminente libertação de Flávia.

Eis o resumo de suas declarações.

Ditadura não amansou o povão

“O momento político que vivemos no Brasil ainda nos desperta sentimentos contraditórios. De um lado, uma euforia muito grande ao constatar que 15 anos de ditadura não foram suficientes para amansar o povão. Nos últimos anos, ele soube aproveitar qualquer brecha no esquema repressivo para avançar pelos caminhos da redemocratização. De outro lado, uma grande preocupação, um certo medo mesmo, porque é evidente que o avanço conseguido é ainda muito precário, instável, o que em tese oferece o perigo de que, a qualquer momento, possamos viver um novo fechamento.

A atual abertura brasileira originou-se na mudança da conjuntura internacional durante os anos 70. A absurda divisão do mundo socialista — especialmente a decomposição do regime chinês e o fracasso praticamente total das tentativas revolucionárias na América Latina — afinal de contas, considerando-se a situação ainda precária vivida pela Nicarágua, o que se pode afirmar é que Cuba ainda é, vinte anos após a revolução, o único «território livre» da América — fizeram com que o imperialismo baixasse a guarda, desativando parcialmente o seu aparelho repressivo. O fantasma do comunismo, que serviu de pretexto para a instalação de regimes militares em tantos países do subcontinente, já não assustava ninguém. Vimos então os próprios Estados Unidos incentivando aberturas políticas em nossos países, tratando de convencer os militares a voltar aos quartéis. Isto ficou evidente já no final do governo Médici, início do governo Geisel. A própria «tecnologia da abertura» foi fornecida pelos Estados Unidos. Basta lembrar a atuação do professor Samuel Huntington, da Universidade de Harvard, autor da teoria da «decomposição gradual», que andou por aqui vendendo o seu peixe. A idéia era a de transformar lenta e gradualmente uma ditadura militar em um regime relativamente democrático, sem sobressaltos, sem pôr em risco os interesses das classes dominantes e os privilégios concedidos às transnacionais. A essas inclusive interessa a redemocratização, na medida em que

lhes permita legalizar a ocupação econômica do país, já obtida através de concessões feitas pelas ditaduras, o que, consequentemente a torna impugável.

No governo Geisel, a política de Huntington foi visivelmente aplicada por meio de medidas de «abre» e «fecha». Agora, com a lei partidária, Golbery — este êmulo nativo de Maquiavel, de Metternich e de Fouché —, dividindo e desmoralizando a oposição, conseguiu inequivocadamente consolidar a situação. Claro, que isso só foi possível com a ajuda de algumas lideranças oposicionistas, com Tancredo Neves Brizola e outros, que fizeram o jogo do governo nesse episódio, conscientes ou não, combinados ou não com o Palácio do Planalto.

Neste quadro, as propostas do PTB e do PMDB mostram-se insuficientes. O PTB procura reeditar o populismo policlassista, que já estava totalmente superado antes do golpe, agravado agora pelos compromissos com a social-democracia européia. O PMDB, como sucedâneo do MDB, conserva parte das características positivas e negativas daquele partido, conjunto esse que acaba por inviabilizá-lo para comandar a próxima etapa. Isso devido à sua heterogeneidade, falta de definição ideológica e estrutura orgânica voltada basicamente para eleições. Não se trata, portanto, de um partido para militância. Acho mesmo que o PMDB está destinado ao desaparecimento enquanto alternativa popular.

Já o Partido dos Trabalhadores surge com condições de aspirar sua transformação num autêntico representante da classe trabalhadora, dos camponeses, das classes médias não corrompidas pelo consumismo e dos intelectuais que abandonaram efetivamente suas torres de marfim e assumiram posição ao lado do povo. Isso desde que se organize efetivamente como um partido e não como frente, que consiga estabelecer uma direção autêntica, sem caudilhismo, com ampla predominância de representantes operários. E é precisamente este caminho que o Partido dos Trabalhadores vem percorrendo, surgindo de fato de baixo para cima».

Flávia será libertada logo

Estamos confiantes na imediata libertação de Flávia. Das três possibilidades agora estabelecidas — daqui a dois meses, quando completaria 3/4 de pena, o que corresponde à nova lei; daqui a três semanas, quando os trâmites jurídicos já terão transcorrido; ou na próxima semana — acreditamos que a primeira é a menos provável e que uma das duas últimas é que deverá prevalecer.

Não há dúvida que Flávia será libertada em razão dessa maravilhosa campanha feita pelo povo brasileiro, que confirmou mais uma vez sua generosidade, seu espírito de solidariedade, e também dos esforços de entidades como o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), o Movimento Feminino pela Anistia (MFA) e tantos outros. Também e especialmente à atuação da imprensa do país — particularmente esta imprensa nova, a alternativa —, que em nenhum momento deixou de fazer campanha pela libertação de Flávia. Tudo isso acabou por sensibilizar o governo brasileiro. Tanto o ministro das Relações Exteriores anterior, Azeredo da Silveira, como o atual, Saraiva Guerreiro, fizeram gestões junto ao governo uruguaio para libertar nossa filha. Atualmente, também graças à total dedicação e à enorme capacidade de trabalho da equipe de advogados paulistas liderada por Gerson Mendonça e Ivo Galli, tudo indica que Flávia muito em breve estará novamente conosco.”

(mais Flávia na pg. 24)



A Internacional das multinacionais

A Comissão Trilateral — a TRI — é a Internacional Capitalista. Formada pelas empresas multinacionais dos Estados Unidos, Europa e Japão, a TRI constituiu-se na mais formidável concentração de poder da história. De poder econômico, que se traduz em poder político, militar, etc. O governo Carter, por exemplo, é um governo da TRI.

O ideário da TRI parte das críticas marxistas à irracionalidade da produção capitalista. A questão, por exemplo, da produção simultânea dos mesmos artigos em vários países, muitas vezes de forma antieconômica. Dai os capos da TRI acabaram por buscar uma internacionalização “racional” da economia. Na América Latina, os resultados mais visíveis desta política estão no Chile, onde Pinochet aplica sem nenhuma consideração de caráter social ou nacional. As tarifas alfandegárias foram praticamente eliminadas: da média de 100 ad valorem baixaram para 14%. Consequências: a metade da indústria chilena já fechou — apesar, portanto, de um milhão de chilenos viverem atualmente no exterior, o índice de desemprego alcança não menos de 27% da força de trabalho do país. O Chile está condenado a especializar-se em minérios, segundo a determinação dos tecnocratas da TRI. As inversões estrangeiras feitas no país entre 1977/1978 — cerca de 2,5 bilhões de dólares — confirmam esta decisão: 98% das mesmas foram aplicadas no setor de minérios.

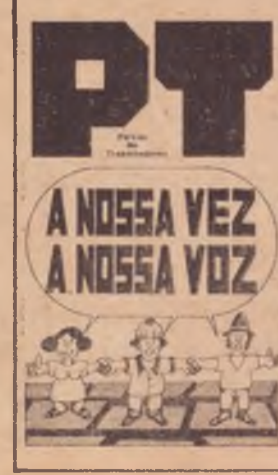
Na Argentina, o plano está sendo aplicado aceleradamente pelo ministro da Economia, Martinez de Hoz, um homem da cúpula da Trilateral. A idéia é a de transformar a Argentina, quase que exclusivamente, num produtor de grãos — cereais e leguminosas, como a soja — carne e peixe, aproveitando a fabulosa riqueza da

pampa húmida e do seu piscoso litoral. Atualmente, com a redução pela metade das tarifas alfandegárias, o mercado argentino já está inundado de artigos estrangeiros. Se continuar a baixa dos direitos tarifários e a atual política cambial, com o dólar subindo menos que a metade do índice de inflação interna, dentro de cinco anos a Argentina já não terá praticamente nenhuma grande indústria. Terá voltado à situação de “país granja”, vigente no início do século, quando era o “Sexto Domínio” da Inglaterra.

No caso do Brasil a situação já é diferente. Em primeiro lugar, porque o país já atingiu o que os economistas chamam de “economia de escala”. E o caso da indústria automobilística, que fabrica mais de um milhão de veículos ao ano (enquanto sua congênera na Argentina, depois de ter superado a barreira dos 300 mil, está reduzida hoje a menos de 200 mil). Em segundo lugar, as multinacionais estabelecidas aqui são as grandes beneficiárias da exportação altamente subsidiada de manufaturados. Em terceiro lugar, é evidente que a política da TRI para o Brasil vai depender dos resultados das experiências que estão sendo feitas principalmente no Chile e na Argentina.

O perigo é que, numa segunda etapa, a indústria instalada no Brasil também seja considerada antieconômica pelos capos da Trilateral. Recentemente, Cláudio Bardella revelava esse temor, dizendo que se o sistema tarifário fosse um dia aberto, no dia seguinte o Brasil fecharia, pois o país seria inundado por mercadorias produzidas no Japão ou nas feitorias industriais das transnacionais — Hong-Cong, Formosa, Coreia do Sul, etc — por um preço que corresponde à metade ou até a um terço dos vigentes no país.”

Textos de propaganda



A Coordenação Regional do PT em Minas já produziu diversos textos de propaganda para o partido e os coloca à disposição de quem se interessar. São cartilhas de tamanho meio ofício, impressas em off-set e que estão sendo vendidas ao preço de Cr\$ 10,00 cada exemplar. São eles:

— “Documentos básicos do PT” (da Carta de Princípios de 1º de Maio de 1979 até o Manifesto recentemente aprovado)

— “PT, a nossa vez, nossa voz”. (Cartilha ilustrada)

— “Pontos para a elaboração do Programa” (Divulgados no dia 10 de fevereiro em São Paulo)

Os documentos podem ser pedidos diretamente — PT/MG, Rua Bernardo Guimarães, 1.884, Belo Horizonte, fone: 337-08-03. Também encontram-se à venda na sede do PT em São Paulo, bem como na sede do jornal EM TEMPO.

Brasil — 1980: 40 milhões de expulsos

Migrações: tema da Campanha da Fraternidade escolhido pela CNBB para 1980. Mas, ao contrário do que pode ser sugerido pela palavra, os 40 milhões de brasileiros migrantes — segundo os dados oficiais — não migram por vontade própria. Na verdade são milhões de brasileiros miseráveis expulsos de seus locais de origem pela exploração dos poderosos.

A migração não é um fato recente no país. Ao longo das últimas décadas, grandes levas de brasileiros pressionados pela força de fatores econômicos cortaram o chão do Brasil em busca de uma vida melhor. Foi assim com o movimento para o norte gerado pelo ciclo da borracha; os nordestinos vieram para o sul acossados pela seca e pelo latifúndio; a ocupação do centro-oeste foi dinamizada pela construção de Brasília; é o caso também das recentes procissões de desesperada busca pela terra, primeiro no Paraná, depois no centro-oeste e na Amazônia; e é a contínua e ultimamente acelerada inchação das metrópoles.

No entanto o que espanta é a intensidade da migração. A previsão para o ano de 1980 é de que o número de migrantes do país ultrapasse a casa dos 40 milhões de brasileiros! Em 1970, o censo já havia indicado que o total acumulado de pessoas que, tendo nascido num município residiam em outro, havia se elevado a 29,5 milhões, o que equivalia a um terço da população do país. Seis anos após, a Pesquisa Nacional de Antecedimento Domiciliar (PNAD) mostrou que a tendência era do número de migrantes crescer, já atingindo a casa dos 37,5 milhões.

Além disso, o censo de 1970 indicava com clareza a que setores sociais pertencia a grande maioria dos migrantes: 60% deles, com menos de cinco anos de residência no local de remuneração, ganhava em torno de um salário mínimo.

Uma realidade social potencialmente tão explosiva não podia, é claro, deixar de incomodar o governo. Depois de fracassadas tentativas de dirigir projetos de "colonização" na região norte do país, a política oficial se volta cada vez mais para a elaboração de um plano de "maximização do emprego" e de "planificação do espaço" visando a mortecer os efeitos das correntes migratórias. O que certamente não

resolverá o problema, já que não toca na sua origem, que é a estrutura da propriedade da terra.

Realidade que, por outro lado, tem sensibilizado relativamente pouco as oposições, ocupando inclusive espaço marginal na plataforma dos partidos políticos.

Não há mais terras

Muitos, saem do país. Calcula-se que aproximadamente 300 mil brasileiros emigraram para o Paraguai no período recente. Eram pequenos proprietários, meeiros, arrendatários e bóias-frias vindos do Sul, Minas e Nordeste.

É que no Brasil de mais de 8 milhões de quilômetros quadrados não há terra para

eles. Para os pobres, é claro. Porque para o grande capital há, o que se pode constatar por uma simples comparação dos dados estatísticos do IBRA/INCRA.

A migração vem principalmente daí, falta de terras. Ou melhor, da crescente tensão entre o aumento da população agrícola de baixa renda, formada de pequenos agricultores e trabalhadores rurais (estima-se que esta população em 1980 seja de 50 milhões) e o contínuo estreitamento das terras disponíveis.

Como uma pinça de duas pontas, o capital monopolista atua no campo "por dentro" e "por fora". "Por dentro" destruindo culturas e formas de produção baseadas no pequeno proprietário e em técnicas mais rudimentares e implantando no seu lugar as culturas de exportação (soja, trigo, café) fortemente mecanizadas ou extensas áreas de criação de gado. Um exemplo: Paraná.

Ocupado por levas de migrantes até meados da década de sessenta que se dedicavam à agricultura cafeeira, a região sofreu fortes transformações. De 1960 a 1970, acompanhando a concentração das terras, a área dedicada às pastagens praticamente quadruplicou. Depois, foi a vez da soja se impor. Resultado: os estabelecimentos de menos de 10 hectares perderam mais de 57 mil propriedades enquanto que os grupos de mais de mil hectares aumentaram sua área em mais de 800 mil hectares.

"Por fora", o grande capital atua ocupando prioritamente as grandes áreas de terras devolutas através da compra por financiamentos a juros baixíssimos ou simplesmente pela apropriação ilegal, pela força. O exemplo maior é a Amazônia ocupada por grandes trusts estrangeiros ou nacionais que chegaram a possuir faixas de terras de mais de 1,7 milhões de hectares. Na circular interna de 005/76, o Ministro da Agricultura e o chefe do Gabinete Militar "autorizam o INCRA a efetivar acertos com pessoas ou empresas que tenham adquirido terra de modo ilegal, a fim de regularizar a situação fundiária." Isto é, do Planalto, um sinal verde para o roubo, para a pirataria, para a grilagem que o governo também coonestou através do apoio policial ou mesmo militar contra os posseiros que defendiam suas terras.

Só restam as cidades

Mas as fronteiras agrícolas para os migrantes estão fechando, confirmam os estudiosos: "O Paraná absorveu durante 25 anos os excedentes populacionais do nordeste. Rondônia, em 5 anos, não consegue mais absorver os excedentes do Paraná. Pará, em menos de 5 anos não consegue mais absorver os excedentes nordestinos" (entrevista do professor Graziano da Universidade de Campinas ao *Coojornal*, nº 138).

As terras escasseiam e, assim, a corrida desesperada do pequeno produtor atrás da terra e do grande capital atrás do luro assume, na Amazônia, no período mais recente, a feição de verdadeiros dramas de coletividades inteiras.

Restam portanto, apenas as grandes metrópoles. Mas estas estão explodindo: 1000 pessoas chegam diariamente a São Paulo; em Belo Horizonte mais de 400 mil pessoas já habitam em favelas; em Vitória 180 mil dos 540 mil habitantes da cidade habitam em favelas e pardieiros.

Até o próximo ano, segundo estimativas do IBGE mais de 64% dos brasileiros estará morando nas cidades.

Sob o impacto das migrações toma conta o caos urbano, explodem os serviços básicos, a saúde deteriora, cresce o desemprego, a violência etc.

Hoje, com o fechamento das fronteiras agrícolas, cada vez mais o ciclo do latifúndio termina na favela. O ciclo da acumulação das riquezas continua reproduzindo a miséria. Até quando?



Expulso do Paraná, o casal acima, com 3 filhos, atravessava no último dia 13 a grande São Paulo — via Marginal do Tietê — em direção a Minas Gerais. (Folha de São Paulo, 14/3/80)

O drama do migrante

Através de questionários aplicados a 10 mil pessoas que entre os anos de 1970/76 passaram pelo Serviço de Integração do Migrante, em Feira de Santana, pode-se obter uma amostra aproximada do perfil do migrante: 80% eram do sexo masculino; 87% tinham entre 17 e 41 anos; 86% eram analfabetos ou semi-analfabetizados; 89% com renda inferior ao salário-mínimo ou desempregados; 52% sem qualquer espécie de documentos.

Com pouco dinheiro, sem documentos, sem instrução e com baixa qualificação profissional, submetidos a violentos choques de mudanças culturais, não é fácil imaginar os sofrimentos porque passa o migrante, sem terra e sem rumo. A seguir, (pequenos depoimentos) colhidos em sua maioria

na região de Frei Inocêncio, Teófilo Otoni e Belo Oriente, no norte de Minas Gerais.

A separação

Mulher, casada, 19 anos de idade: «Quando eu casei meu marido trabalhava em São Paulo, em São José dos Campos, de carpinteiro. Ele agora está em Ipatinga. Eu só vejo ele de vez em quando porque o custo de vida aqui é muito difícil. Desde que casei ele ficou 20 dias aqui, depois foi embora e ficou dois meses. Eu sinto muito por causa disso, se ele viesse comigo era bom, mas ele de lá e eu de cá não dá não. Ele escreve, fala que é muito ruim viver distante, que ele procura um jeito da gente ficar perto. Aqui são todas casadas, e os maridos,

fora, trabalhando. A vida aqui é estúpida».

A doença

— Casal de migrantes que já esteve na Rondônia: «Nós trabalhava na roça. Antes de trabalhar na Prefeitura. Em fazenda. Trabalhava na terça. Al porque o fazendeiro tocou capim só, não teve mais condições. Trabalhei dois anos na Prefeitura e depois meus parentes chamou nós para ir pra Rondônia. Trabalhar lá pra ver se arrumava recurso. Quando chegou lá meu menino sofreu malária. Minha mulher sofreu malária cinco vezes; meu mais velho sofreu quatro vezes; outro sofreu oito vezes. Ai nós não teve recurso. Foi preciso vir embora pra cá outra vez. Lá nós não via a hora de morrer.

Loucura

— Religiosa, da Paróquia de Teófilo Otoni: «Fraqueza mental aqui tem muita. Principalmente nas mulheres, mas também nos homens. Há casos de rapazes que saem pra trabalhar, endoimadas nestas firmas, voltam pra cá. Conheço dois casos. Parece que indo lá, comem um e caem muito na pinga. A maioria hoje procura esmola por aí».

Prostituição e crime

— Assistente Social paulista: «Geralmente elas chegam a São Paulo e, por falta de uma qualificação profissional, empregam-se como domésticas. Daí acabam entrando em contacto e tornam-se pros-

titutas. Neste meio, elas conhecem favelados, ladrões, traficantes e acabam por praticar o delito. Este é o caminho: doméstica, prostituição e crime.»

Morte

— Mãe, 48 anos, de idade: «Lava na idade de 21 anos quando ele saiu daqui. Saiu e não voltou também não. Lá mesmo ele morreu e lá mesmo ele ficou enterrado. Trabalhava era de pedreiro. Aqui era de campo, de vaqueiro, tirando leite. Amigo orientou, chegou lá, morreu trabalhando, acidentado no serviço. Caiu de 44 metros de altura. Eles não mandou o corpo pra eu vê não senhor, eles enterrou lá mesmo, na cidade de Paraíba».

Romaria pelos direitos dos trabalhadores do campo, no sul.

Sepé Tiarajú, o guerreiro que liderou a resistência dos índios dos Sete Povos dos Missões na luta contra os colonizadores portugueses e espanhóis foi novamente reverenciado no Rio Grande do Sul, este ano. Entretanto, a 3ª Romaria de "Sepé Tiarajú, organizada pela Comissão Pastoral da Terra gaúcha, foi mais do que um ato religioso. Transformou-se na oportunidade de trabalhadores rurais, pequenos proprietários agrícolas e índios, discutirem os seus problemas, unindo-se contra a exploração, o domínio do latifúndio e a política agrária do governo.

Por Sérgio Ruckert

Ao final do século XVIII, espanhóis e portugueses, tradicionais inimigos na conquista de terras da América do Sul, aliam-se para expulsar os índios missionários na região do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul. Em troca da Colônia do Sacramento nas terras do rio da Prata, os espanhóis cediam aos portugueses as missões "jesuíticas, transformando seus habitantes em um fator de "geopolítica".

O primeiro passo para expulsar daquela região mais de cem mil índios, que deveriam ser trasladados pacificamente para o outro lado do rio Uruguai, deixando para trás todas suas terras, plantações, casas, etc. Inconformados com sua sorte, os índios partem para a defesa armada de suas terras, impondo sucessivas derrotas aos bem armados exércitos portugueses.

Foi nessas batalhas que se destacou a figura de Sepé Tiarajú, missionário que comandou o exército de índios contra os portugueses.

No dia 19 de fevereiro, no município de São Gabriel, alguns setores ligados à Comissão Pastoral da Terra (CPT) realizaram a 3ª Romaria de Sepé Tiarajú, no local onde se deu a última batalha entre índios e portugueses. Participaram delegações de praticamente todo o interior do Estado, vindas em caravanas de ônibus, totalizando cerca de duas mil pessoas. Eram em sua maioria pequenos agricultores, trabalhadores agrícolas e índios.

Sensibilizando a opinião pública

Quem pensou que se trataria de um acontecimento meramente litúrgico teve uma surpresa. Foi muito mais um encontro de agricultores discutindo o problema da terra, do crédito, do preço mínimo da produção. Para a Igreja, segundo o padre João Schio, pres. da CPT gaúcha, "a Romaria teve por objetivo sensibilizar a opinião pública sobre a vida do homem do campo, sobre seus problemas. Aqui no Rio Grande a Igreja é muito conservadora, muito integrada nas classes média e alta. Os pobres participam da religião de uma maneira desengajada da vida, como consequência direta da ação dessa igreja".

Toda a manhã foi dedicada a troca de experiências entre as várias delegações. Ao lado da Igreja, em cima de um caminhão, violeiros e gaiteiros alternavam-se com os camponeses. Cada delegação contava sua experiência: desde os índios que relatavam a expulsão gradativa de suas terras, até a exploração de que são objeto por parte da FUNAI (Fundação Nacional de Assistência ao Índio); passando pelos camponeses e chegando aos bóias-frias.

Os "invasores" da fazenda Sarandi relataram a ocupação das terras. "Cansamos de esperar. Nós mesmos invadimos a fazenda e, apesar de possuímos o título individual da terra, plantamos em conjunto. Esperamos quase dois anos sem terra, que o governo desse um jeito na situação. Hoje já colhemos 550 sacas de feijão, 770 de batata..."



Via sacra camponesa

A tarde, foi a vez da Via Sacra, composta de nove quadros teatrais onde eram dramatizados as diferentes situações pelos quais passa o homem do campo: a concentração de terras, a imigração, os índios, o sindicato, o êxodo rural, a construção de barragens e os

benefícios que elas trazem aos latifundiários, os bóias-frias...

A CPT e a questão da terra

Quase ao mesmo tempo que se realizava a Romaria, em São Paulo ocorria o encontro de Itaici, na qual a CP

gaúcha preparou um documento de 35 páginas no qual padres, bispos e leigos analisam a agricultura gaúcha, as distorções na agroindústria e no sistema cooperativo, o crédito rural, preços mínimos e seguro agrícola e se detêm no ponto que a igreja considera mais importante: a terra, causa, segundo ela, de todo o desequilíbrio existente no meio rural e que se estende ao urbano. Aliás o documento não contou com o apoio do cardeal dom Vicente Scherer, que se recusou a endossar o seu conteúdo.

O documento parte de uma constatação: o rebaixamento na qualidade de vida dos colonos, causado pelo interesse do grande capital que forçou o uso de áreas, antes destinadas à subsistência, e que agora são ocupadas pela soja. Esta substituição de lavouras, além de tirar o alimento diário do produtor rural, causa problema até para abastecer o mercado interno. Este tipo de desenvolvimento causou a dependência da agropecuária gaúcha, que a CPT considera alarmante: "Prova disto é o desempenho negativo de nossa agricultura, nos dois últimos anos, devido a frustrações na lavoura de soja. Mais grave do que esta dependência de desempenho é a dependência da população trabalhadora rural, submetida aos interesses dos capitais urbanos, endividada com bancos ou cooperativas (às vezes com os dois) e sem outra alternativa do que continuar plantando o que mandam os credores".

Se depender da movimentação a que se assiste hoje no campo gaúcho, desde setores da igreja atuando diretamente em comunidades, com os sindicatos começando a empunhar as lutas e reivindicações dos camponeses e trabalhadores agrícolas, a situação na qual se encontra o campo mudará rapidamente.

Sindicatos exigem mudanças globais

Em Tempo entrevistou representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, do interior do Rio Grande do Sul, município que hoje se dedica quase que exclusivamente à produção de soja e que participou da Romaria. São mais de 2.500 associados, na sua maioria pequenos agricultores e, em menos proporção, trabalhadores assalariados. E são os primeiros os que maiores problemas tem enfrentado nestes últimos anos: no período 72/76 cerca de 20 por cento da pequena propriedade agrícola desapareceu em favor da grande propriedade totalmente mecanizada: subsídios e créditos são destinados aos grandes proprietários em detrimento dos pequenos; todas essas circunstâncias são agravadas ainda mais pelos mecanismos governamentais que limitam a ação dos sindicatos.

— Quais são os principais problemas que os colonos de Ijuí estão enfrentando e como se situa o trabalho do Sindicato? Quais as formas de pressão encontradas?

— Hoje é procurar ouvir o trabalhador. Até um tempo atrás, a nossa participação, enquanto sindicato, era a de promover cursos, conferências, debates... Sempre com uma atuação um pouco fora da vida do pequeno agricultor. Agora estamos, creio, no caminho certo.

Os agricultores começaram a formar núcleos de acordo com sua proximidade geográfica e cada núcleo tem seu representante junto ao sindicato, superando-se o que achamos que foi

um dos maiores erros: a falta de organização e participação sindical das bases.

Isso não significa que nossos problemas estejam resolvidos, pois temos outra limitação. O sindicato possui 40 núcleos, reunindo periodicamente seus representantes para apresentar as reivindicações. Só que a maioria dessas reivindicações foi de papel, não se exercendo outro tipo de pressão. É uma estrutura que está aí montada. Levantamos um problema, encaminhamos as reivindicações, para no fim o documento ir para o lixo de um ministério ou secretaria.

Os agricultores sentem que isso hoje é insuficiente. Por exemplo: a luta pela previdência social no campo vai exigir uma solução. Quanto a taxa de exportação sobre a soja, os agricultores estão dispostos a lutar até o fim, mesmo que hoje não contem com o poder de segurar o produto.

Com relação aos fertilizantes, pensamos que não devemos comprar adubos químicos, e sim usar adubos orgânicos. É uma forma de se libertar do jogo das multinacionais, que pressionarão ainda mais os agricultores agora que a tonelada do adubo passou de cinco para quinze mil cruzeiros. E cada hectare de terra necessita de pelo menos 250 kg de adubo. Outra forma é fazer movimentos que mobilizem a opinião pública, como na luta pela previdência social promovida pelos colonos em Frederico Westphalen.

Outro problema é a terra. Temos muitas vezes três, quatro famílias num pedaço de terra, fato que tem na concentração fundiária o outro lado da moeda. É um fato que traz outras decorrências, como o de que os créditos de emergência do governo não fazem nenhuma diferença entre o pequeno e o grande produtor. Pagamos os mesmos juros, no mesmo prazo.

— E hoje, o que está se encaminhando através do sindicato?

— A maior luta é pela previdência social. No dia 12 de março promovemos uma Assembléia sobre Previdência Social Rural, com a participação de vários sindicatos e até autoridades responsáveis pelo setor. Acho que a fruta está madura para qualquer tipo de luta, pois as condições são as piores para o agricultor.

Outro ponto é retirar do sindicato seu lado assistencialista, separando-se o que é sindicato e o que é Funrural. O problema é tão grave que os subsídios do Funrural não chegam a cobrir 50 por cento do necessário. Se continuar o problema, em médio prazo os sindicatos falirão, como em Chipeta em que a direção teve de pedir um empréstimo bancário.

Para terminar, acho que os agricultores exigirão mudanças globais na política agrícola. Alternativas no âmbito da produção, da produção fundiária. E deverá se preparar para enfrentar as soluções que o governo tem, como os projetos de colonização, para esvaziar a tensão social.

II Encontro Nacional de Professores

Unificação nas reivindicações e na organização

Um objetivo agora bem mais próximo

É inquestionável a representatividade do II Encontro Nacional de Professores. Que se reuniu nos dias 15 e 16 passados em Belo Horizonte. Nele estiveram representadas delegações de cerca de 14 Estados do país. E embora em vários locais o encaminhamento para a eleição de delegados tenha sido pouco representativo, é inegável que ali esteve presente a esmagadora maioria das lideranças surgidas no ciclo de greves do magistério que abalou o país no ano passado. Na abertura do Encontro além de várias entidades democráticas, esteve presente uma professora representante da SUTEP — Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Peru — entidade que encaminhou uma greve nacional de vários meses naquele país.

O II Encontro teve dois grandes temas: a elaboração de uma pauta de reivindicações capaz de apontar uma unificação das campanhas salariais do professorado (ver box ao lado) e a organização nacional da categoria.

Durante todo o dia de sábado, 20 grupos aprofundaram a discussão sobre as reivindicações unitárias. E, na plenária do dia seguinte, participada por mais de 550 professores, foi decidido um programa indicativo de reivindicações: 1) piso salarial de 4 salários mínimos tomando por base o de São Paulo, somado à remunera-

ção levando em conta o grau de formação; 2) aumento salarial de no mínimo 15% além do índice inflacionário; 3) aplicação imediata dos reajustes semestrais e luta pelo reajuste trimestral; 4) unificação das datas base da categoria a nível nacional; 5) exigência de 90 dias de aviso prévio para dispensa; 6) redução da jornada de trabalho de acordo com o seguinte critério: 18 horas de aula + 6 de atividade, por semana para as professoras primárias e mínimo de 12 horas de aula + 4 de atividade e máxima de 24 horas de aula + 8 horas de atividade para o nível médio; 7) dotação de no mínimo 12% da receita tributária da União para o setor de educação; 8) reconhecimento do direito de organização nas escolas; 9) estabilidade para delegados sindicais e, 10) eleição direta dos diretores pela comunidade.

Além disso, foi decidido que no dia 27 de março haverá manifestações nos Estados contra a demissão de professores e a intervenção no CEP do Rio de Janeiro e também a entrega do documento de reivindicações ao governo federal. Para o dia 17 de abril está programando um dia nacional de luta pelo ensino público e gratuito.

O difícil caminho da unidade

Os professores votaram também, por unanimidade, um repúdio ao pro-

jeto de criação de uma «Ordem dos Professores do Brasil», atualmente em tramitação no Congresso, dado o seu encaminhamento anti-democrático e o seu nítido objetivo de controle sobre o movimento.

No entanto, a discussão que mais polarizou o Encontro foi aquela sobre os passos a serem dados na construção da unidade do movimento a nível nacional.

Já existe uma Confederação dos Professores do Brasil (CPB), entidade de cúpula, eleita por voto indireto de delegados das associações filiadas, com um apagado passado e sem nenhuma presença nas lutas que o movimento vem travando recentemente, como as inúmeras greves do ano passado. Não bastasse isso, e mais a presença de inúmeras entidades pelegas em seu âmbito — como a Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais que traiu a categoria na greve do ano passado — a CPB ainda tem entre seus objetivos «o de colaborar com o governo federal, em nível de órgão técnico e consultivo, no exame e solução dos problemas da educação» e estabelece como dever das entidades filiadas o de «respeitar as leis e as autoridades constituídas».

Filiadas à CPB, no entanto, estão também entidades representativas como a Associação de Professores do

Paraná e o Centro de Professores do Rio Grande do Sul e mesmo entidades ocupadas por diretorias combativas como a que encaminha a greve em curso em Goiás.

Daí a questão: levar o movimento a uma luta interna dentro da CPB procurando adequá-la aos interesses do professorado, mas pondo em risco a estrutura democrática do movimento, ou criar uma nova entidade nacional, gerando incerteza sobre a unidade do movimento?

A esmagadora maioria dos mais de 100 delegados presentes ao II Encontro levados por um sentimento de insatisfação diante da CPB e pela aspiração de uma entidade democrática, nascida de baixo, da luta, optou pela marcação de um Congresso em julho deste ano, quando poderá ser decidida a criação de uma nova entidade nacional. Para a organização deste Congresso, foi feita uma comissão composta de 3 delegados de cada Estado e um representante de uma entidade estadual.

No entanto, tudo parece ainda estar por definir. O caminho para a construção da unidade do movimento dependerá da experiência de unificação das campanhas salariais este ano, do relacionamento que se mantiver com as entidades mais combativas e/ou representativas filiadas à CPB e com a própria diretoria desta entidade.

As mobilizações em curso pelo país

No ano de 1979 cerca de 750 mil professores, em sua maioria da rede oficial de ensino, foram a greve. Este ano, na maioria dos Estados do país, os professores já se mobilizam no reforço as suas organizações e no encaminhamento de suas campanhas salariais. A seguir, Estado por Estado, um panorama da mobilização do professorado em curso no país.

Goiás: greve cobra promessa

No dia 25 de fevereiro último, as aulas do 1º e 2º grau não tiveram início como estava previsto no calendário oficial. Quase 5 mil professores de Goiás foram à greve, cobrando do governador do Estado a promessa de 55% de aumento nos salários do magistério, feita ao final da greve realizada pela categoria em junho de 1979. Depois de mais de vinte dias, a greve não chegou ainda a seu termo: o governo, intransigente, na pessoa do Secretário da Educação Adjair Lima diz que não há recursos. E enquanto o ministro Murilo Macedo intervém enquadrando o conjunto do professorado na Lei de Segurança Nacional e ameaçando-os de demissão em massa, os grevistas têm cada vez mais o apoio da população: das escolas da rede particular que paralisaram em apoio, dos estudantes universitários que já fizeram até passeatas e atos públicos de solidariedade e do arcebispo de Goiás. Na Assembleia Legislativa foi pedido o impeachment do governador do Estado e o Centro de Professores de Goiás continua cada vez mais forte.

Pernambuco: em campanha

Em Pernambuco existem 22.400 professores na rede oficial. A partir de junho do ano passado eles fizeram uma greve de 36 dias que trouxe como principais conquistas um aumento salarial de 45 a 60% e o fortalecimento de sua organização. A Associação de Professores de Pernambuco já conta com cerca de 8 mil associados. No dia 9 de março eles fizeram a primeira assembleia salarial da categoria para este ano com a participação de 270 professores. Atualmente estão sendo realizadas reuniões regionais visando uma assembleia geral no dia 13 de abril onde serão fixadas as reivindicações do professorado pernambucano.

Bahia: Encontro Regional

Está marcado para os dias 18 a 21 de abril próximos, em Salvador, o I Encontro Estadual de Professores. O Encontro tem dois objetivos: tirar os passos para a unificação organizativa do professorado a nível estadual — atualmente existem perto

de 15 associações municipais formadas no interior baiano — e aprovar uma pauta comum de reivindicações para este ano. Existem mais de 40 mil professores na rede oficial de ensino do Estado. Eles já fizeram 2 greves no período recente: uma a partir de junho de 1978 que durou 2 meses e outra em maio de 1979 que durou 15 dias e que foi sustada principalmente pelo bloqueio econômico imposto pelo governador aos carnês de pagamento do professorado em greve.

São Paulo: concentração no palácio do Maluf

Os 200 mil professores da rede estadual de São Paulo e os funcionários públicos do Estado não têm muita confiança na generosidade de seu «patrão», o governador Paulo Salim Maluf. Por isso, os 130 delegados que participaram de uma assembleia de campanha salarial no último dia 9 prometem já uma manifestação em frente ao palácio do governo 15 dias após o anúncio da proposta oficial de aumento salarial.

A campanha salarial dos professores do Estado, levada em conjunto com os servidores públicos está sendo centralizada pelo Comando Geral Permanente que abriga, além de associações de servidores, a APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) com 40 mil associados e as Associações de Docentes da USP e UNICAMP. Os professores do Estado já tiveram duas experiências grevistas recentes: uma, em 1978, que durou 21 dias, e outra em 1979 em conjunto com o funcionalismo, que durou 36 dias. Este ano como reivindicação específica o professorado está encaminhando a exigência de redução da jornada de trabalho.

Minas: professores X veto de Francelino

No dia 14 último cerca de 400 professores mineiros se concentraram nas portas da Assembleia Legislativa para protestar contra o veto do governador Francelino ao projeto de efetivação de 73 mil professores contratados. A efetivação dos contratados é mais uma conquista do professorado brasileiro que está sendo descumprida pelo governo do Estado. A partir de maio do ano passado, os professores mineiros de cerca de 400 cidades fizeram uma greve que durou mais de 40 dias e conseguiram, além da promessa de efetivação, um aumento salarial superior a 100%. Em julho mesmo foi realizado o I Congresso Estadual de Professores e, em dezembro consolidava-se a criação da

União dos Trabalhadores do Ensino — UTE, hoje com mais de 41 subseções em todo o Estado. Para o dia 29 de março está prevista uma assembleia geral da categoria visando o encaminhamento da campanha salarial, e para o dia 22 de abril as primeiras eleições para escolha de uma diretoria da UTE-MG.

Rio Grande do Sul: preparação da campanha

Uma campanha de mobilização nas escolas públicas, onde os professores deverão discutir os índices de aumento proposto pelo governo em torno de 57%, foi a decisão tomada em reunião aberta do Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (CEPERGS), no último dia 8. E o descontentamento latente nos professores da rede oficial torna possível a realização de uma segunda greve no ensino gaúcho.

Mas apesar da decisão em mobilizar a categoria, ainda não foi marcada nenhuma Assembleia Geral. Argumentando a repressão policial sobre o movimento grevista e acenando com o fantasma da demissão, a diretoria do CEPERGS nas reuniões realizadas nas escolas tem insistido, em afastar a possibilidade de uma greve.

Mas a questão ainda está em aberto, dependendo tudo do nível de mobilização que a categoria atingir nesses próximos dias.

Na rede de ensino privado os professores já tem assembleia geral marcada para o dia 22, às 14 horas, no Colégio Rosário, para discutirem a contra proposta patronal e a continuidade das negociações. Até o momento a resposta dos patrões foi apenas o índice oficial de 40,9%, negando todas as 29 reivindicações apresentadas onde os professores incluíam além do aumento de 100%, o pagamento de reuniões, preparação de aulas, correção de provas e janelas no horário, triênio, estabilidade para gestante, limitação do número de alunos em sala de aula e delegado sindical.

Além de enfrentarem-se com a intransigência dos patrões os professores ainda tem que manter a rede curta com o presidente do sindicato. Habi-tuado a conciliar com a patronal ele não tem demonstrado muito empenho em mobilizar a categoria.

Com isso a Comissão Especial do Sindicato, eleita em Assembleia, tem assumido praticamente sozinha a mobilização da categoria e a preparação da próxima Assembleia.

Pará: pressões bem sucedidas

No Pará existem 21 mil professores da rede oficial, dos quais 8 mil em Belém. Em 1979, com

um ato público, os professores paraenses conseguiram que o aumento salarial usualmente em torno de 40% se elevasse a 55%. Em maio deste ano, foi criada a Associação de Professores do Pará que já conta com cerca de 3 mil filiados. Este ano, com o apoio da Associação, os professores conquistaram aumentos salariais escalonados de 55 a 75%.

Rio: unificação com funcionalismo

No Rio, embora de forma precária, está se buscando a unificação da campanha salarial dos professores na rede oficial no Estado. Em 1979, houve 2 greves: uma em março, de 2 semanas, e outra em agosto, duramente reprimida. O governador Chagas Freitas, além de não cumprir promessas feitas ao professorado durante a primeira greve e de ter promovido artimanhas no sentido de descontar o aumento salarial conquistado, interveio no Centro Estadual de Professores durante o decorrer da segunda greve. A entidade, com uma diretoria eleita por 8 mil sócios, continua sob intervenção. Este ano, em uma assembleia de cerca de 300 professores realizada no último dia 8, foi aprovada a proposta da diretoria da entidade de reclamar um aumento salarial de 56,25% em conjunto com o funcionalismo. Sob intervenção, com divisões políticas internas, o CEP vem encontrando dificuldades para reeditar uma organização mais de base, centrada nas organizações zonais. Para o dia 23 de março está prevista uma assembleia onde será discutida a resposta ao governador Chagas Freitas que estabeleceu em apenas 14% o aumento salarial.

Rio Grande do Norte: situação difícil

No Rio Grande do Norte, onde existem cerca de 16 mil professores da rede oficial a situação não anda boa. A greve de maio de 1979, deflagrada sem uma boa preparação, foi esvaziada. E o professorado não conta com diretorias combativas nem na Associação de professores nem no Sindicato da rede particular. Em várias cidades do interior, os professores não chegam a receber o salário mínimo.

Desde segunda-feira última que os professores da rede oficial do Acre estão parados até que o governo atenda à reivindicação de 125% de reajuste decidida pelos professores na assembleia do sábado passado. Contando com o apoio dos pais e dos próprios alunos, os mestres procuram agora uma forma de estender o movimento ao interior. O governo, que havia oferecido apenas 20% de reajuste, não voltou a se pronunciar por enquanto.



Qual a situação atual do Sindicato?

— O Sindicato está sob intervenção desde 6 de setembro do ano passado, portanto há mais de 6 meses. A direção eleita, com mandato a findar

em outubro de 81 está afastada, mas nem por isso deixa de estar se reunindo todas as semanas, no próprio bar da nossa sede 2, apesar da nossa entidade estar sendo administrada por uma junta governativa indicada pelo Ministério do Trabalho. Essa junta tem colocado dificuldades para que a diretoria eleita se reúna nos salões do Sindicato e mesmo se utilize de telefones, mas nós estamos lá constantemente e lá temos feito inclusive reuniões com nossos companheiros bancários, demitidos dos bancos, para dar-lhes assessoria jurídica e política.

— O que vocês fizeram e o que estão fazendo contra a intervenção?

— A diretoria eleita tem se mantido em permanente contacto com a base, através de circulares que emitimos praticamente de semana em semana e entregamos na porta dos bancos e no seu interior, porque ainda temos este espaço. Nós exercemos na prática a direção da categoria. Levantamos nestas circulares a questão da permanência da intervenção, esclarecendo a quem ela interessa e também propomos reuniões abertas da categoria, de 15 em 15 dias. Com os companheiros que comparecem às reuniões fazemos campanhas de fixação de cartazes, contra a intervenção e pelo retorno da diretoria legitimamente eleita, procurando também alcançar a opinião pública.

E, ultimamente, estamos com um abaixo assinado percorrendo todas as agências bancárias — em breve devemos alcançar as 14.000 assinaturas. Este

Bancários — RGS Até o 1º de Maio: fora com os interventores

Aqui, Olivio Dutra, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, sob intervenção do Ministério do Trabalho desde 6 de setembro do ano passado, fala da atividade que a diretoria eleita vem desempenhando e dos próximos passos na luta pela reconquista da entidade.

Da Sucursal

abaixo assinado é dirigido ao Ministério do Trabalho, colocando a estranheza, o repúdio da categoria à intervenção, e reivindicando sua imediata suspensão e o retorno da diretoria eleita. São formas de luta que nós temos desencadeado e que tem tido ressonância e respaldado da categoria. Há demonstrações concretas de que a categoria não reconhece aos interventores qualquer direção e tem dado todo o apoio para as lutas e as iniciativas tomadas pela diretoria afastada.

— Vocês tem tido o apoio de outros sindicatos?

— A intersindical regional tem nos dado apoio material, colocando a disposição suas sedes para reuniões, telefones, carros, fornecendo papel para imprimir circulares etc. É bem verdade que procuramos utilizar pouco isto e muito mais os recursos da própria categoria, de bancários que se dispõem a sair com seus carros para distribuir circulares, a fazer fundos etc. Mas o certo é que o movimento sindical regional se colocou, e na prática nos tem oferecido uma série de bens materiais.

A nível nacional, nós temos recebido apoio das mais diferentes categorias e em várias ocasiões, quando visitamos outros sindicatos, vimos que a questão foi discutida nas bases. Foi levada nos jornais, em boletins editados no ABC, em Minas, e temos recebido deles também apoio material — nos oferecem papel, dinheiro para nos deslocarmos, tem-nos convidado para ir nas suas bases, tem-nos pago a passagem para fazer o relato de nossa si-

tuação, fazer a denúncia.

O companheiro João Paulo Pires de Vasconcelos e o companheiro Faria, ex-bancário, estão na OIT - Organização Internacional do Trabalho - na assembleia que está se realizando atualmente, levando um documento assinado por grande parte das entidades sindicais mais combativas do país, denunciando a situação dos trabalhadores, a situação econômica e social, de falta de liberdade e colocando a questão da intervenção no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre. Está havendo também uma movimentação das intersindicais regionais e nacional para que se faça nova frente ao Ministério do Trabalho, com uma presença expressiva de dirigentes sindicais no Ministério, ocasião em que já pretendemos levar o nosso abaixo-assinado para reivindicar a imediata suspensão da intervenção.

Nós achamos que o final da intervenção no nosso Sindicato não se deu ainda pelo vigor com que o movimento eclodiu aqui em Porto Alegre, resultado de um trabalho organizativo de 4 anos e porque ainda persiste no conjunto da categoria o espírito de luta e por isso a intervenção ainda não acabou.

Ultimamente o sr. Ministro do Trabalho anda fazendo advertências totalmente descabidas de que nós estaríamos nos envolvendo em política partidária. Nós refutamos essas afirmações do ministro e reivindicamos o direito de qualquer trabalhador, estando ou não na direção do sindicato, de ter o seu projeto político e

trabalhar pela construção dele. E entendemos que o arbítrio que recai sobre o sindicalismo brasileiro, refletido na estrutura sindical corporativista e fascista que está aí é um ato político, porque submete as entidades — e portanto os interesses dos trabalhadores — aos interesses de quem governa o estado — que não são os trabalhadores, são as elites. Este ato político só pode ser modificado por um outro ato político, este sim de iniciativa da classe trabalhadora.

Portanto querer dizer que os sindicatos são entidades apolíticas é querer, na verdade, jogar os sindicatos nos braços da dominação ideológica da classe dominante. E nós achamos que a intervenção não tem nenhuma forma de se justificar. O governo, o próprio Ministério do Trabalho, através da secretaria do Trabalho, já fez uma sindicância, concluindo que o sindicato não tem porque continuar sob intervenção. O ministro do Trabalho alega que está aguardando o inquérito da Polícia Federal e com isso vai ganhando tempo, naturalmente pretendendo fazer com que a intervenção seja esquecida pela opinião pública, seja absorvida pelo movimento sindical e se reflita no desestímulo e no desânimo da categoria.

— Qual a expectativa que vocês tem sobre o desenrolar desta questão nas campanhas salariais deste ano?

— É preciso dizer que estamos às vésperas de um 1.º de Maio e portanto os 7 dias que antecedem o 1.º de maio são também marcados por uma série de promoções que fazem parte da semana sindical. E nós sabemos que, em todo o país há uma movimentação para que, mantida a intervenção, a semana sindical seja uma semana de denúncia dessa intervenção e de movimentações contra este tipo de arbítrio.

E no caso do Rio Grande do Sul tranquilamente vai haver isso. O deputado Benedito Marcílio me informou de que, faz alguns dias, o ministro lhe prometeu que até 1.º de Maio a intervenção estaria suspensa, porque, segundo ele, Benedito, caso contrário o movimento sindical estaria fazendo uma semana marcada por este repúdio às intervenções.

Os gaúchos e o Encontro

Muito interessante a postura das duas maiores entidades dos professores gaúchos quanto ao Encontro de professores. Tanto o Sindicato dos Professores da rede privada — SIMPRO, quanto o Centro dos Professores do Estado — CEPERGS, negaram-se a abrir um processo de discussão em suas bases.

O CEPERGS, declarou não reconhecer o IIº Encontro, realizado em Belo Horizonte, por não ser convocado pela CPB, com quem concorda em todos os pontos. A diretoria do SIMPRO, depois de algumas reuniões com o CEPERGS, apresentou mesma posição.

As reuniões das duas entidades sem dúvida, por si só são um fato inédito, já que nunca antes haviam sentado numa mesa de conversação para traçar um plano coordenado de encaminhamento das reivindicações dos professores no Estado. E causou surpresa que essas reuniões ocorressem para tratar da organização da categoria a nível nacional, já que as duas diretorias muito pouco fazem em organizar a participação dos professores nas suas entidades, a não ser sob pressão de Assembleias.

Mas depois de muitos conciliabulos as duas entidades resolveram comparecer ao IIº Encontro, nas posições de observadores.

Independente da posição das entidades, os professores que atuam na categoria, como o Centro de Estudos e Debates sobre Educação — CEDE — o Grupo Pó de Giz, a Comissão Especial do SIMPRO, o núcleo de professores PRO-PT apesar de reconhecerem o Encontro não puderam organizá-lo no Estado pelo pouco espaço de tempo. O fato do Encontro ser marcado para pouco depois do início das aulas, em um período de campanha salarial, e a pouca representatividade da Comissão Executiva Regional, levou a que os professores mandassem apenas observadores e em reduzido número, para o Encontro. Além disso, para muitos, o Encontro era visto como representando o esforço de criação de uma outra entidade nacional, paralela a CPB, o que por certo implicaria um debate muito mais aprofundado do que o até agora realizado no Estado. Apesar dos entendimentos quanto à CPB diferirem, o que é um consenso entre a maioria dos grupos e órgãos que discutiram a questão é a necessidade de uma proposta unitária para o movimento dos professores a nível nacional, sendo prematura a questão de uma nova entidade, quando a própria CPB está propondo um processo de auto-transformação.

(Da Sucursal)

Leia e assine:

EM TEMPO:

EM TEMPO:

EM TEMPO:

UM
JORNAL
AO LADO
DOS

TRABALHADORES



Estou enviando o cheque nº por uma assinatura anual.
() comum: Cr\$ 500,00 — () apoio: Cr\$ 1.000,00 — () exterior, individual: US\$ 40,00
() exterior, instituições: US\$ 80,00

Nome
Profissão
Endereço
Bairro Cidade Estado
CEP

Preencha e remeta para Editora Aparte S/A — Rua Francisco Leirão 57 — Pinheiros — São Paulo — SP — CEP 05414



Motoristas/ Guarulhos

Liminar contra bandalheira

A pelegada que há 15 anos controla o sindicato dos motoristas de Guarulhos, Atibaia, Bragança Paulista e Mairiporã levou uma entubada com a decisão do Juiz Federal Clóvis de Mello, de conceder liminar ao mandado de segurança impetrado pela advogada Gilda Graciano anulando o edital de convocação das próximas eleições sindicais. Acontece que o tal de Jacob Santos Conceição, que lidera a "máfia" de guidon, resolveu convocar na maior moita as eleições: divulgou o edital apenas na Folha Metropolitana de Guarulhos. Sem cumprir a lei que obriga a sua publicação nos principais jornais de cada cidade pertencente à base territorial do sindicato. Ao mesmo tempo, ainda descumprindo a legislação, não afixou cópias do edital de convocação nos locais de trabalho.

Considerando que "a ampla participação de associados em sindicatos, inserindo-se no campo do pluralismo social, importa num dos direitos fundamentais do homem", o Juiz Federal resolveu no dia 29 de fevereiro, sustar, por 30 dias, as eleições, prazo em que proferirá a sentença definitiva.

Comerciários/SP

Sindicatos x Multinacionais

Os supermercados Carrefour, Sears, Casas da Banha e Pão de Açúcar (lugar de gente feliz) podem competir quando se trata de ver quem consegue enganar e roubar mais o consumidor, mas estão bem unidos quando querem ferrar seus funcionários: demitiram, em conjunto, cerca de 245 trabalhadores nas últimas semanas, contratando outros com salários inferiores.

Em vista dessa situação, o sindicato dos Comerciários de Brasília está organizando a reação da categoria (por sinal uma das mais combativas do Distrito Federal — no ano passado foram registradas várias greves importantes no setor), convocando assembleias setoriais, visando unificá-la em torno da luta pelo cumprimento da Convenção coletiva de trabalho. E os patrões que se cuidem, pois a combatividade do sindicato já foi demonstrada por diversas vezes. Basta saber que foi um dos primeiros a conquistar a eleição de delegados sindicais, nas empresas, com estabilidade de seis meses após o término do mandato.

Metalúrgicos/ Canoas

Começam campanha

Começou no dia 14 de março a campanha salarial dos metalúrgicos de Canoas. Contando com a participação de 300 operários, a primeira assembleia decidiu reivindicar a concessão de piso salarial de Cr\$ 6 mil, Cr\$ 2 mil fixos a título de produtividade, ou então 15 por cento acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), delegando sindical para cada 100 funcionários e redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais.

A categoria, que reúne um total de 12

mil trabalhadores, promete fazer este ano uma campanha bem diferente das anteriores. Para isso, foi removido um entulho representado pelo pelegão que dirigiu o sindicato por 16 anos, afastado do cargo por corrupção: o safado construiu, com dinheiro dos trabalhadores, uma casa no valor de Cr\$ 2 milhões, bem em frente ao prédio do sindicato.

Camponeses/Ijuí

Exigem previdência social

A luta pela previdência social no campo está pegando fogo, no Rio Grande do Sul (veja a propósito matéria na página 7). Desta vez foi em Ijuí, onde perto de 3 mil pequenos proprietários saíram em passeata pela cidade, após terem participado de assembleia convocada pelo sindicato dos trabalhadores rurais, no dia 12 de março.

Durante a assembleia foi divulgado documento exigindo do ministro da Previdência Social, o gaúcho Jair Soares (o mesmo que quer acabar com a aposentadoria por tempo de serviço) cumprimento total do convênio firmado entre o FUNRURAL e a AMRIGS (Associação Médica do Rio Grande do Sul) facultando a livre escolha de médico e estendendo o atendimento de todos os tipos de enfermidades no Hospital de Caridade de Ijuí. Eles querem também modificações na Lei do FUNRURAL com atendimento total médico hospitalar, inclusão de mulheres e filhos menores no seguro do acidente de trabalho, pensão para viúvas que tenham perdido seus maridos anteriormente a 1972 e construção de um hospital regional para o FUNRURAL.

Contag denuncia

Mamatas da Sharp

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG) e Federações de todo o País enviaram carta ao ministro da Agricultura, Amauri Stabile, protestando contra a negociata envolvendo a empresa Sharp S.A. Equipamentos Eletrônicos e a direção da CONTRIGUAÇU — Cooperativa Regional Agrícola Iguacu Ltda., do Paraná: com a primeira pretendendo adquirir uma gleba de um milhão de hectares pertencentes à CONTRIGUAÇU, localizados no município de Aripuanã, no Estado de Mato Grosso. Segundo a CONTAG e Federações "trata-se de uma área de terra destinada desde 1973 à colonização e que se acha incorporada atualmente ao patrimônio da CONTRIGUAÇU podendo beneficiar milhares de trabalhadores rurais cooperativados".

Mas as entidades cometeram o maior engano quanto ao destinatário: pois o doutor Amauri Stabile que parece estar metido até o pescoço na bandalheira, foi funcionário da Sharp, detendo 10 por cento do capital de uma de suas subsidiárias (cerca de Cr\$ 8 milhões).

Maranhão

Polícia invade FASE

A sede da Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional — FASE — entidade ligada à Igreja Católica — em Santa Luzia, cidade localizada a 300 quilômetros de São Luís do Maranhão foi invadida por cinco soldados da Polícia Militar. Os brucutus es-

tavam armados de fuzis e foram comandados pelo tenente Nogueira do batalhão de Pindaré-Mirim.

Segundo o advogado da entidade, Carlos Sampaio, a invasão ocorreu cinco dias após cinco pistoleiros terem tentado dispersar uma manifestação pacífica de lavradores, em Santa Luzia. Já para o deputado federal Freitas Diniz (PT-MA) a invasão foi ordenada diretamente pelo Secretário de Segurança Pública do Maranhão, coronel Audílio de Brito, e executada pelo coronel da PM, Floriano Amorim Filho.

Carreiros

Contra arbitrariedades

A Associação dos Carreiros Agregados às Empresas de Transportes de Veículos de Transporte do Brasil, com sede em São Bernardo do Campo, está botando a boca no trombone contra as arbitrariedades diariamente praticadas contra os 420 mil carreiros que trafegam pelas estradas brasileiras pela polícia Rodoviária Federal. Segundo o presidente da entidade, Roberto Augusto Francisco, os carreiros estão sofrendo todos os tipos de achaques dos vigilantes, que resolveram instituir seus pedágios particulares, roubando descaradamente dos motoristas, além de praticarem toda a sorte de desmandos, como a aplicação de multas a torto e a direito, pelos mais fúteis motivos.

Mas as coisas não ficam por aí. No dia três de março, o motorista Luis Bolsoni, vindo do Rio de Janeiro com destino a São Paulo, foi abordado pelo patrulheiro de serviço no posto policial rodoviário do quilômetro 3. Alegando que o carreiro trafegava fora de horário, o policial passou a agredi-lo selvagemmente, obrigando-o a hospitalizar-se.

São Bernardo

Construção quer 15%

O bom exemplo frutifica, dizem os mais velhos. E o Piquetão pode constatar isso em São Bernardo do Campo, onde o pessoal da Construção Civil (15 mil trabalhadores) estimulados pelos metalúrgicos, deverão exigir 15 por cento de aumento acima do INPC, na próxima assembleia do sindicato, marcada para o dia 28, sexta-feira. Segundo Benedito da Silva, vice-presidente do Sindicato, que não poupa críticas a Federação da Construção Civil (presidida por um sujeito que acumula quatro empregos ao mesmo tempo), a diretoria deverá também propor que a categoria lute por piso salarial de Cr\$ 10 mil para pedreiros, carpinteiros e pintores e de Cr\$ 6 mil para os serventes.

Motoristas/ABC

Oposição contra pelego

No ano passado, durante a greve relâmpago dos motoristas e cobradores do ABC, o pelegão Aristides Trevisan fechou a porta do sindicato (que dirige há 18 anos) deixando os trabalhadores na rua. De quebra, chamou a polícia. Mas este ano, chegou a hora da desforra: os trabalhadores podem revidar, dando um ponta-pé no traseiro do Aristides, se elegerem a chapa de oposição encabeçada pelos trabalhadores Rubens do Carmo, Osvaldo Cruz Clodovil de Carvalho, Josias Adão e Florivaldo Au-

gusto, nas eleições marcadas para os dias 17 e 18 de abril próximo. Mas todo cuidado é pouco: olho no pelegão, moçada, que ele vai tentar de tudo para se manter no cargo. Por exemplo, apesar de descontar as mensalidades, 70 por cento dos associados não estão sindicalizados: ao invés de receber carteirinha têm apenas selos que lhes dão direito ao uso de serviços assistenciais.

Metalúrgicos/SP

Pelego contrata assessores

Joaquim Andrade, o pelego número dois do Brasil (o número um é o Ari Campista) está se adequando aos novos tempos. Segundo o jornal Gazeta Mercantil ele prepara "uma manobra decisiva para o futuro dos 350 mil metalúrgicos de São Paulo", pretendendo "estabelecer um programa de trabalho baseado nas necessidades modernas da economia". O velho pelego ao invés de emendar-se, seguir o exemplo do sindicato do Lula, escancarar as portas do sindicato aos trabalhadores acabando com as discriminações odiosas, visitar as fábricas, expor-se ao sol e ao sereno, organizar comissões nas fábricas, abrir sub-sedes nos bairros, democratizar, enfim, o maior sindicato da América Latina? Puro engano. Joaquim, o novo aliado da reforma dos milicianos da provocação stalinista, simplesmente, vai contratar a peso de ouro, uma assessoria especial que o ajude a carregar o pesado fardo que carrega nas costas: a Cr\$ 25 mil per capita, formará uma equipe constituída por um jornalista (Sergio Gomes, da Oboré) um publicitário (Aluísio, da Oboré), um economista (Sato), um cientista político (Braz Araújo, presidente da ADUSP) e um advogado (Almir Pazzianoto). Além de aconselhá-lo no "estafante" dia a dia, os assessores serão responsáveis por profundos estudos sobre a realidade metalúrgica, acompanhamento das campanhas do sindicato, além de prepararem cursos para formação dos trabalhadores.

Perto dos Cr\$ 308,8 milhões de sua receita prevista para 1980, os quase Cr\$ 1,4 milhões pagos aos "cérebros" podem parecer mixaria. Mas são significativos quando se sabe que o pelegão se nega a alugar sub-sedes nos bairros, alegando falta de recursos, ou adiar indefinidamente a construção da sub-sede de Santo Amaro, pelo mesmo motivo. Esse tutu, seria suficiente para pagar o aluguel de pelo menos quatro sub-sedes idênticas à que funcionou na zona sul (no salão Arco-Iris) provisoriamente durante a campanha salarial e que custou Cr\$ 30 mil mensais.

Para os trabalhadores pode parecer um desperdício esse tipo de gasto, mas talvez torne mais fácil a vida do Quincas e ele possa, daqui para a frente, almoçar no horário. Pois, segundo o reporter da "Mercantil", "quando foi entrevistado por este jornal eram cinco horas da tarde e ele não havia almoçado".

Vitória/ES

Intervenção na construção

A oposição sindical da construção civil de Vitória vem enfrentando as mesmas dificuldades que enfrentam as demais oposições sindicais que hoje se estruturam por esse Brasil afora. Há seis anos combatem uma diretoria pelega que se utiliza de todos os meios a seu alcance para manter a categoria desmobilizada e atrelada ao Ministério do Trabalho, desde manobras e fraudes

nas eleições, até a deduração pura e simples aos patrões das lideranças que despontam nas greves.

O último pleito que teve início em setembro de 79 e se prolongou até fevereiro de 80, com três eleições realizadas nesse período, teve como culminância a intervenção no sindicato. A primeira eleição realizada em setembro foi anulada por falta de quorum, a segunda, em outubro, onde a chapa de oposição saiu vencedora, foi anulada por "vício de pleito", anulação essa que implicou em uma prorrogação do mandato da diretoria pelega por mais 90 dias. Na terceira eleição em fevereiro, a diretoria não colocou na lista de votantes todos os associados que estavam habilitados a votar — o sindicato possui 9.359 associados e nas listas constavam apenas 296 — o que impossibilitou a obtenção de maioria. Para completar o quadro a Diretoria não fez a segunda convocação dentro do prazo previsto pela CLT, deixando o sindicato acéfalo. Aproveitando a deixa, o Delegado Regional do Trabalho interveio nomeando uma "Junta Governativa" por nove meses prazo suficiente para a pelegada articular novas artimanhas para garantir o sindicato para si, ou através de nova intervenção, para o governo, o que não faz muita diferença.

Curtas

Mais uma pelegada: desta vez trata-se da diretoria do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte, onde o advogado Vicente Cabral de Brito havia se encastelado, quando foi nomeado em 1964, interventor. No seu lugar foi eleito o candidato da oposição, Horácio Paiva, que recebeu 322 votos contra 288. — Os 5 mil aposentados da Estrada de Ferro Santos-Jundiá iniciaram mobilização exigindo equiparação com os salários do pessoal da ativa. A situação dos coroas é de miséria: embora a média salarial, já insignificante, seja de Cr\$ 3 mil, há gente recebendo menos de Cr\$ 300,00 a título de aposentadoria. — Está marcada para o dia 21, sexta, a reunião nacional da Unidade Sindical, na sede dos Metalúrgicos de São Paulo. Na ocasião, os dirigentes sindicais discutirão o regimento interno para o 1.º Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT) a ser realizado em setembro deste ano, provavelmente em São Paulo.

Motoristas de ônibus de São Paulo, Osasco e Itapeirica da Serra também não deixam por menos: querem aumento de 15 por cento acima do INPC, de aumento. Na última assembleia do sindicato, que contou com o comparecimento de 500 pessoas, foi decidida a realização de assembleias setoriais da categoria, composta por 45 mil trabalhadores — Metalúrgicos de São Paulo estão cansados de tanto esperar: Joaquim ainda não convocou assembleia da categoria, prevista para janeiro, inicialmente. — E por falar nisso: trabalhadores do bairro do Socorro descobriram quem é o responsável pelos boletins apócrifos que circularam, nas empresas metalúrgicas, caluniando membros da Oposição Sindical. Nada mais, nada menos que a própria diretoria do sindicato (com a ajuda dos seus novos amigos). O fato foi comprovado quando alguns deles, pouco conhecidos, foram pedir ao diretor Orlando Malvezzi, alguns dos boretins para distribuírem em suas próprias fábricas. Sem desconfiar da armadilha, Malvezzi respondeu que estavam em falta, "mas se os companheiros precisarem a gente manda rodar mais".

Os portuários de Santos redescobrem sua arma: a greve

Uma das categorias mais mobilizadas e combativas no período anterior a 1964, os portuários da Baixada Santista sofreram, por issomesmo uma feroz repressão do governo. Agora, 16 anos depois, apesar de exercerem atividade considerada "essencial", eles voltam a utilizar sua maior arma, a paralisação.

12.500 entraram em greve, sem nenhum piquete.

Por Andréas Maia



A miséria da estiva, no sul

Também no sul há descontentamento: são os 325 estivadores de Porto Alegre, que estão sem serviço, passando fome.

As 325 estivadores de Porto Alegre estão passando fome. É que nas últimas duas semanas, só dois navios ancoraram no porto e o serviço foi feito por apenas 100 homens. A solução para a direção do sindicato é retirar o Fundo de Garantia, resolvendo temporariamente a situação. Na semana passada, o presidente do sindicato, Ugo Machado Ribeiro, telefonou para a Federação Nacional dos Estivadores pedindo contato com o BNH para reabertura do processo de retirada do Fundo de Garantia, iniciado em 78. O processo foi suspenso depois de um acordo entre o BNH e o sindicato regional: a cada situação de desemprego semelhante à de 78, o sindicato, através de sua Federação, reabilita o processo que possibilita tal retirada.

E a situação tende a piorar. Desempregados pela legislação — que os classifica como trabalhadores avulsos — a situação dos estivadores vem piorando a partir de 72. A

automação do porto local, a redução do movimento de carga (retido em grande parte no porto de Rio Grande) e, principalmente, o decreto-lei que permite a tripulação de barcos de pequeno calado realizar o serviço de carga e descarga, são os motivos da queda de trabalho de estiva.

Mas a solução apontada pelo sindicato não é do agrado total por parte dos estivadores que começam a fazer acres críticas à direção.

"Na semana passa, relata um estivador, teve eleição aqui. Vamos ter que repetir, porque deu empate das tres chapas. Uma delas era do secretário do presidente. Esta chapa da situação roubou o tempo do Ugo, que se envolveu com a votação. Andou este tempo todo sentado aí no escritório fazendo conchavos, andando de carro atrás dos aposentados. Em plena campanha eleitoral. Aí ficou tudo meio parado e agora muito estivador está descontente com ele." (Da Sucursal)

Os portuários santistas organizaram sua primeira greve desde 1964. As atividades do Porto de Santos foram completamente paralisadas no dia 17, domingo, por 12500 trabalhadores portuários que reivindicavam 15% de produtividade, além do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da mesma maneira que os metalúrgicos do ABC. A assembléia realizada domingo à noite, com a participação de 7.000 portuários envolveu quatro categorias de trabalhadores: os operários portuários, setor mais numeroso, com cerca de 7 500 trabalhadores, os operadores de guindates, os motoristas e os trabalhadores da administração. E a decisão de entrar em greve num setor enquadrado no Decreto-lei n.º 1632 (que proíbe greves nos setores econômicos considerados essenciais para a segurança nacional) foi a resposta encontrada pelos trabalhadores perante as omissões governamentais e a mesquinhez patronal da Cia. Doca de Santos. Na realidade o impasse foi criado pelo fato de que o Conselho Nacional de Política Salarial não aceitou os 6,2% de produtividade oferecidos inicialmente pela Cia. Docas de Santos, estipulando, por recomendação ministerial, apenas 3% de produtividade, com a alegação de não poder inflacionar os custos dos fretes.

A eclosão da greve

No dia 10, os presidentes dos quatro sindicatos que englobam os portuários santistas e mais os dirigentes da Federação e da Confederação estiveram prestes a aceitar em Brasília, nas negociações com a Portobrás, uma proposta de 5,7% de aumento de produtividade autorizada pelos ministros do Trabalho, Planejamento e Transportes. No entanto, um fato impediu o acordo dos dirigentes sindicais, que teria como consequência um resultado bem inferior ao reivindicado pelos trabalhadores. É que os estivadores dias antes haviam conseguido 6,6% de aumento com a Sunamam. Além disso, no dia 12, quarta-feira, os dirigentes sindicais prometeram ao ministro Golbery do Couto e Silva que iriam esforçar-se para evitar a greve e esperar uma nova proposta do governo.

Mas as expectativas dos dirigentes sindicais de esperar pela boa vontade governamental não foram compartilhadas pela massa de trabalhadores, no domingo à noite: cansados de esperar em vão por uma decisão oficial, organizaram um comando de greve e decidiram ir à luta.

Greves sem piquetes

Sem piquetes e com muita dose de tranquilidade, a greve acabou paralizando 25 mil pessoas direta e indiretamente. Treze mil, que trabalham junto ao porto (estivadores, conferentes, carregadores de carga) ficaram parados por não ter o que fazer. Os 2 mil motoristas que traziam café começaram a congestionar o porto. Mais de 100 vagões ferroviários estão parados, além de 200 caminhões. Na administração, os 3000 funcionários e os 6000 operários também abandonaram os armazéns.

A primeira greve portuária em Santos desde 1964 iniciou-se sem incidentes, segundo o próprio delegado do Trabalho Marítimo, admitindo que é a "greve mais ordeira que já vi".

O descontentamento

Orlando dos Santos, ajustador de montadores de aparelhos hidráulicos, guindastes e empilhadeiras, e um dos poucos que participou da última greve na Cia. Docas de Santos em 1964, 26 anos de firma, considera-se um trabalhador "privilegiado" com os seus Cr\$ 15.020,00 de salário mensal, enquanto que a média gira em torno dos Cr\$ 8.000,00

mensais. Mas este "privilegio" anterior a 1964 foi golpeado severamente. Segundo o diretor do Sindicato dos Operários do Porto, Nilton Peres, o portuário depois de 1964 perdeu a "semana inglesa", estabilidade e salário-chuva. Por outro lado, os sindicatos foram vítimas de violentas perseguições e sofreram forte intervenção. O padrão de vida dos portuários foi rebaixado. Nilton Peres acha que os 15% de aumento salarial, além do índice oficial, ainda é muito pouco para recuperar o poder de compra arrojado.

Surpresa

A mobilização massiva pegou desprevenido o governo e Cia. Docas de Santos. Há quinze dias vinham negociando com os dirigentes sindicais esperando um "acordo razoável". Apesar das ameaças, a paralisia oficial é evidente. Como reprimir uma greve que extrai toda a sua força motriz de um descontentamento generalizado e que em certa medida rompeu o ciclo desgastado de greves baseadas na força dos piquetes?

As consequências da greve

O governo será obrigado mais cedo ou mais tarde a agir com firmeza contra os operários. Os empresários começam a ficar apavorados com os prejuízos sofridos pelas mercadorias de exportação e importação estocadas nos armazéns ou nos navios. A Associação Comercial de São Paulo mandou telegrama para Brasília reclamando dos prejuízos da greve. No Rio, a greve causou apreensão nos meios exportadores, principalmente na área cafeeira. Segundo o ministro do Trabalho, a "paralisação dos serviços portuários trará muitos prejuízos, porque estamos com grande quantidade de café esperando embarque e os caminhões continuam descendo para o porto, que está totalmente paralisado, situação esta que se perdurar, provocará o congestionamento completo das atividades portuárias".

Para se ter uma idéia das consequências econômicas da greve, basta ver que o Porto de Santos vem se transformando na principal praça de importação e exportação de mercadorias (cerca de 50%) indispensáveis à produção econômica do país. Um único dia de paralisação do porto significa um prejuízo de Cr\$ 1,3 bilhões de cruzeiros. E se durar ainda muitos dias a greve causará a paralisação de muitas indústrias de Cubatão que dependem do desembarque de matérias primas. Com os armazéns lotados e a ameaça de prejuízos ao parque industrial o governo não terá outra saída senão a de agir rápido.

Os desdobramentos da greve

É evidente que as iniciativas não caberão à área patronal em romper o impasse, pois a Cia. Doca de Santos está às vésperas de ver expirar sua concessão para o controle do porto, que passará então à Portobrás. E o governo, ciente do seu papel de porta-voz dos interesses patronais, já brande com ameaças de intervenção nos sindicatos, de aplicação do "estado de greve" que pode demitir os 12.500 trabalhadores e de outras medidas repressivas. O destróier "Santa Catarina", com aproximadamente 200 fuzileiros navais foi instalado no porto, passando a guarnecer as instalações internas. A Polícia Militar efetua as rondas contra os possíveis piquetes.

Mas os tempos são outros. O governo será obrigado a negociar, pois não tem força política para uma repressão desta envergadura. E o trunfo está todo nas mãos dos portuários. Se conseguirem manter um nível de autoorganização e de mobilização, afetando, como estão, a produção econômica, poderão obter um índice de aumento em melhores condições.

CASA CHEIA EM VILA EUCLIDES: O ABC ESTÁ MAIS FORTE

... convocando para a assembleia.

Na última vez que compareceram ao Estádio Costa e Silva, em Vila Euclides, a poucos metros do Paço Municipal, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema estavam tensos, nervosos. E muitos deles saíram dali desapontados, mesmo após terem apoiado os argumentos da direção sindical de que era preciso aceitar o acordo com os patrões, pois não haveria condições de prosseguir com a greve, após a trégua de 45 dias. Para muitos, os 63 por cento de aumento conseguidos após o sacrifício de 14 dias de greve, estava bem distante dos 78,1 por cento pretendidos inicialmente, ao começar a campanha. E por isso mesmo, houve até quem promettesse nunca mais por os pés em Vila Euclides.

Fatores como esse, os resquícios de 1979, ao lado de outros dados com a implantação da nova política salarial do governo, com seus reajustes semestrais automáticos, baseados no já famoso INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) levantado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a ameaça do desemprego mais acentuado com a desaceleração econômica, faziam muita gente acreditar que a assembleia do domingo, 16 de março, seria um completo fracasso. E que obrigaria a equipe liderada por Luís Inácio da Silva, o Lula, a enfiar a viola no saco, esquecer dos seus últimos rompanes, e aceitar docilmente a primeira proposta apresentada pelos patrões.

Os 60 mil metalúrgicos que desde as oito horas da manhã começaram a chegar ao campo, permanecendo até pouco depois do meio dia em Vila Euclides, enfrentando a fome, o cansaço e o calor, encarregaram-se de desfazer essas expectativas sombrias. Os trabalhadores voltavam ao Estádio com um ânimo bem diferente daquele com que o deixaram em abril do ano passado. A inflação, o agravamento das condições de vida e de trabalho e a certeza de que se alguma coisa tiver que ser modificada dependerá deles próprios, tornou possível aquilo em que muitos não acreditavam.

Empresários baixam a crista

Mesmo do lado daqueles "que aparentemente dizem estar junto aos trabalhadores" (leia-se o reformismo em sua santa cruzada contra o "grevismo"), como lembrou o Lula, essa subestimação existia. O que falar então, dos patrões, que aposavam tudo no fracasso para dobrar a insolência dos "privilegiados de São Bernardo" e jogar com um cacife mais alto na mesa de negociações — não foi a própria polícia quem previu um comparecimento de apenas 15 mil trabalhadores, no máximo?

Já na segunda feira, a crista dos patrões estava sensivelmente mais baixa. Sequer conseguiram dar algum ar de seriedade às declarações do ministro do Trabalho, Murilo Macedo, de que o número de trabalhadores não significava nada, de que talvez muitos tivessem ido à Vila Euclides para dar uma voltinha, em vista da conhecida pobreza das opções de lazer, em São Bernardo. Cláudio Robles, representante do sindicato das Indústrias do Material Eletrônico, no Grupo 14da FIESP, encarregado de negociar com os metalúrgicos, admitia que os trabalhadores compareceram à assembleia conscientemente, seguindo o chamado das lideranças que se reafirmaram". Este último ponto, aliás,

foi referendado pelos próprios técnicos do ministério do Trabalho, que não se cansavam, no começo da semana de dizer que a direção sindical permanecia com sua autoridade intacta, ao contrário do que tem costumeado afirmar o ministro Murilo Macedo.

Negociações esquentam

E foi justamente com esse poderoso trunfo na mão — a capacidade de reunir um número tão elevado de trabalhadores numa assembleia de começo de campanha — que os trabalhadores melhoraram sua condição de barganha nas negociações ou nos contatos reservados que se estabeleceram com alguns importantes dirigentes empresariais. Foi o que fez, por exemplo, o vice-presidente da Ford, Newton Chiapari, admitir, após a assembleia, a possibilidade das montadoras negociarem separadamente com os sindicatos como estes vêm reivindicando, embora ressalvasse que isso somente deveria ser tentado em última instância.

Em todo o caso, no começo da semana, o mutismo era quase total entre os representantes patronais, fechados a sete chaves, todos procurando fugir ao assédio constante da imprensa, a título de não comprometer os entendimentos.

Proposta intermediária

O certo é que os empresários, estimulados pelo governo, tudo farão para impedir uma nova greve geral, como ocorreu em março do ano passado. Pagaram para ver e sentiram que Lula e seus companheiros não estavam blefando e que entre suas cartas aparecia o intenso trabalho de preparação e de agitação desenvolvido nos últimos meses. Ainda antes do domingo, algumas médias empresas teriam sondado o sindicato de São Caetano do Sul para que se estabelecesse um acordo em torno de 10 por cento a título de produtividade. Que, se ainda está distante dos 15 por cento pretendidos é bem mais do que os 5 ou 7 por cento acenados inicialmente pela maioria dos empresários.

Talvez seja possível arrancar mais um ou dois pontos percentuais acima dos 10 por cento, o que representaria um resultado apreciável, o melhor aliás, já obtido nos últimos anos por qualquer categoria de trabalhadores. Restaria, então, outros itens importantes da pauta de reivindicações, como a redução da jornada semanal para 40 horas, o delegado sindical, o controle das chefias, o estabelecimento de garantia no emprego, com o fim das dispensas arbitrárias, aceitando-se apenas aquelas promovidas por dificuldades técnicas ou econômicas comprovadas. Entretanto, esses são pontos considerados tabus pelos empresários, que normalmente preferem jogar a bola para a frente, passando-a ao governo. O delegado sindical, por exemplo, segundo o empresário Valter Sacca, representante do Sindicato de Máquinas e um dos principais porta-vozes do grupo 14, deveria ser discutido durante os debates sobre a nova Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para evitar que se restringisse apenas às categorias de maior poder de pressão.

As lideranças de São Bernardo, se estão eufóricas com os resultados do grande teste de domingo, sabem que nem assim a campanha salarial será um passeio. As dificuldades para sustentar uma greve duradoura estão bem presentes para todos,

apesar dos avanços significativos já alcançados neste ano, se comparados ao que foi a campanha e a greve de 1979, onde a força de atração da direção sindical foi o principal sustentáculo das mobilizações.

Pesa negativamente o fraco desempenho ocorrido até agora em Santo André, cujo sindicato levou apenas 500 trabalhadores à assembleia também realizada no domingo e em São Caetano, onde o entusiasmo igualmente é baixo entre os metalúrgicos. O "racha" que ocorreu às vésperas da greve, com a Federação e os 30 restantes sindicatos do Interior, já se manifestou desde o começo, com a Federação e o ABC (com o apoio de Campinas) encaminhando duas listas separadas de reivindicações: inclusive, é interessante notar que o velho pelego Argeu dos Santos apresenta uma demanda supostamente mais radical — 74,38 por cento sobre os salários de novembro de 1979, além da taxa de produtividade, algo ao redor de 13,05 por cento — contra os 15 por cento do ABC e que representariam perto de 61 por cento sobre novembro.

É certo que alguns Sindicatos do interior, como os de Taubaté, Santa Bárbara D'Oeste e Jundiá, mesmo apresentando demandas idênticas aos liderados pela Federação, uniram-se ao ABC e Campinas, no que se refere ao encaminhamento das negociações. Com isso, esse bloco representaria 280 mil dos 450 mil metalúrgicos do Interior do Estado. Mas não se deve super-estimá-los, seja em função do reduzido número de trabalhadores que representam, seja pela atuação recente de alguns de seus dirigentes, como o presidente do Sindicato de Campinas, Cid Ferreira, que traiu vergonhosamente os compromissos assumidos no ano passado com o ABC e abortou a mobilização dos trabalhadores de sua base.

Também devem estar preparados para contar muito mais com suas próprias forças e dos setores combativos de outras categorias, perdendo qualquer ilusão quanto ao que pode significar o apoio de certos setores da chamada Unidade Sindical. Estes, juntamente com algumas cunhas, incrustadas no sindicato, bem próximas da direção por motivos diversos dos agentes governamentais, mas confundindo-se com eles (basta ver o linguajar e o teor das palavras de ordem dos boletins apócrifos divulgados no ABC, caluniando o Lula), tem interesse num eventual fracasso das lideranças de São Bernardo. E que não se limita à esfera sindical, referindo-se diretamente à instância político-partidária. Embora o Lula tenha seguidamente buscado evitar qualquer pretexto para as acusações de divisionismo, em São Bernardo também está em jogo, de certa forma, o próprio Partido dos Trabalhadores. E os que o acusam de cindir as oposições, não terão o menor interesse em contribuir para o fortalecimento que certamente "advirá" de uma campanha bem sucedida.

Enfim, há pouco tempo até a assembleia do dia 30 de março. Naquele dia, novamente no estádio, os trabalhadores, decidiram se está na hora da onça beber água, e como deverá bebê-la. E também, se deverão mesmo transformar o dia primeiro de abril, tradicionalmente o dia dos mentirosos, no "dia da verdade", como propôs o tesoureiro do Sindicato, Djalma de Souza Bom, aos 60 mil metalúrgicos de Vila Euclides.

Contra as expectativas generalizadas, 60 mil metalúrgicos lotaram o Estádio Costa e Silva, em Vila Euclides, São Bernardo do Campo. Lá, eles reafirmaram sua disposição de luta e de ir à greve, respondendo ao intenso trabalho de mobilização e organização promovido pela direção sindical. Ao mesmo tempo, reforçam consideravelmente o poder de barganha da categoria na mesa de negociações com os patrões.

Por Tom Duarte



60 mil metalúrgicos lotaram Vila Euclides.

Lula quer os patrões de joelhos

Inegavelmente, o discurso mais esperado pela massa humana que aguentou pacientemente o intenso calor e o sol escaldante em Vila Euclides, era o do Lula. Desde abril do ano passado, quando se realizou ali a assembleia que decidiu pela aceitação de acordo com os patrões, após a trégua de 45 dias, não houve um encontro como aquele entre a liderança sindical de São Bernardo e os trabalhadores. Certamente, o tom do discurso não decepcionou ninguém. Com sua sensibilidade, haurida pela experiência de quase um ano de lutas não só sindicais como políticas, Lula conseguiu dizer exatamente o que os 60 mil trabalhadores queriam ouvir.

"Vocês que foram espezinhados, que sofreram durante 12 meses, dão hoje uma demonstração de que se alguma coisa tiver que mudar neste país, vai mudar a partir dos metalúrgicos do ABC", começou o Lula, repetindo uma afirmação feita na assembleia do dia 29 de fevereiro. Depois, se referiu às calúnias dos patrões contra as lideranças, ao sem número de companheiros que "nós perdemos nas fábricas", lembrando que os "patrões haviam apostado que os trabalhadores tinham se amedrontado e não iam topar ir pra briga outra vez".

Não faltaram referências ao ministro Murilo Macedo (segundo a imprensa Macedo ficara "desgostoso" com o discurso do Lula). "Vocês viram, na sexta-feira à noite o ministro mentindo na televisão. Vocês viram ele fazendo uma média com a política salarial que veio arrasar com os trabalhadores. Vocês viram ele dizer que os trabalhadores tinham que ficar atentos àquilo que os seus dirigentes queriam. E vocês deram a resposta ao Murilo Macedo. Vocês sabem o que os dirigentes sindicais daqui querem: o bem estar de cada um dos trabalhadores de São Bernardo e Diadema."

Em seguida, Lula lembrou a elevação da disposição de luta e o nível de consciência para este ano, existente entre os trabalhadores, superior mesmo à do ano passado. Provocada, inclusive pela deterioração das condições de vida: "e nossas mulheres sabem o que elas sofreram este ano para ir à feira,

ao supermercado, às cooperativas, ir às padarias, ao açougue comprar o que elas não podiam".

Ele próprio reconheceu o tom mais agressivo do seu pronunciamento, "porque a gente não pode permitir tanta irresponsabilidade da parte do governo. A gente não pode permitir que os trabalhadores sejam massacrados 24 horas por dia", justificou.

Depois de referir-se às ameaças anônimas que tem recebido, Lula propôs "uma coisa bem melhor programada que no ano passado", ou seja: receber o vale do dia 25, trabalhar até o dia 31 para garantir o recebimento integral no dia 10 de abril, garantindo, com isso, pelo menos 25 dias de greve, caso ela tenha que ser deflagrada no começo de abril.

A seguir, convocou a nova assembleia, no Estádio, para o dia 30 de março, domingo, pela manhã: "se até lá os patrões não tiverem feito uma proposta pra gente, a gente decide aqui que segunda-feira à noite nenhum trabalhador liga a máquina, e para o serviço de uma vez por todas".

Depois, ele recomendou que os trabalhadores parassem de fazer horas extras, mostrando que somente em 1976 a Volkswagen fez mais de sete milhões de horas extraordinárias. Mostrou a relação que elas tem com o desemprego e a relação que sua extinção guarda com a redução da jornada de 40 horas semanais de trabalho, para proporcionar aumento do nível de emprego.

Lula alertou também sobre a necessidade dos trabalhadores norteamericanos se pelas informações do sindicato, para o trabalho junto às esposas, a redução dos gastos inúteis, e aumento das contribuições para o fundo de greve.

Segundo o Lula, "este ano os patrões vão ter de se ajoelhar aos nossos pés para atender nossas reivindicações". E antes disse, os trabalhadores farão pequenas mas significativas demonstrações de força para ir dobrando o ânimo dos empresários: "nenhuma hora extra. Vamos ter de fazer operação-tartaruga dentro das fábricas, produzir menos do que produzíamos. E no dia 30, todo mundo vai encher o campo para a gente decretar greve geral em São Bernardo e Diadema."

Confiando nas próprias forças

Enquanto a assembleia não começava, o pessoal, operários, mulheres e suas crianças, movimentavam-se pelo gramado do estádio da Vila Euclides, em clima de quase festa domingueira. As 10:50, a massa ainda chegando, o mormaço queimando, cozinhando em fogo lento a expectativa dos metalúrgicos.

"Qual a sua opinião?" pergunta a reporter. "Esse ano estamos com força total, o que o governo está oferecendo não dá. Vamos ver no que vai dar. Esperamos que o Lula consiga com o governo os 15%. Se não conseguir, greve". Ou "estaremos na expectativa, vamos ver o que o Lula vai dizer. Viemos aqui para ouvir o Lula". E por aí em diante. Todos coesos em torno das propostas da diretoria do Sindicato, confiantes na possibilidade de vitória da categoria. Dispostos a levar a proposta de operação tartaruga, de renúncia aos minguados cruzeiros a mais que as horas extras proporcionam. Acreditam também que podem "botar a chefia na linha", outra proposta do Sindicato, através de votação dentro da fábrica para escolha dos chefes. Igualmente, falam das 40 horas semanais, antiga proposta da classe, que entretanto ao ser anunciada em um dos discursos não consegue sequer fracos palmas.

Greve dia 1º

As 11 horas tem início a assembleia. Os oradores se sucedem sem conseguirem entusiasmar demais o pessoal. Nem mesmo o grupo do gargarejo que tenta a todo o momento puxar palmas, consegue adeptos. O momento de maior vibração talvez tenha sido quando foi votada a greve para o dia 1.º, caso as reivindicações não fossem atendidas. Palmas e risos também para a resposta indignada de Lula frente a denúncia distribuída impressa de que sua mãe morava em um barraco: "a mãe de quem escreveu isso, mora na zona", disse ele. O calor aumenta e a assembleia continua. Alguém desmaia na arquibancada. Sombriinhas se abrem, jornais são usados como chapéus, camisas enrolam-se nas cabeças. E Lula, tem pouco a dizer. Tudo já havia de alguma forma sido dito. Ele fala ainda e a massa começa a retirar-se confiante na capacidade de São Bernardo em responder a seus interesses, cada vez mais confiantes na direção do seu sindicato.

Um grupo mais entusiasmado, que levava instrumentos, à saída toca e canta uma musiquinha improvisada: "Patrão mandou não dar aumento pra criança/Salve o Lula macacada/Salve o Lula macacada". (Antonina Silveira)

Mobilização antecedeu assembleia

Apesar de fontes policiais da região do ABC terem calculado um dia antes o comparecimento de um máximo de 20 mil trabalhadores na assembleia realizada dia 16, em Vila Euclides, a realidade da maciça presença dos operários foi a melhor resposta para os que torciam pelo fracasso da convocação. Cerca de 60 mil metalúrgicos compareceram à assembleia, dando, assim, amplo respaldo à condução da luta pela diretoria do Sindicato de São Bernardo e Diadema.

Mas, para que a assembleia tivesse se constituído no êxito que foi, a direção do Sindicato desenvolveu um trabalho estafante durante toda a semana. Dezenas de pequenas e grandes fábricas foram visitadas para a distribuição do jornal "Tribuna Metalúrgica" e dos suplementos informativos diários.

Na Volkswagen, as assembleias no pátio da empresa tiveram a participação de mais de vinte mil trabalhadores que apoiavam as propostas da diretoria: "É isso aí companheiro, nada de hora extra. Hora extra é o fundo de greve do patrão. Vamos mostrar para esses patrões safados, a força do trabalhador", falavam os líderes, enquanto os metalúrgicos faziam com os dedos o sinal de positivo.

Não houve incidentes na reunião ali realizada, mas durante toda a semana, a diretoria do sindicato recebeu dezenas de reclamações de operários que não podiam entrar com os jornais do Sindicato dentro da empresa. Os que entravam e eram pegos por algum guarda, iam parar na Segurança onde tomavam chá de cadeira, antes de serem ameaçados e advertidos.

Entusiasmo

Em todas as fábricas onde se realizavam as reuniões o clima era de entusiasmo. Onde a repressão interna agia com mais vigor havia uma certa apreensão dos operários. Caso da Villares, a empresa em que o próprio Lula trabalhava. Ali, devido à atuação dos dedos-duros, os operários fo-

ram chegando um pouco preocupados junto aos líderes, enquanto os antigos companheiros de Lula vinham cumprimentá-lo. O clima, no entanto, se modificou, quando o dirigente tomou a palavra: "eles querem que todo mundo pense que os operários da Villares são uns carneiros, mas não são não, pois já demonstraram isso. O governo e os ministros acham que a gente é louco porque está pedindo 15 por cento de aumento sobre o INPC, mas a inflação já está a mais de 40 e se a gente ficar quieto eles vêm oferecer 30 e até vinte por cento. O que quero deixar claro é que se não houver acordo, vamos parar". Os operários fazem gestos de aprovação inclusive quando Lula convoca todos a irem a assembleia do domingo.

Reuniões do mesmo tipo foram feitas na Brastemp, Polimatic, Arteb, Autometal, Commander, Delta, Nakata, Panex, Rolls Royce, Motores Perkins, Friz Moldu Car, Ford, Mercedes. Numa empresa da Vila São José, em Diadema, a Metal Tork, os trabalhadores foram coagidos pela Segurança. Os guardas fizeram um cordão no pátio, ficando de frente para os operários para intimidá-los e impedir que a direção do Sindicato distribuisse o jornal e os suplementos informativos. Além disso, os patrões, segundo informou Manoel Anísio Gomes, diretor do Sindicato, escreveram por cima dos cartazes de reivindicações dos metalúrgicos: "é uma piada".

Na Chrysler, segundo denúncias dos trabalhadores, um dedo-duro conhecido por Major, da seção 40592 queria sair no braço com os diretores do Sindicato que tinham ido até à porta da fábrica distribuir os boletins. Mas o repúdio dos trabalhadores da empresa impediu que ação fosse consumada, ficando o Major completamente desmoralizado.

As reuniões nas fábricas foram realizadas até no sábado (Termomecânica), onde apesar da conhecida fama de repressão da empresa, não houve incidentes.

(Vilma Amaro)



500 mil Suplementos Informativos e 160 mil exemplares da Tribuna Metalúrgica distribuídos, 12 mil cartazes, 22 mil adesivos, 15 mil boletins para donas de casa, 18 mil boletins para as Sociedades de Amigos de Bairro, 375 reuniões nas portas de fábrica e no sindicato: a exaustiva mobilização para levar 60 mil trabalhadores à assembleia.

II Congresso da Mulher Paulista

Dois passos à frente, um atrás

Por Vera Martins

Ninguém esperava um comparecimento tão massivo ao II Congresso da Mulher Paulista. Nos dias 8 e 9 de março, 3500 mulheres e mais uma centena de homens solidários, lotaram o auditório do Teatro da Universidade Católica, demonstrando que a questão da mulher está, mais do que nunca, na ordem do dia.

Um exemplo, prático dessa demonstração estava ali mesmo, sob os olhos de todos: para que o Congresso pudesse se realizar, mais de 600 crianças de diferentes faixas de idade tiveram de ser acomodadas em creches auto-geridas pelas próprias mulheres. Dificuldades que congressos e reuniões majoritariamente masculinos por isso mesmo, nunca tem de enfrentar.

Já um pouco antes, ainda na fase de preparação do Congresso, ficaria evidenciada a explosividade do movimento de mulheres: o Iº Congresso, no ano passado, fora convocada por apenas 8 entidades enquanto, este contava, para a sua coordenação, com mais de 50, entre as quais, 10 grupos de mulheres, 10 entidades sindicais e mais de 30 organismos de movimentos populares.

No entanto este crescimento espantoso não se traduziu proporcionalmente em organização: o comparecimento massivo ao IIº Congresso foi em grande parte espontâneo e houve inúmeras falhas de direção dos trabalhos. Os critérios de decisão não ficaram bem explícitos: e, por isso mesmo, evitou-se colocar as questões em votação na tentativa de fazer prevalecer o apa-



rentemente democrático método do consenso. Aparentemente, porque na verdade o que ele permite é o direito de veto das minorias sobre as majorias, impedindo o avanço do conjunto. E foi o que, em grande medida, ocorreu no Congresso.

O temário era imenso e foi dividido em 5 grandes itens (na verdade um tanto artificiais: já que na prática são dificilmente separáveis: a discriminação vivida pela mulher enquanto 1) mulher; 2) mãe; 3) trabalhadora doméstica; 4) trabalhadora assalariada; 5) participante na comunidade, na sociedade e na vida política.

A fim de que todas as mulheres tivessem a oportunidade de falar, o

plenário foi dividido em grupos de 20 a 30 mulheres que no primeiro dia optaram por um dos 4 primeiros itens.

O 5º item foi discutido por todos, no 2º dia. No entanto os trabalhos dos grupos foram dirigidos por mulheres indicadas pela coordenação do Congresso. Esse critério, pensado inicialmente para facilitar as discussões entre mulheres que não se conheciam, além de pouco democrático, deu margem a que outras «coordenadoras» auto-proclamadas pela falsificação de crachás se somassem a algumas de direito para nos grupos, assegurar certo rumo para os debates. No que, em alguns casos, foram bem sucedidas.

Entretanto, tais métodos não passa-

riam impunes. Na plenária geral, a tentativa de fazer passar gato por lebre foi desmascarada. Na parte da manhã, uma ex-metalúrgica, notória fura-greve, indicada por coordenadoras biônicas para prestar depoimento, não conseguiu falar. Suas companheiras de tendência — que se referenciam no jornal Hora do Povo — invadiram o palco e distribuíram pescoções. Mas se caracterizaram como minoria esmagadora. Mais tarde, devidamente denunciadas em nota oficial pela maior parte das entidades presentes, não se conformaram: impediram o término do Congresso pela balbúria, mas não, antes de explicitar pelo microfone que eram contra a organização autônoma das mulheres, deixando portanto claro o que haviam ido fazer ali. (ver página ao lado)

De qualquer modo, o Congresso se realizou à sua revelia. Pilhas e pilhas de relatórios das discussões dos grupos estão agora sendo trabalhados pelas entidades organizadoras do Congresso para que deles se retirem as campanhas de lutas unitárias que serão levadas até o próximo Congresso, no ano que vem. Além disso, há que se assinalar dois pontos altos do evento: a bela homenagem prestada a Flávia Schilling, aplaudida de pé durante vários minutos e a homenagem especial a Arja Dias, viúva do operário da oposição sindical morto pela polícia na última greve dos metalúrgicos de São Paulo, que em sua fala convocou todas as mulheres a uma luta unitária contra os pelegos e contra a ditadura.

Rio:

Opressão e emancipação na feira das mulheres

1980, 8 de março. Cerca de quinhentas mulheres e pelo menos uma centenas de homens estão reunidos no Sindicato dos Metalúrgicos no bairro de São Cristóvão. Comemoram o Dia Internacional da Mulher.

Desde a entrada, há um clima de festa. Barracas de livros, painéis fotográficos, poesias serpentinas, camisetas pintadas com o símbolo feminista, tapeçarias feitas por detentas do Presídio Feminino Talavera Bruce.

A imagem é de uma grande feira espalhada pelo salão. Essa no entanto, era apenas uma forma descontraída de convidar à participação, às discussões, à assistência de filmes realizados por mulheres, à leitura dos textos colados à parede, onde não havia histórias alegres, mas principalmente denúncias. Aborto, sexualidade, contracepção, posse, violência, foram pontos que polarizaram atenções.

Um debate promovido pelo Centro de Estudos e Atendimento à Mulher e à Infância — CEAMI — durou quatro horas e meia, reunindo pelo menos a metade das pessoas presentes. Sobre a dominação do corpo, a sexualidade como móvel de

criação, a rejeição do corpo, a educação sexual repressiva, orgasmo e prazer, mulheres e homens falaram livremente. Enquanto não ocorrer uma transformação mais profunda da sociedade é preciso não silenciar sobre assuntos como a sexualidade ou a questão política versus a questão do corpo, temas até agora sufocados, principalmente para a maior parte da população feminina.

O que está acontecendo com as mulheres?

Nas folhas em branco, colocadas para depoimentos em meio aos painéis, muitas mulheres não tiveram medo de se expor, ou revelar seu desespero e perplexidade. “Não posso trabalhar porque sou mulher.

Não posso trabalhar porque sou desquitada. Não posso trabalhar porque sou negra. O que faço quando tiver 35 anos?”

Márcia, pesquisadora, conta: “Primeiro descobri que o poder médico me assusta como as gi-

letes enferrujadas com que fazem assepsia na hora do parto. INPS? Qual será nossa bandeira, nós mulheres, quando desejamos (já podemos arcar com um filho) e engravidamos? Ganho um salário irrisório, tenho medo do parto porque não confio nas instituições do governo para parir”.

Afinal como perguntava o cartaz-propaganda da comemoração, o que está acontecendo com as mulheres?

“Eu sinto o que é opressão, mas não sei dizer o que é emancipação, é a dúvida de uma mulher que se assinou apenas Teca embaixo do seu depoimento. De acordo com outras manifestações que podiam ser lidas nos murais, a liberação da mulher se estende da independência econômica até “poder andar na rua sem medo de ser currada em cada esquina”. Mas, se por um lado as mulheres ainda são agredidas por violências desse tipo,

por outro, gradativamente descobrem que também podem dispor de armas poderosas. Como a reprodução.

«Nós fizemos Aborto»

“Depois de 10 anos, posso finalmente ter um filho, além de poder decidir por outras atividades, declarou uma mulher acrescentando: “Tenho muitos abortos, mas prefiro falar da gravidez desejada”.

No Sindicato dos Metalúrgicos, inúmeros depoimentos mostram que as mulheres começam a reagir e a exigir o exercício de um direito que sempre lhe foi negado. Numa das barracas havia, entre textos que informavam os diversos métodos de controle da natalidade, as penalidades para quem faz o aborto e um cartaz com o título “Nós fizemos Aborto”. Inicialmente vazio, ao final do dia já abrigava assinaturas de 40 mulheres. Algumas além de reconhecerem publicamente a prática do aborto mais

de uma vez, fizeram ainda sugestões táticas. “As mulheres devem pichar a cidade toda, falando, reivindicando o controle de seus corpos”, ou ainda “As mulheres brasileiras devem se unir, lutar pelos seus direitos. Enquanto o sexo for encarado como fonte de procriação, estaremos muito mal”. E num rasgo de indignação: “Abaixo a civilização cristã!”

A comemoração do 8 de março foi organizada pelos grupos feministas da cidade do Rio de Janeiro: Coletivo de Mulheres, Centro da Mulher Brasileira, Sociedade Brasil-Mulher. Muitas outras entidades participaram também e o leque de reivindicações era tão amplo quanto o salão do Sindicato de Metalúrgicos.

A Feira, que deveria entrar pela noite adentro, foi interrompida às 19.30 por uma denúncia da existência de uma bomba no local. Por ordem do Corpo de Bombeiros, o salão foi esvaziado.

A autonomia não é uma heresia

Por Beth Liobo

O II Congresso da mulher Paulista fez aflorar algumas das questões fundamentais para o movimento de mulheres.

A primeira delas é a da autonomia.

Esta idéia estranha ou importada, ganhou realidade, domingo 9 de março no Tuca repleto.

3.500 mulheres mostraram sua vontade de lutar contra a discriminação que sofrem por que são mulheres e pela transformação a sociedade em que vivem.

Mas como e onde lutar?

Para algumas, só o seu partido tem a resposta certa, logo as mulheres devem alistar-se no partido, votar nas eleições e esperar que um iluminado deputado faça um projeto que obrigue o governo a construir creches ou legalize o aborto.

Por detrás desta idéia está uma concepção totalitária de partido que o vê como único espaço onde se pode fazer política e não reconhece a autonomia dos movimentos populares. Mais ainda esta é uma visão estreita da política que a deduz à luta eleitoral e não permite que os setores sociais se organizem em torno a seus problemas.

A uma concepção totalitária de política corresponde uma prática autoritária. O movimento de mulheres, decretam estas vozes, não pode existir, e se existe trata-se de destruí-lo.

Foi o que tentaram fazer a socos e pontapés.

Mas as 3.500 mulheres do Congresso existem e estavam lá porque são mulheres e querem se organizar.

Construir um movimento de mulheres unitário e autônomo é dar a todas elas: donas de casa da periferia, trabalhadoras, mulheres negras, empregadas domésticas ou professoras a oportunidade de falar, de romper com a opressão que sofrem e com a sociedade opressora que as divide.

Nem sempre foi dado às mulheres o direito de denunciarem sua situação.

Mesmo no movimento operário, mesmo nos partidos e grupos de esquerda os problemas das mulheres foram em geral passados a 2º plano. Por isto as mulheres formam grupos e se reúnem para discutir sua condição de mulher, suas lutas e objetivos e como fazer para que estas lutas sejam realmente parte das lutas gerais, sejam levadas nos partidos e nos sindicatos que lutam pela transformação da sociedade.

O II Congresso foi apenas um começo. Mostrou as mulheres a importância de fazer política lá onde ela nasce, nas lutas quotidianas, na auto organização pela base, na autonomia do seu movimento.



A hora do povo, os dragões e as pulgas

As 3.500 mulheres presentes à última sessão do 2º Congresso da Mulher Paulista tiveram a oportunidade de assistir mais uma demonstração dos métodos de intervenção política dos militantes ligados ao jornal *A Hora do Povo*, que o professor Maurício Tragtenberg, aqui mesmo nas páginas de *EM TEMPO*, caracterizou como fascismo «proletário».

Tristemente célebres desde que atacaram com correntes e barras de ferro aos militantes da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, este grupelho não perde a oportunidade para, acobertado pela legenda do PMDB, tentar impor seu reformismo-democratista pelos métodos menos democráticos possíveis. O combate radical e intransigente da prepotência e golpismo desta minoria deve por em evidência no entanto a essência de sua posição política. Leninistas de pacotilha, sua atuação se caracteriza por uma tentativa permanente de infiltrar-se no movimento de massas e, de forma golpista, impor seus pontos de vista particulares, desrespeitando a au-

tonomia dos movimentos populares — questão central para todo projeto verdadeiramente socialista e democrático. Assim o fizeram quando tentaram no Congresso encher o palco com cartazes e frases do PMDB ou alusivas à luta das mulheres afegãs, (!) questão sobre a qual só devem ter ouvido falar através dos boletins da Rádio Moscou.

Para muitos esta mistura de «diretismo» democratista e «esquerdismo» nos métodos pode parecer surpreendente. Nada mais falso. Há mais de 50 anos, um obscuro georgiano, que se intitulava Koba e que mais tarde mudaria seu nome de guerra para Stalin, fez toda uma carreira política baseada nesta combinação aparentemente paradoxal. Como a velha guarda bolchevique em relação a Stálin muitos do que foram há mais de dez anos companheiros dos atuais dirigentes da *Hora do Povo*, alguns mortos na luta contra a ditadura, devem estar repetindo a frase de Heine: «Plantei dragões e colhi pulgas». (M.A. GARCIA)

As posições do PMDB

Logo após os lamentáveis incidentes no final do IIº Congresso da Mulher Paulista provocados por grupos ligados ao jornal *A Hora do Povo*, acobertados no PMDB, no Sindicato dos Metalúrgicos, do pelego Joaquinção, e em duas associações de bairro, a direção da *Comissão Provisória do Departamento Feminino do PMDB* distribuiu uma nota à imprensa onde declara:

“Nós, mulheres peemedebistas que atuamos há dez anos no ex-MDB, tentamos organizar a participação política das mulheres em todos os bairros, através dos Diretórios, denunciando que a posição de repúdio ao IIº Congresso da Mulher Paulista por um grupo minoritário do PMDB, não representa de forma alguma o pensamento das mulheres do partido. Estamos convictas de que a atuação de todos neste congresso deve ser de modo a preservar a unidade do movimento das mulheres”.

Ao entregar a *EM TEMPO* a nota do Departamento Feminino do PMDB, ao qual preside, a advogada Sílvia Pimentel, reiterou sua condenação a todas as atitudes divisionistas no Congresso, explicando que as iniciativas que ela e suas companheiras vêm desenvolvendo no interior do partido têm como objetivo central reforçar a participação política da mulher na vida do país e no próprio PMDB. Sílvia valorizou o trabalho desenvolvido pelos grupos femininos da periferia, da mesma forma que a

atividade das organizações feministas. Rassaltou, igualmente, que a conduta daqueles que se intitulavam representantes do PMDB não expressava a posição das mulheres peemedebistas, sobretudo no que se refere a uma questão para elas essencial: a autonomia e independência do movimento das mulheres, o que se supõe iniciativas que reforcem sua unidade.

O momento atual é de reforçamento do movimento das mulheres — concluiu — e só por isso se explica a existência de um Departamento Feminino do PMDB. Quando as reivindicações femininas e feministas forem assumidas pelo conjunto do Partido, o Departamento, enquanto tal, perderá sua razão de ser.

Curiosamente esta entrevista dada no calor dos acontecimentos não coincide com o artigo de Sílvia Pimentel na *Folha de São Paulo* de 13/03 onde ela diz: “Reconhecendo ser o partido político o instrumento, por excelência de canalização da luta da mulher, as peemedebistas estão preocupadas em instituir e dinamizar uma instância política específica para a mulher” que vai ser contraditório com a “questão essencial da autonomia e independência do movimento de mulheres”; e mais abaixo “o departamento feminino será a grande instância viabilizadora e facilitadora de nossa integração dentro do partido, bem como da *arregimentação da mulher para o partido*”.

Homens: assumindo o feminismo

Por Olga Nascimento

Entre os participantes do II Congresso da Mulher paulista pelo menos 100 eram homens. Deste número, cerca de 60 se reuniram para discutir o tema. Os outros ficaram, a pedido das mulheres trabalhando na infra-estrutura: cuidando das crianças, da alimentação etc.

Através da Resolução do Grupo dos Homens que publicamos abaixo pode-se notar, a clareza e objetividade com que eles encaminharam a discussão ao contrário da maioria dos grupos das mulheres.

Dois fatores foram para isso, determinantes: 1) o fato de o grupo dos homens não ter se enquadrado dentro das normas — nem sempre democráticas — que a coordenação do congresso a estabeleceu para os grupos de mulheres. 2) o fato de os homens presentes serem, na sua maioria feministas e companheiros das mulheres participantes do Congresso. Havia também um pequeno número de homossexuais o que assegurou o caráter feminista e não-autoritário da reunião.

Resolução do grupo dos homens

“Nós homens consideramos muito importante a realização deste II Congresso da Mulher Paulista. Embora não caiba aos homens presentes dizer o que as mulheres devem fazer, achamos que já é hora de todos nós, homens, trabalhadores e oprimidos assumirmos nosso papel ao lado das mulheres na luta contra todo tipo de exploração e contra todo tipo de discriminação da mulher. Consideramos que o homem deve dar todo apoio às lutas da mulher, por direitos iguais no trabalho, em casa, enfim, em todas as esferas da vida humana. Cabe aos homens, principalmente aos trabalhadores, combater a dupla jornada de trabalho da mulher, assumindo dentro de sua casa a divisão

do trabalho doméstico. Mais do que isso, cabe a nós, homens, apoiar e fortalecer as formas de lutas e organização específicas da mulher, como Departamentos Femininos nos sindicatos, Movimentos Feministas, luta por salário igual para trabalho igual, por creches, lavanderias coletivas e participação na vida política. Os trabalhadores combativos devem assumir nas fábricas e nos sindicatos, nos bairros e em todos os locais de trabalho um debate amplo sobre as questões que atingem mais diretamente a mulher como o problema do aborto, da sexualidade etc. Consideramos que a mulher deve ter pleno direito sobre seu próprio corpo e que a luta pela legalização do aborto nunca pode ser desvinculada da questão mais fundamental do direito à sobrevivência. A luta pela legalização do aborto deve necessariamente ser acompanhada pela cobrança de responsabilidade do Estado, pois não podemos aceitar que continue vigorando a situação atual onde anualmente são realizados no Brasil mais de 3.000.000 de abortos, em péssimas condições ou até sem assistência nenhuma. Repudiamos também a moral machista vigente na sociedade de classes em que vivemos, que nega à mulher o direito à satisfação sexual, taxando-a de prostituta caso ela assuma um comportamento sexual menos tradicional e que persegue hipocritamente tanto o homossexualismo feminino como o masculino. Deixamos aqui o nosso apoio irrestrito aos grupos que estão tentando criar o Núcleo de Defesa à Mulher Paulista, que atenderá as prostitutas da violência machista e da extorsão policial.

Finalmente, consideramos que a libertação da mulher está estreitamente vinculada à libertação dos trabalhadores do jugo da exploração capitalista, embora a emancipação da mulher não se esgote na construção de um regime socialista”.

Mais verbas e boicote ao ensino pago

Manifestações estudantis se espalham por todo o país. Eles lutam por mais verbas para a educação e boicotam os aumentos exorbitantes das anuidades nas escolas particulares.

Por Elvira de Oliveira

Já no final das férias escolares tudo indicava que o movimento estudantil em 1980 voltaria a ocupar as atenções do país, depois de um justificado segundo plano em 79 quando todos se voltaram para as intensas mobilizações operárias. E o reinício das mobilizações só vem mostrar os vários pontos de confluência entre a luta dos estudantes e dos trabalhadores em geral, pois as principais reivindicações daqueles se relacionam e dizem respeito à profunda crise econômica porque passa o país e à tentativa do governo em jogar nas costas da população o seu ônus.

Maluf apedrejado

Desta forma, multiplicam-se a cada dia as manifestações contra o ensino pago — que tem em Paulo Maluf, governador biônico de São Paulo, o seu mais ardoroso defensor — contra as abusivas anuidades cobradas pelas escolas particulares com o aval do MEC e a favor de mais verbas para o ensino público. Desde a realização da reunião do CONEG (Conselho Nacional das Entidades Gerais), em fevereiro último em Belo Horizonte; estas palavras de ordem passaram a ser o carro-chefe das lutas estudantis.

Na semana passada, mais de 2000 estudantes concentraram-se frente ao Palácio dos Bandeirantes, em São Paulo, para protestar contra o corte de verbas para as Universidades, que está provocando o seu quase colapso e que, na USP, entre outras coisas, além de se refletir no fechamento dos restaurantes universitários, chega a adiar provas marcadas por falta de papel.

Na esteira das manifestações em São Paulo, na sexta-feira, dia 14 de março, Paulo Maluf, Haroldo de Mattos, ministro das Comunicações e José Sarney, presidente do PDS, ficaram presos por 40 min. dentro de seus carros, em São Carlos, envolvidos por uma multidão de 1000 pessoas, na maioria



Um repúdio a política educacional do governo

estudantes que protestavam contra o ensino pago, a falta de verbas para as escolas, a mudança da capital e o custo de vida. Só conseguiram sair com a interferência de um pelotão de choque da polícia, não sem antes terem seus carros apedrejados por pedaços de madeira, sapatos e pedras.

Indo para Rio Claro, a situação não ficou mais tranquila para a comitiva, pois cerca de 200 estudantes portando faixas contra a nova capital, o custo de vida, o ensino pago e a corrupção, perseguiram-a durante todas as "solenidades" gritando: "Arroz, Feijão, Saúde, Educação e Ladrão, Ladrão".

Nesta quarta-feira a UEE/SP organizou manifestação no Largo de São Francisco em defesa do ensino público e gratuito e pela suplementação de verbas para as Universidades Estaduais. Atos e reuniões aconteceram também em Piracicaba, São Carlos, Ribeirão Preto, Campinas, Rio Claro, Guaratinguetá e Botucatu. O protesto englobava ainda a luta contra os aumentos abusivos das anuidades das escolas particulares, muito superiores aos 35% e que só tendem a aumentar, pois o MEC

coroando sua atuação, autorizou mais recentemente a cobrança à partir de abril de mais 18% de repasse (reajuste salarial dos professores) sobre os 35%.

Boicote em Minas

Mas a luta contra as anuidades acima dos 35% cobradas pelas escolas particulares, tem sido levada com mais fôlego em Minas Gerais. O boicote ao aumento, além da Universidade Federal de Viçosa se estende a mais quatro faculdades isoladas entre elas a Newton Paiva — o maior estabelecimento privado da capital, com mais de 6000 estudantes e a Universidade Católica.

"Boicote até a vitória!" Esta foi a bandeira de luta aclamada pela assembleia dos estudantes da Universidade Católica realizada no dia 6 de março, abrindo a luta contra o aumento das anuidades nas escolas particulares em Minas, decidida no CONEG. O boicote da primeira mensalidade, proposto pelo DCE como meio de pressão, recebeu grande receptividade por parte dos 12 000 alunos da Universidade, atingindo atualmente 60% dos matriculados.

Segundo Américo Antunes, diretor do DCE-UCMG, "mesmo recebendo sucessivas ameaças da Reitoria, continuamos firmes em nossa decisão de só voltarmos a pagar quando o aumento das mensalidades for reduzido de 120% para 35% por ano. E mais do que isso, o movimento já se alastrou para o campus da UCMG da cidade de Coronel Fabriciano, localizado a 150 Km de Belo Horizonte, onde 2000 colegas aderiram ao nosso boicote e unificaram as reivindicações".

No interior do Estado o movimento já apresenta vitalidade, preparando o boicote a partir da segunda mensalidade. De acordo com um dos diretores da UEE, Ubaldo Dutra, em uma escola — a de Ciências Médicas — a luta já ultrapassou a contestação do aumento, levantando a reivindicação de federalização. Além disso, a luta alcança também as escolas públicas, tornando viável unir os dois movimentos.

Um das principais razões do sucesso que o movimento estudantil mineiro está tendo é, para Américo, "a disposição de combate dos estudantes que vai se canalizando num movimento unitário a nível de todo o Estado, através da ação conjunta da UEE e dos DCEs da UFMG, Católica, Juiz de Fora e Viçosa".

Nesta quinta-feira, dia 20, os estudantes de Belo Horizonte vão às ruas na sua primeira manifestação pública deste ano. E com uma característica nova: ao lado das entidades estudantis figura na convocação do ato público a União dos Trabalhadores do Ensino, além do apoio de mais 13 entidades sindicais e de oposição. Para Sidônio, da UEE/MG, o ato "é um passo na união de vários setores na luta pelo ensino público. Mais ainda, buscaremos a partir daí, realizar uma manifestação maior, mais representativa, no dia 28 de março — Dia Nacional de Luta (pelos 12 anos da morte de Edson Luiz), onde poderemos criar um comitê pela defesa do ensino público".

mulheres

Gaúchas e mineiras, também no 8 de março

Mais de 500 pessoas lotavam o salão do Sindicato do Vestuário nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, em Porto Alegre.

Foram tres dias de debates intensos e desde as primeiras horas notou-se a diferença dos debates tradicionais, tanto na flexibilidade com que a palavra circulou e do grande número de intervenções do plenário, quanto da própria composição dos participantes. Era a primeira vez que acontecia uma reunião pública na cidade com maioria esmagadora de mulheres, discutindo abertamente questões até então encaradas como privadas, quando de fato são questões políticas e sociais.

No entanto a luta pela liberação da mulher foi reconhecida pelos presentes como uma luta específica. Apesar de ser um mecanismo de dominação ideológica fundamental para a preservação da sociedade de classes, sua penetração na consciência das pessoas, mesmo dos oprimidos, é tão profunda, que os mecanismos de

opressão das mulheres estão presentes mesmo dentro das organizações mais revolucionárias, dos sindicatos e das organizações populares.

A questão do aborto, que ocupou toda a última noite de debates, demonstrou a disposição do plenário em não mais tolerar a hipocrisia oficial, que condena a ilegalidade uma prática comum na população brasileira, da qual se beneficiam as grandes empresas médicas clandestinas acessíveis às classes privilegiadas, e leva a morte anualmente cerca de 300 mil mulheres pobres.

Entretanto, o mais importante da ocasião foi a oportunidade que as mulheres criaram para discutir seus próprios problemas, abrindo um espaço público para o seu movimento. Com isso as organizadoras do encontro, os dois grupos feministas de Porto Alegre — Ação Mulher e Movimento da Mulher pela Libertação iniciaram um processo de constituição de um movimento feminista no estado. (L.A.)

CNTI apoia as mulheres?

Para espanto de muitos, Minas Gerais, da "Tradicional Família Mineira", foi um embrião importante da luta feminista no Brasil. Já em 1873, Francisca Mota Diniz, que dirigia o jornal "O Sexo Feminino", levantava a necessidade do direito de voto à mulher, quando o movimento sufragista no país só ganharia impulso no início deste século.

Desta herança do feminismo pouco restou e só muito recentemente, seguindo o curso mais geral da vida do país, desponta, em Minas, a luta das mulheres. Assim, ali também foi comemorado o dia Internacional da Mulher.

Por um lado, no Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, realizou-se o 1 Congresso da Mulher Metalúrgica. Das 6 mil mulheres da categoria, apenas 50 se inscreveram, o que não retira o mérito da iniciativa. Durante dois dias, foram debatidos 4 temas centrais: educação, saúde, trabalho e sindicato. As resoluções de se iniciar

uma grande mobilização visando obter creches nos locais de trabalho (conquista da última greve da categoria ainda não efetivada) e a formação do Departamento Feminino do Sindicato foram os avanços mais significativos. Entretanto, não faltaram fatos curiosos: a direção da mesa coube a um membro da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (a entidade do arqui-pelego Ari Campista). Estavam também representados o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da Bahia, ao que uma metalúrgica mais afoita não deixou de criticar: achava sem sentido um Congresso de mulheres ser dirigido por homens e ainda mais quais! Por outro lado, com o objetivo de levar à frente as resoluções tiradas, ficaram aprovadas também a formação de uma comissão e a requisição pelo Sindicato de duas metalúrgicas para coordenarem os trabalhos. Mas, terminado o Congresso, suas organizadoras decidiram que a

comissão seria composta pelas duas coordenadoras e mais ninguém, o que evidentemente põe em risco todos os avanços e conquistas do acontecimento.

Ainda no dia 8 de março, o Setor Feminino do Movimento Pró-PT, o Movimento Feminino pela Anistia e várias entidades estudantis promoveram um debate sobre o aborto. Foi a primeira discussão pública sobre o tema na cidade. A tendência das intervenções da maioria dos presentes apontava para a necessidade da legalização e gratuidade do aborto no país, mas não faltaram aqueles que enxergam na interrupção da gravidez um crime. A posição defendida por Frei Cristóvão, um dos debatedores, causou surpresa na platéia: ao invés de condenar, a legalização do aborto apontou as razões pelas quais as mulheres recorrem ao aborto: as péssimas condições de vida.

No final do debate, as entidades que o promoveram, lançaram a idéia de realizar o 1 Congresso da Mulher Mineira.

Ascensão e queda da VAR — Palmares

O que foi a Vanguarda Armada Revolucionária — Palmares

Em julho de 1969, depois de alguns meses de discussão e articulações se dá a formação da Vanguarda Armada Revolucionária, a VAR-Palmares, resultado da fusão da VPR, com base em São Paulo, do Comando de Libertação Nacional (COLINA), essencialmente de Minas Gerais, mas com ramificações no Rio, e de grupos de outros estados, principalmente a União Operária, do Rio Grande do Sul.

A convergência de todas estas organizações e grupos se dava num momento particularmente favorável: a VPR havia conseguido superar sua crise interna, agravada por duas séries de quedas, a primeira em janeiro/fevereiro, quando ela preparava a ação do quartel do 4º R.I. (já analisada anteriormente) e a segunda, em março do mesmo ano quando outros dirigentes importantes são presos. Em Abril, a VPR consegue realizar seu congresso após um processo de discussão razoável, sobretudo se tem em conta as difíceis condições de segurança pelas quais atravessava a organização. As resoluções desta reunião, em grande medida calcadas no encontro de dezembro de 1968, conhecido como "a praiainada", aprofundavam as posições socialistas, questão importante tendo em vista o peso que jogavam no interior da VPR as correntes nacionalistas. No que diz respeito às formas de luta, no entanto, o congresso se aproximava muito das posições da COLINA, o que facilitaria mais tarde a fusão. O "foco" aparecia como forma fundamental de luta e outros tipos de intervenção armada — urbanas e rurais — a ele se subordinavam. A direção eleita nesta ocasião, na qual figuraria pela primeira vez o capitão Carlos Lamarca só continha um militante de origem MNR, o que expressava a hegemonia, pelo menos aparente das tendências socialistas.

Este processo de rearticulação política teria efeitos benéficos sobre a recomposição das fileiras da organização que volta a ter um número de militantes igual, senão superior, aos que possuía antes das quedas de janeiro e de março.

Precariedade

Uma reconstituição mais detalhada do processo de aproximação dos distintos grupos que se fundiriam na VAR-Palmares revela no entanto a persistência de reticências de uma parte e das outras, cujas consequências não tardariam em manifestar-se.

No COLINA nem todos estavam convencidos que as melhores condições para a fusão estavam reunidas. Se o grupo do Rio de Janeiro, nesta época já às voltas com a preparação da "Ação Grande", isto é a expropriação do cofre onde se encontrava o dinheiro do ex-governador Ademar de Barros (ver EM TEMPO nº 100), propunha uma aproximação sem grandes discussões, alguns dos responsáveis de Minas Gerais, como era o caso de Carlos Alberto Freitas, se mantinham um pouco céticos sobre a possibilidade de uma articulação que não fosse consequência de um processo de discussão política mais amadurecido.

Na VPR, e por razões inversas, havia igualmente os que tinham resistências a uma aproximação com a COLINA, principalmente nos remanescentes da tendência nacionalista-revolucionária.

A dinâmica que os acontecimentos foi criando, no entanto, acabou por se impor. Quando as duas direções — da VPR e da COLINA — se encontram em junho, dominam nos dois campos os setores favoráveis à fusão. Esta se dá um mês após, em julho, e será selada pela realização neste mesmo mês da "ação do cofre", a mais espetacular até hoje realizada, que daria uma imagem de força à nova organização, ao mesmo tempo que a dotava de prodigiosos recursos materiais.

Nova crise

Mas, contrariamente ao que muitos acreditaram naquele período, o "dinheiro não trouxe a felicidade" às organizações da esquerda revolucionária. As contradições latentes no interior das várias componentes, não suficientemente aprofundadas no apressado e superficial processo de discussão anterior, acabariam por explodir. Em dois meses se consumava o "racha".

A volta ao passado

Em sucessivas reuniões clandestinas, realizadas em Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro, em agosto e setembro de 69 os desentendimentos são de tal ordem que um grupo, tendo à cabeça Lamarca, se desliga da VAR-Palmares e propõe-se a reconstituir a VPR. A natureza do contencioso nestas reuniões, particularmente na última, até hoje não foi concretamente analisado. Os escassos testemunhos dela existentes, sem dúvida exagerados pela legenda, dão conta de um clima extremamente tenso, com os delegados ostentando suas armas, chegando quase ao ponto de usá-las para reforçar seus argumentos.

No centro da discussão, ao que tudo indica, estavam questões ligadas à prioridade e urgência a serem dadas à implantação da guerrilha rural, o que tinha que ver igualmente com opções estratégicas mais de fundo.

O certo é que, naquele período, quando o militarismo não enfrentava, pelo menos aparentemente, uma situação de crise, a posição do grupo que se propunha reconstituir a VPR, ainda que minoritária, tinha uma força política inquestionável. A presença de Lamarca à testa desta facção, reforçada pela aliança com os setores sob a liderança de Juarez de Brito, que, lembremos, havia sido o cérebro da "ação grande", deu uma preeminência enorme à VPR reconstituída.

Ademais, as preocupações do grupo que ficou na VAR, em realizar um trabalho "de massas", especialmente no interior da classe operária e a debilidade de sua estrutura militar era fonte de toda uma série de ensinamentos por parte dos militantes da VPR, que apresentavam as posições da VAR como uma excusa para sua capitulação, isto é, o "abandono da luta armada".

Concorrência

Entre as duas organizações, que tão pouco haviam convivido na mesma estrutura, uma concorrência de nefastas consequências. A VPR vai se lançar em seu projeto estratégico e uma expressão disto é a montagem na região do vale da Ribeira de uma área de treinamento. Em uma entrevista dada após o desmantelamento desta base pelas forças armadas, o capitão Carlos Lamarca revelava que a área de treinamento buscava suprir as deficiências de formação de guerrilheiros que os projetos de treinamento no exterior, principalmente em Cuba, não haviam resolvido, ao mesmo tempo em que aproximava mais os combatentes da realidade do campo brasileiro.

A VAR, contando poucos quadros militares e com suas bases ameaçadas de erosão pela pressão de um militarismo então triunfante, tenta competir em pé de igualdade com seus rivais mais próximos. Busca recontatar quadros militares que haviam pertencido à antiga VPR e que dela se haviam marginado por divergências políticas, encontrando-se então no exterior. Mas o ecletismo de suas posições não dá a confiança necessária para que estes quadros se reincorporem. Ao mesmo tempo, começam a preparar seu setor militar e a pô-lo em funcionamento, com o objetivo de provar seu compromisso com a luta armada. O caráter artesanal desta intervenção se revelaria em mais de um momento, sendo responsável por uma série de quedas, no Rio Grande do Sul e em outras partes.

A VAR-Palmares se vê confrontada, como muitas outras forças políticas naquele período com a difícil tarefa de compatibilizar uma ação militar permanente com uma reflexão e prática políticas que rompesse como isolamento em que a esquerda revolucionária começava a mergulhar e que para muitos já era perceptível. Esta ambiguidade seria de um extraordinário efeito paralizante.

Militarismo puro

Já este tipo de problemas não se colocava para a VPR, embarcada que estava no projeto de formação de sua área de treinamento como passo prévio para a montagem do "foco".

A base do Vale da Ribeira, no entanto se revelaria extremamente vulnerável. O relatório "confidencial" do comandante do II Exército naquela época, general José Canavaro Pereira, publicado recentemente pelo Coojornal, de Porto Alegre (trata-se da mais completa infor-



O povo em armas: o exemplo não vingou

mação pública sobre o episódio) indica que o Exército já havia recebido algumas denúncias sobre a presença de movimentos suspeitos, mas que naquela época era tal o número de informações deste tipo, que ela foi desconsiderada depois de uma rápida investigação que nada positívou.

É somente a 17 de março de 1970, às 13 horas, que chega aos militares em São Paulo um informe do CIE (Centro de Informações do Exército) a respeito da área de treinamento no interior paulista. Esta informação havia aparecido no curso de interrogatórios realizados com militantes da VPR. Aqui há um desencontro da versão do Exército e da mais tarde fornecida pela VPR. Segundo o relatório do Exército, a revelação sobre o Vale da Ribeira teria sido feita por um militante interrogado no Rio. Antigos militantes da VPR confirmam esta versão e avançam inclusive o nome da pessoa que teria dado esta informação durante sessões de tortura. Na entrevista de Lamarca publicada na imprensa internacional na época, o ex-capitão responsabiliza diretamente a Lungaretti e Massafumi, dois ex-militantes da organização que passaram a colaborar ativamente com a repressão tendo inclusive "se arrependido" publicamente na televisão.

Mas a vulnerabilidade da área teria sido ameaçada, igualmente, quando da prisão da Chizuo Ozawa, conhecido como "Marlo Japa", que seria capturado pela polícia ocasionalmente, depois que o automóvel por ele conduzido sofreu um acidente em São Paulo, a 27 de fevereiro. A gravidade desta prisão é de tal ordem, que dias após dela a VPR decide, sem maior preparação, sequestrar o cônsul japonês em São Paulo exigindo em troca de sua vida a Ozawa, cujo nome real os sequestradores desconheciam, razão pela qual ele é identificado no início apenas como Mário Japa. Junto com ele, quatro outros militantes são banidos do país. O fato de que Ozawa não tenha informado sobre o "vale" enquanto esteve preso não impediu que dias mais tarde a informação chegasse ao CIE, por outra fonte mobilizando mais de dois mil homens contra um grupo de dez guerrilheiros sob a direção de Lamarca.

A operação de cerco da área de treinamento, que dura de 17 de abril até 1º de junho de 1970 apesar de provocar o desbaratamento da mesma e permitir ao Exército prender 4 militantes da VPR pode ser apresentada como uma vitória política e militar da VPR.

Os resultados materiais da operação para as forças armadas são precários. Os resultados morais são desfavoráveis, como revela o relatório publicado pelo Coojornal: casos de covardia, falta de motivação da tropa, falta de articulação dos militares que provoca inclusive enfrentamentos entre patrulhas, que pensavam estar disparando sobre os guerrilheiros, quando, em realidade, trocavam tiros entre si.

Todo este processo de desmoralização provocado por um infimo grupo de militantes culmina com a rocambolesca apreensão de um caminhão do Exército por Lamarca e seus companheiros, que fura todos os cercos e chega São Paulo. A 31 de maio de 70, os guerrilheiros deixam abandonado um veículo do Exército na marginal do Tietê, em São Paulo. No seu interior se encontram amarrados e despidos um sargento e vários soldados.

Os impasses

A história da esquerda brasileira, especialmente da esquerda armada parece apontar para um inexorável período de declínio em 1970,



sobretudo a partir do segundo semestre, declínio que não aparece então em toda sua extensão, na medida em que aqui e ali uma ou outra ação espetacular parecem anunciar um novo período de ascensão.

Em meados de 1970, a VPR sequestra no Rio de Janeiro ao embaixador Von Hollebein, da Alemanha, e consegue resgatar quarenta revolucionários em troca de sua vida.

Em princípios de 71 seria a vez do embaixador Bucher, da Suíça. Apesar do elevado número de presos resgatados — setenta — a operação revela uma esquerda extremamente debilitada. Uma série de reivindicações dos sequestradores não são atendidas, e o governo pela primeira vez se permite vetar a libertação de alguns prisioneiros considerados muito importantes.

São estes impasses, somados às duríssimas condições de segurança às quais fica submetida a VPR que vão provocar a saída de Lamarca e seu ingresso no MR-8, organização na qual militará até sua morte um ano mais tarde.

Tempos depois seria possível reconstituir, pelo menos parcialmente, a causa imediata do processo de desmantelamento da Vanguarda Popular Revolucionária: a infiltração que a organização sofreu especialmente através do ex-cabo Anselmo, responsável ao que tudo indica pela liquidação física de mais de duas dezenas de militantes. A culminação deste processo seria o massacre de oito integrantes da VPR no Recife, dentre as quais sua própria companheira, grávida, em 1972. O que restava da organização no exterior se esfalava sob o impacto desta grave crise. Anselmo e seu protetor, Onofre Pinto, desapareceram e o destino de ambos é um dos muitos mistérios deste período.

A história da VAR não é muito diferente

As quedas em agosto de 70 em São Paulo debilitam os grupos — mais interessados em dar um curso "de massas" à organização. No último dia deste ano, um comando da organização sequestra um Caravelle da Cruzeiro do Sul e depois de alguns dias chega a Havana.

Mas esta ação de propaganda não consegue revigorar a organização. Pouco tempo depois, Carlos Alberto Freitas, cuja importância na organização era decisiva, é preso no Rio, voltando do Recife aonde havia participado numa reunião nacional. Rapidamente, sua pista se perde e ele passa para o rol dos "desaparecidos". Muitos afirmam que ele foi assassinado na "casa secreta da FAB", depois que seus algozes perderam a esperança de obter dele qualquer informação.

Os remanescentes da VAR tomam dois destinos. Uma parte refugiu para o Chile governado por Allende tentando recompor-se politicamente e abrir uma discussão com outras forças de esquerda, na perspectiva de uma recomposição. O período de refluxo e o caráter rarefeito do exílio acabam por corroer o grupo que se desgasta lentamente até desaparecer. Um outro setor, opta por uma linha hiper-militarista e realiza uma série de ações no país, dentre as quais a extravagante execução de um marinheiro inglês no Rio de Janeiro. Um outro grupo, se propôs no interior realizar uma crítica da orientação foquista da organização; mas a Dissidência da Var-Palmares (DVP, como era conhecida) teve pouca duração. O militarismo entrava no seu ciclo final. As crises dominantes reinavam triunfantes exibindo os frutos do seu "milagre econômico e as excelências de seu aparelho repressivo. A noite se fez mais escura do que nunca.

Paulo Francis, de Nova York,
em entrevista exclusiva:

Meus livros são bem menos pretensiosos do que eu

Por que romances? Qual a vantagem de se dirigir a um público muito menor do que no caso do jornal?

— Em primeiro lugar, eu tinha a intenção de que meus romances vendessem 50 ou 100 mil exemplares. Mas, evidentemente, ou não há condições ou eu não tenho atrativos suficientes para o público leitor, como Jorge Amado ou outros que vendem. Além do mais, um escritor pode alcançar 80 ou 100 mil leitores; será que alguém num jornal é lido por tanta gente?

Por outro lado, o que me atrai no romance é o seguinte: embora depois de Proust, Joyce e outros não haja nenhum avanço formal possível, você pode usar todas as formas que esses caras descobriram imprimindo a sua própria personalidade. Mas, o que mais me interessa no romance é que ele dá, como nenhuma outra arte, a maior latitude, visibilidade e profundidade à análise de irracional. *O Cabeça de Negro*, por exemplo, é um romance quase todo montado no irracionalismo da conduta humana expresso através de uma aparente racionalidade verbal de um grupo de personagens extremamente inteligentes.

Uma das coisas mais fascinantes para o escritor moderno é a presença do irracional no meio da nossa sociedade, onde não há mais valor de espécie alguma que tenha resistido. Você não pode, hoje, escrever um romance como Tolstói, que vivia numa sociedade estruturada, embora, como diz Freud, qualquer sociedade seja uma luta entre a coerção que ela impõe a todos e os instintos do ser humano. Um dos motivos básicos por que a relação de Ana Karenina com seu amante apodrece é

Na nossa sociedade não há mais valor de espécie alguma que tenha resistido.

Você pode fazer tudo o que quiser, desde que mantenha as aparências sociais. Em outras palavras: a hipocrisia e a homenagem que o vício presta à virtude.

que ela não consegue vencer seu sentimento de culpa por ter de abandonar seu filho, o que para uma mulher de sua classe — e época — era tão grave quanto para uma menina de hoje, por exemplo, gostar de Francisco Alves e não de rock. Em outras palavras, a hipocrisia é a homenagem que o vício presta à virtude. Ninguém se opõe a que Ana Karenina tenha um amante, o problema é que todo mundo fique sabendo. Você pode fazer tudo o que quiser desde que mantenha as aparências sociais.

Inclusive eu me divirto muito e vivo escrevendo que a classe dirigente, em todos os períodos históricos, sempre viveu na mais alta e refinada sacanagem. Sempre. Mesmo na era vitoriana: o problema do Oscar Wilde não era de ser homossexual, mas que isto tivesse saído no jornal. Isto é permitido, desde que

Bem recebido no escritório de um Paulo Francis aflito com o tic-tac estalado de um telex quebrado, continuamos no seu apartamento. Ao som dos miados da Alzira (a siamesa do pedaço). Sob a luz clarividente de um retrato do companheiro Lev Davidovich Bronstein em seus verde-rubros anos na parede. Cercados por Edmond Wilson, Eliot e Albens nas estantes. E, entre alegres fofocas, of record, sobre o desenvolvimento da crise americana, a questão judaica e as últimas de Trotski e Kiroz, teve lugar este papo, durante o qual o entrevistado enxugou as mágoas numa garrafa menos um copo (o meu) e após o qual, o entrevistador enxugou a entrevista no seu suor, com a ajuda de Luis Carlos Rezende.

Por Nelson Ascher

você não assuste os cavalos na rua. A classe dirigente sempre tolerou tudo de seus filhos, inclusive, como está acontecendo na Inglaterra, que fossem agentes da KGB. Veja o caso de Sir Anthony Blunt, primo em terceiro grau da rainha, recentemente denunciado por aquela idiota da Margaret Thatcher, o que o levou a perder o título de Sir. Ora, é óbvio que a rainha já sabia disso. Agora, como é da família, tudo bem; se fosse o João da Silva pegava uns 50 anos. Eu procuro mostrar isso nos meus livros, pois toda literatura brasileira é uma coisa de escravos, de nhenhênem, de meu queridinho, de pobre sofrendo e pedindo pelo amor de Deus. Não. Você tem que mostrar como é que funciona a classe dirigente brasileira na sua infinita crueldade, na sua infinita corrupção.

— Ao focalizar a classe dominante, qual a sua idéia? É lá que a história acontece? Nesse sentido, a classe dominante brasileira é mesmo dominante? Merece ser esmiuçada?

— A classe dominante brasileira depende, evidentemente — como o Brasil — do sistema capitalista ocidental, e só difere da americana na sua dimensão de poder. Eu procuro mostrar que o Brasil chafurdou dessa maneira por causa desta gente. E não excludo, inclusive, a esquerda brasileira disto, porque eu acho que a esquerda é parte da elite. O grande ignorado na história brasileira são as massas populares, que nem ao menos têm consciência de si próprias.

Olhando os grandes movimentos revolucionários brasileiros, como Antônio Conselheiro ou Padre Cícero, pode-se ver que a base é o babalaô. Isto me lembra muito o Irã. Se houver uma revolução no Brasil, não vai ser urbana, não, vai ser uma revolução de massas camponesas, rurais. A miséria no interior do Brasil transcende qualquer estimativa que se faça nos centros urbanos. Eu tenho amigos que trabalham no governo, nestes institutos panos-quentes que vão levar coisas para os caboclos e que me dizem que a coisa é muito pior do que imagino, e o seguinte: um dia a fome e o desespero vão chegar a um ponto tal que esta gente não vai mais ter onde ir e vai desaguar assim como um mar espontâneo, maoísta, sobre as cidades e, chegando lá, ao perceber que não há resistência nenhuma, vão

enlouquecer e tomar o poder. O que houve no Irã foi isso! Acontece que o Khomeini fala uma linguagem acessível ao mais baixo nível cultural dessas massas esbotinadas. Então, chegando para esta gente com luta de classes, aliança do operariado com o campesinato, nem vão saber do que você está falando. Vai ser então uma revolução espontânea como a do Antônio Conselheiro.

A classe dirigente, em todos os períodos históricos, sempre viveu na mais alta e refinada sacanagem. Sempre. Mesmo na era vitoriana. O problema de Oscar Wilde não era ser homossexual, mas que isto tivesse saído no jornal.

— Um marxista diria que o revolucionário é a consciência, não a miséria. Teriam o lumpesinato e as massas camponesas assumido as obrigações revolucionárias que o proletariado não assumiu?

— O marxismo, evidentemente, teve uma grande parte na minha formação. Bem entendido, o marxismo de Marx, Rosa Luxemburgo e Trotsky, não o marxismo stalinista, com o qual meus contatos são poucos e hostis. Mas o marxismo, até sob Stalin, com todas as deturpações horríveis e nivelamentos por baixo, é um negócio extremamente civilizado, é o produto de séculos de civilização europeia. E fora os modernos, que eu não conheço muito bem — aliás, admiro muito Mandel, que considero o maior economista marxista de hoje — acho que a única pessoa que deu uma contribuição realmente original foi a Rosa Luxemburgo. Ela compreendeu o fenômeno do imperialismo muito melhor que o Lenin, não em termos estáticos, que nisto ele é insuperável.

Rosa dizia o seguinte: o capitalismo terminará em socialismo ou barbárie. O que você chama de lumpen são, dentre os 4 bilhões de habitantes do mundo, os dois bilhões que passam fome e o bilhão que vive em miséria absoluta — isso segundo o não-marxista Robert McNamara — e, para eles, o marxismo é um

produto altamente refinado, embora revolucionário. No Brasil, dizem que são 40 milhões. Devem ser mais. Os grandes marxistas pressupunham uma consciência que as hordas desses países que ainda vivem no século VII jamais entenderão. A esquerda é tão hostilizada no Irã como a direita do Xá. Você teria que encontrar uma linguagem para estas hordas. No meu livro há um certo fascínio por esta tese, perplexidade e um certo horror, embora eu não possa ser chamado exatamente de marxista, mas afinal fui educado nesta tradição altamente civilizada, que me marcou profundamente.

— Cabeça de papel e Cabeça de negro usam, respectivamente, as formas de novela de espionagem e novela policial. Por que?

— Isto é uma tentativa minha de atrair um público maior. No personagem central do *Cabeça de Papel*, eu tentei criar uma figura trágica, que é exatamente aquilo que o esquerdista brasileiro nunca foi: um homem capaz de levar sua suposta visão política até as últimas consequências. O que eu tentei dizer é o seguinte: o Hesse sendo aquela figura wagneriana, totalitária, pensou "bom, acabou esta brincadeira de fazer artigo" e fez a mesma divisão que o Kissinger, ou seja, que há duas superpotências no mundo, uma capitalista e a outra — apesar de todos os defeitos, torturas, soljenitzin, etc. — mas, enfim, comunista. Ele foi baseado num prefácio do Graham Greene para o livro de Kim Philby, chefe da seção de contra-espionagem inglesa e espião da KGB. O prefácio diz o seguinte: um católico que colocasse a salvação da alma das pessoas acima das questões nacionais e, na época de Elizabeth I torcesse pela vitória da grande armada de Filipe II, seria um traidor? Fiz, então, do Hesse um espião; não nesse sentido vulgar de ficar roubando as plantas do Forte de Copacabana, mas porque, realmente, a informação é a base do poder. É evidente que há espiões da KGB no Brasil, em posições de destaque. Sei que isto custa a crer, mas achar que não há espiões da KGB no governo brasileiro, nos bancos, etc. é complexo de inferioridade.

Depois que o golpe militar de 64 destruiu toda e qualquer esperança de um avanço progressista no Brasil pelos

caminhos democráticos normais ou até pela revolução, já que a direita se mostrou tão poderosa e a grande massa indiferente de classe média aceitou o pseudo-consumismo dessa sociedade, o que é que faz um comunista? Fica se lamentando sobre a perda dos direitos humanos? Aliás, é uma das coisas que sempre me divertiram: eu fui preso quatro vezes, mas nunca achei que estava sendo vítima de alguma injustiça — talvez no sentido filosófico — mas era um negócio perfeito me prenderem já que eu era contra eles. Uma das coisas que eu acho extremamente ridículas é a esquerda inteira virar, de repente, liberal, no Brasil: que o fulano foi preso, o fulano sumiu... Se a esquerda assumisse o poder, faria a direita sumir

o Bento Gonçalves, este último loucamente apaixonado pela Anita, que é uma ninfomaníaca que dá loucamente para todo mundo mas continua com o marido porque ela é tão revolucionária quanto ele, e ele é um revolucionário louco. Passado e presente. Preciso trabalhar a idéia.

— Seus livros pretendem um quadro panorâmico da sociedade brasileira. Por que você resolveu escrevê-los agora?

— Foi por uma questão de mortalidade. Eu vim pra cá em 1971 porque a vida no Brasil era um ambiente de terror, perseguição política e eu era preso de seis em seis meses sem qualquer motivo, mesmo pela lógica impossível deles, e tive um tumor benigno algum tempo atrás. Podia ser maligno. Eu sempre quis criar alguma coisa e deixar um testemunho. Meus livros são bem menos pretenciosos do que sou, ou do que eles possam aparentar. Nem pretendo que sejam um retrato de uma geração. Eu quis explicar como é que o grupo de pessoas que conheço funciona. É evidente que tentei dar a este grupo uma dimensão que transcendesse os limites estritos — não sou regionalista urbano nem contador de estórias.

Acho que o *Cabeça de Papel* é um romance filosófico e o *Cabeça de Negro* um romance ético. No *Cabeça de Papel* quis enfrentar o problema da esquerda antes, durante e após 64: o Paulo Hesse tem, pelo menos, uma solução, que não é a minha, não é a sua e não é, talvez, a da maioria das pessoas, mas é uma solução. Acontece que até agora eu não vejo nada, só conversa fiada e essas bobagens de eleições, só isso. Tentei mexer num negócio onde não se mexia antes: pegar este tipo de gente e este tipo de classes. Sabia que ia despertar grandes hostilidades e grande interesse também. Despertou. Os livros venderam bem.

Os grandes marxistas pressupunham uma consciência que as hordas desses países que ainda vivem no século VII, jamais entenderão. A esquerda é tão hostilizada no Irã como a direita do Xa.

— Seus livros ofenderam brios nacionalistas à esquerda e à direita, como os de Henfil, que disse que você acha o Brasil uma África, mas que felizmente já se mudou para a matriz. O que é que você acha?

— Aqui de New York, você tem uma visão despida dessas bobagens botucudas de matriz. Isto é coisa do subdesenvolvimento brasileiro, nacionalismo rancoroso, cheio de ressentimento que não tem nenhuma razão lógica. É realmente um escravo chamando o patrão de filho da puta, mas sem entender o problema da escravidão. O Brasil é um país pauperrimo, que deve 14 do seu PNB. As vendas da Exxon, em '79, por exemplo, totalizaram o correspondente a mais da metade do PNB brasileiro. Então, você não reconhecer a profunda miséria que o Brasil é, sua profunda dependência e sua profunda desgraça, pode ser um consolo para pessoas nervosas. Mas se você quer mesmo mudar o Brasil, você precisa reconhecer a realidade. Quando você pensa que, no Brasil, 20 mil cruzeiros é um salário ambicionado pela maioria esmagadora dos pais de família, e que foi isto que seiscentas pessoas pagaram per capita no Rio Palace para verem Frank Sinatra aos 60 anos, já decrépito e sem voz, acho que isso dispensa qualquer comentário editorial. Isto é quase um microcosmo pop do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. O negócio brasilei-



ro é isso: você tentar suprir a miséria com bazófia. Se voto não enche a barriga, bazófia enche muito menos.

— Por que o proletariado fica fora do seu livro? O tipo de narrativa não comporta? Contudo, você menciona os "lulas" no seu livro.

— Acho o seguinte: há uma tirania de elites no Brasil, de direita e esquerda. Aquela sempre no poder, mas esta sempre partilhando um pouco. O que me impressionou no Lula, por exemplo, é ser uma pessoa que saiu das bases, ao contrário da maioria dos líderes brasileiros, que saíram da oligarquia de direita ou de esquerda. O João Goulart, durante algum tempo, símbolo do populismo no Brasil, era um protegido do Getúlio. Eu acho que é preciso criar uma liderança política fora deste negócio elitista que é obscuro no Brasil. A direita está no lugar dela, agora a esquerda não pode ficar nessa; para o PC o Lula é da CIA. Por que? Porque quem não se submete ao partido só pode ser da CIA. É como funcionam essas cabeças stalinistas, e isso me choca e horroriza.

— Finalmente, quais são suas influências? Quem você leu e gosta?

— Uma lista enorme. Eu não sei nem por onde começar. O Paulo Hesse, por

Nenhum crítico vai me convencer de que não sou um romancista. Posso até ser um mau romancista, mas Cabeça de Papel é um livro que vai ser discutido daqui a 30 anos. Tenho certeza.

exemplo, foi inspirado em um prefácio do Graham Greene. O Conrad me influenciou muito, aliás, a idéia dele é boa, mas a maneira de executar eu acho errada. Do Norman Mailer eu só gosto de um livro, *The Armies of the Night*. Mas enfim, eu acho que as pessoas tem que dizer alguma coisa, porque crítica

literária é uma coisa que é melhor ter ruim do que não ter nenhuma.

Eu não sei, acho que tentei no fundo — como todo escritor — contar a história da minha família. Como ela era muito desunida, foi o meio social em que fui criado. E ali havia, por acaso, algumas das pessoas mais inteligentes e mais ricas do Brasil, o que é uma conjunção típica de país subdesenvolvido, onde a riqueza e a intelectualidade se unem no ambiente *chiaroscuro* das boates, bares, etc. E esta é a minha história, entende? Se ela tiver algum valor que transcenda isso, eu saio muito satisfeito. Se não, vou ter ao menos a satisfação de ter colocado no papel algo mais que o jornalismo, um setor onde acho, francamente, que há meia dúzia de pessoas em condições de competir comigo, que domino total e completamente. Agora, eu sempre fui romancista e desabrochei aos 46 anos — com, pelo menos 36 anos de atraso.

Cabeça de papel é um livro que vai ser discutido daqui a 30 anos, tenho certeza. Eu acho que se o escritor escreve um bom livro, ele deve dar graças a deus, ao diabo, a deus-diabo na terra do sol. Escrever um bom livro, puta que o pariu! quando eu penso na minha mortalidade, são 49 anos, vou fazer meio século de existência nesse 2 de setembro de 1980... Se eu tiver escrito uma coisa que seja lida daqui a 20 anos, acho que estou realizado.

O *Cabeça* vai ser um livro de estarrecer, sobre sexo, garotos no Brasil na década de 40, 50. O problema dos nossos escritores é seu regionalismo, e eu sou urbano e multinacional. Meu modesto *claim* — traduz aí — meu modesto *claim* a uma certa atenção é que eu tentei botar o Brasil no mundo, não o botei no Paraná, Laranjeiras ou Ceará. O Hesse é um homem mundial, o Hugo Mann vai até Londres comprar coisas para comer, quer dizer, tentei botar o Brasil no mundo. Mas então, o *Cabeça* vai ser um livro sobre a infância. Freud foi o maior pensador que conheci até hoje... **Príncipe veste hoje o homem de amanhã...** Pegou esse slogan? Era de uma grande loja de roupas pra garotos do Brasil — **Príncipe veste hoje o homem de amanhã** — é a coisa mais freudiana que existe, porque é na infância que você se forma e tal... Mas esperemos, esperemos, também não vamos contar tudo ao público.

A esquerda é parte da elite. O grande ignorado na história brasileira são as massas populares, que nem ao menos tem consciência de si próprias. Esta gente, um dia, não vai mais ter aonde ir e vai desaguar assim como um mar espontâneo, maoísta, sobre as cidades.

ainda mais violentamente.

No final do meu livro, o Hesse explica que o seu trabalho não é negócio de James Bond. Eu pertencço a este grupo de autores, como Graham Greene e John Le Carré, este último um pouco fantasioso. Admito que usei os formatos de novela de espionagem e novela policial. Minha estratégia é usar formas populares para lhes dar movimento. Acho que elas tem o seu valor: por isto é que atraem tanta gente. E, ao usá-las, quis fazer uma análise da sociedade brasileira.

Nenhum crítico vai me convencer de que não sou uma romancista. Posso ser um mau romancista, mas muitas das coisas que estão nos meus romances nunca me passaram pela cabeça a não ser na hora de escrever. São coisas que me tomaram, como o caso do sogro do Hesse. A melhor coisa que escrevi até hoje é o Hesse. Inclusive, meu próximo livro — *Cabeça* — é a sua infância, e a dos outros, o Mann, as meninas, os fifties e os late fifties. Estou inclusive tomando fôlego agora porque vou ter que fazer um negócio realmente fantástico. Depois do *Cabeça*, que acho que vai ser meu livro final, vou escrever uma peça de teatro. É uma peça que comecei a escrever com 16 anos. É sobre a Guerra dos Farrapos, único movimento revolucionário brasileiro que levou uma década, e só acabou quando as pessoas resolveram se unir para atacar o pobre do Paraguai, que tinha um milhão de homens. E nós matamos 750 mil. Um genocídio. Nosso Vietnã. Então, eu quero fazer a Guerra do Farrapos no teatro, mas vai ser uma vez mais naquele velho formato: uma reunião de intelectuais que se dão bem

Sei que isto custa a crer, mas achar que não há espíões da KGB no governo brasileiro, nos bancos, etc., é complexo de inferioridade. Já para o PC, o Lula é a CIA. Por que? Porque quem não se submete ao partido só pode ser da CIA.

para se despedirem de um casal — um italiano, Guiseppe e sua esposa brasileira, Anita. Vão para a Itália porque, com a abertura, acham que não há mais possibilidades de luta armada no Brasil. Ele é até meio bicha, está cansado, vai voltar. É um personagem extremamente complexo. Começa uma conversa entre o Bento Manuel Ribeiro e

cultura 20

Cinema Brasileiro em revista



Andrea Tonacci, David Neves, Luiz Rozemberg e Teresa Trautman discutem os filmes impossíveis de fazer cinema. Festival de Brasília 79. O curta em João Pessoa. Moacir Fenelon e a chanchada CORCINA e mais críticas de 13 filmes brasileiros lançados em 79.

“Filme Cultura” nasceu imersa numa época em que se acentuava a intervenção do estado nos rumos do cinema brasileiro. Em 1966 sai o primeiro número e ditado pelo posteriormente extinto Instituto Nacional do Cinema Educativo. De lá para cá muitas águas rolaram e a revista navegou ao sabor das transformações sofridas pelos órgãos estatais cinematográficos nos últimos quatorze anos. O acesso à publicação em seus números mais recentes era difícil, a circulação, se restringia ao meio cinematográfico, o público era cautelosamente mantido a distância.

Agora, em seu número 34 vendido em algumas livrarias (em S. Paulo: Kairós, Capitu, Argumento e Fresta), a revista apresenta profundas alterações. As mudanças atingiram do formato à linha editorial, e o preço obviamente subsidiado de 30 cruzeiros aponta para a busca de um público mais amplo. A perspectiva do atual Conselho de Redação (composto entre outros pelos pesquisadores Jean-Claude Bernadet e Ismael Xavier) é colocar em debate a contradição e riqueza da produção cinematográfica brasileira. Ressalta-se no editorial que «o cinema brasileiro é, evidentemente, a totalidade que nos cabe examinar, defender. Não é outro nosso propósito senão lutar pelo seu desenvolvimento».

Este número inicial de uma nova fase sofre ainda de algumas debilidades, talvez decorrentes da urgência de preparação da revista pela nova equipe. Desta forma, se a seção dedicada à crítica apresenta um qualidade excelente — inclusive retomando uma prática esquecida, a de análise dos filmes que ultrapasse a superficialidade da grande imprensa — sentimos uma queda no restante da revista, que apresenta ainda um debate pouco aprofundado com críticos e cineastas além de artigos sobre festivais de curta metragem.

Com as correções que certamente se processarão, e realimentada com o solicitado retorno crítico dos leitores, «Filme Cultura» irá sem dúvida ocupar um espaço vago no terreno das revistas de cinema, já que essas se limitavam até agora a «Cine-Olho» (para um público mais sofisticado) e ao baixo nível de «Fiesta» e «Cinema em Close-Up». Além do mais, se for realmente lançado o cine-jornal planejado pela Embrafilme, 1980 será um ano fértil em termos de publicações sobre cinema brasileiro. (José Mario Ortiz Ramos).

Nota sobre TV

Água Viva: uma receita sem mistério

Por Rachel de Andrade

A receita do bolo Gilberto Braga acertou. Desde Dancing Day's, quando o Brasil todo comia, gulosamente, as saborosas fatias que a Globo distribuía no horário das 20 hs, Gilberto Braga não quis tentar outro tipo de guloseima. Usando os mesmos ingredientes de Dancing Day's, *Água Viva* será, fatalmente, bem engolida nos lares brasileiros. É um bolo fácil de fazer (verdade que os ingredientes não são nada baratos!): juntam-se colheres de ócio da classe alta com pitadas de suor e esperanças da classe média; que se misture, em seguida, com cuidado, as atrizes bem vestidas que desfilarão pelos ambientes luxuosamente decorados, dos imaginários apartamentos dos Simpsons, Prados e outros nomes chamativos; para maior veracidade à encenação, convida-se Tonia Carreiro — que pelo jeito só anda aceitando papéis de grã-fina — que com sua desenvoltura excelente dará a pitada de sal necessária ao bolo; José Lewgoy é imprescindível para ajudar a bater a massa, já que ele é um ator tão verossímil de fraque como aos farrapos; não esquecer de colocar na heroína da classe média (afinal, quem é o espectador em sua maioria?) boas xicarças do valor moral o mais alto que se andou convencendo nestes últimos tempos: por último, acrescenta-se um herói simpático e angustiado. Bate-se muito bem. Ponha para assar em forno brando. O bolo estará pronto e comido dentro de, pelo menos, 200 capítulos.

A Globo, depois dos «Gigantes», não quis se arriscar a perder Ibope. Desta feita, cuidou muito bem da apresentação de «Água Viva», mostrando ao público, de água na boca, os meninos e meninas do Rio, ondulado no mar, no sol, no «calor que provoca arrepios». Vagarosamente, os olhos e a imaginação dos atentos e fiéis seguidores do horário nobre da Globo se enchem de desejos, identificações, opiniões. Os heróis e as heroínas vão sendo forjados e amados, os antipáticos personagens vão sendo odiados, e o tribunal popular borbulhará em palpites e julgamentos. Nas ruas, logo poderemos constatar nas moças e moços, os mesmos pen-



teados e roupas copiados, da maneira a mais próxima possível, de seu herói ou heroína.

Um possível vilão será o dr. Miguel (Raul Cortez, sempre excelente ator). Reginaldo Faria (Nelson), é o herói, que não perde os cacotes de «Lucio Flávio» (ou somos nós que não conseguimos desligá-lo desse personagem?). Reginaldo é um belo rosto, embora não convença ao tentar interpretar o «herói-vítima-angustiado com as questões da existência». Não vai ser fácil transformar o «Lucio Flávio» num Nelson derretido de amor por Ligia Prado, ou num «Cacá» (do Dancing Days). Quanto à heroína elegante — Betty Faria — muita água há de rolar até que ela possa ser a queridinha do público: seu trejeitos estão mais para Bye, Bye, Brasil que para Madame Ligia. Seu ar debochado não vai nada bem com qualquer frase que ela possa dizer mostrando um lado «bonzinho», assim como o ar de «durão» de Reginaldo Faria não vai bem com as frases melosas que ele dirige à sua amada Ligia, como se estivesse recitando uma ladainha.

Mas, tudo se ajeita nas mãos do cozinheiro Gilberto Braga quando ele une a classe alta e a média. Como isso é possível? Ora, pelos laços do amor! Afinal, não é o amor que destrói barreiras? O que seria da pobre lutadora

Janete (Lucélia Santos) se não pudesse ter acesso ao mundo «maravilhoso» da alta sociedade que desfila na novela? Como mostrar suas virtudes e despreendimento econômico sem o contraste com um mundo onde o dinheiro é o alicerce? E ela criticará essa sociedade — a partir de uma ingênua teoria do mundo — e todos os ouvintes se alegrarão. Os mestres da comunicação sabem que não é possível criar desejos e identificações no espectador sem que se crie, ao mesmo tempo, um canal de recompensa. O mundo ilusório e azul da TV, durante alguns momentos à noite, penetra magicamente no espaço dos lares, antes tão desagradavelmente reais, e num passe de mágica, os desejos se realizam via personagens, os ódios se acalmam via personagens, e todos podem jogar pedras nas simbólicas Genis.

Afora essa transa sobejamente conhecida, repetitiva, há questões candentes, colocadas superficialmente nos diálogos: divórcio, luta de gerações, infidelidade, orfanidade, injustiça social, e até a «crítica» da novela de TV pela própria novela de TV (e garanto que vai pintar a questão do aborto logo, logo). A ambição de Gilberto Braga ao abordar esse leque de temas é, no mínimo, pretensiosa. Ele não quer seguir o sábio ditado popular, que diz «não vá com

muita sede ao pote...» e constroe com leviandade, com seu folego curto, um album inútil de frases de efeito.

A Globo, como de antemão sabemos, dá sempre o ar de quem está tratando de algo sério (e sua criança querida, o Braguinha, vem a calhar), e vai colocando na boca do espectador os bocados de um bolo sem mistério, um bolo tão sem graça e tão digestivo como um pão — de-ló d'água.

Curso Cuba: construindo o socialismo

A história, a economia, democracia e participação popular, política externa, condições de vida, relações familiares, a saúde, a educação e outros aspectos da vida diária. Com a participação de brasileiros que moraram lá durante vários anos e que dão o seu testemunho, a sua experiência direta.

COORDENADORES:
Carlos Baldijão, Carlos Chnaiderman, Clara Scharf, Jorge Nahas, Maria Aparecida Horta, Rafael de Falco, Renato Martinelli, Tatiana Fiordelicio, William Martani e outros.

INÍCIO: 14 de abril.
DURAÇÃO: 20 horas.
HORÁRIO: às segundas feiras, das 20 às 22 horas.
TAXA: Cr\$ 400,00.
INSCRIÇÕES: Rua Ministro Godoy, 1.484 — Perdizes — SP — Fone 262-8024.

receberá certificado o aluno que comparecer a 80% das aulas.

Colômbia:

A aparência democrática de uma ditadura

A exigência de libertação de 300 presos políticos, feita pelos guerrilheiros que tomaram a embaixada dominicana, evidencia que a imagem de democracia na Colômbia nada tem a ver com a situação da luta de classes no país.

Por Erica Strada

O sequestro da embaixada dominicana em Bogotá chegou à sua quarta semana, na última quinta-feira, sem que houvesse uma previsão do desfecho: as negociações entre governo e sequestradores continuavam e, possivelmente, com a intermediação de Cuba, oferecendo-se para dar asilo aos ocupantes da embaixada, bem como aos presos políticos que venham a ser libertados. Entretanto, há rumores de que os guerrilheiros, exasperados, estariam dispostos a medidas mais drásticas e o governo, igualmente irritado, pretenderia invadir a embaixada e resgatar os reféns.

Uma pergunta que muitas pessoas andam se fazendo é, como tais coisas podem acontecer num país que mantém uma larga tradição democrática, apesar das crises sociais por que já passou?

A resposta é que essa "tradição democrática" sempre obedeceu às regras impostas pelas oligarquias, praticantes do puro jogo clientelístico. Nos últimos anos, com o aguçamento da crise econômica, ficou mais difícil controlar os trabalhadores. O movimento sindical, depois de muitos anos, conseguiu organizar uma greve geral em 77 e ainda é capaz de mobilizar muitos trabalhadores, se seus interesses estiverem ameaçados. Por outro lado, no plano político, ainda não há uma organização com representatividade suficiente para se apresentar como alternativa de poder dos trabalhadores. Dessa forma, temos um vazio político, aos poucos ocupado pelos militares cada vez mais dispostos a deixar de lado a sua tradicional "neutralidade".

A Colômbia tem uma tradição histórica de ser o país mais civilista de toda a América Latina. Mas, desde os anos 60, o Exército vem aumentando sua autoridade e influência. Esse processo coincidiu com a adoção, por parte das classes dominantes, de um modelo econômico mais concentrador de renda, aumentando sensivelmente as diferenças sociais e marginalizando largas camadas da população. A desigualdade social gerada por esse modelo é uma das piores da América Latina. A luta armada, que na Colômbia já existia em zonas rurais desde os anos 40, recrudescer nessa época, atingindo também os centros urbanos, seguindo uma tendência desenvolvida a partir da revolução cubana e que se estendeu por toda a América Latina.

A repressão aos grupos guerrilheiros foi violenta mas, mesmo assim, a Colômbia tocava sua vidinha democrática pra frente, convocando, inclusive, eleições presidenciais nas respectivas datas. Isto, em parte, pode ser explicado pelo pacto assinado entre os diversos setores da classe dominante, através dos Partidos Liberal e Conservador, estabelecendo como norma constitucional uma "rodízio" de presidente, a cada 4 anos, entre elementos dos dois partidos. Este pacto, chamado de Frente Nacional, garantiu uma certa estabilidade ao regime, pois unificou as classes dominantes.

Assentada nessa frente, a classe dominante gritava aos quatro ventos que a Colômbia era um país democrático, ameaçado pela atuação dos grupos guerrilheiros. E estava pronto o cenário para a repressão indiscriminada.

O papel da ANAPO

Em 1970, a Frente Nacional apresentou um candidato oficial às eleições presidenciais e foi derrotada pela Aliança Nacional

Popular (ANAPO), do General Gustavo Rojas Pinilla.

O triunfo de Rojas Pinilla não foi reconhecido, apesar da ampla margem de votos que o separava do candidato oficial, Pastrama Borrero. Os motivos alegados para que Pinilla não tomasse posse foram: 1) a ANAPO não era reconhecida constitucionalmente 2) bem ou mal, Pinilla representava interesses diferentes dos setores da classe dominante que formavam a Frente Nacional.

Seja como for, a vitória de Pinilla abriu uma fenda no sistema "Democrático" colombiano, que aumentou a cada dia. Tanto a direita quanto a esquerda pararam para discutir a importância da vitória da ANAPO na vida nacional e o que fazer dali para frente.

A perplexidade diante dos acontecimentos criou um vácuo político que foi (e vem sendo) sistematicamente ocupado pelos militares. Acima de tudo, a ANAPO não soube capitalizar sua vitória eleitoral em termos de mobilização e avanço do movimento de massas. Assim, nas eleições de 72, seu número de votos diminuiu bastante, fazendo com que algumas organizações armadas que a apoiavam passassem novamente a se interessar pelas "ações diretas". Ao mesmo tempo, o recuo eleitoral e um novo ascenso no movimento camponês agudizaram as condições internas da ANAPO, com o aparecimento em 75, da ANAPO Socialista.

Reféns, ao invés de anistia

O Movimento 19 de Abril (M-19), responsável pelo sequestro da embaixada dominicana, conta com representantes na ANAPO Socialista. Ele pode ser apresentado como uma organização armada que, além de ações diretas" como distribuição de alimentos ou tomadas de embaixadas, preocupa-se também em estar vinculada às tarefas de mobilização das massas.

Num panfleto de janeiro de 78, o M-19 declarou-se abertamente a favor da apresentação de um candidato único das esquerdas para presidente. Afirma, ainda, que "todos nós lutamos por uma transformação radical, de cima a baixo, para que possamos construir um governo, um estado, uma economia e uma cultura nossas. Lutamos por um poder dos trabalhadores em uma pátria socialista".

Numa entrevista concedida à Agence Latino-Americaine d'Information — ALAI — um representante do M-19 caracteriza a situação atual da Colômbia como de acumulação de forças político-militares: "Nós entendemos que o problema de uma mudança social na Colômbia, que coloque uma alternativa de poder às massas, só será viável mediante o desenvolvimento de uma guerra". Essa acumulação de forças seria expressa não só com o poderio militar do M-19, mas com a organização das massas e com a unidade de todas as organizações armadas colombianas.

"Mas, na verdade, as discrepâncias em virtude de posições já tomadas em vista do conflito internacional são muito profundas e estão bem arraigadas tanto nas direções quanto nos quadros militantes destas organizações. Isto tem conduzido, desde há muito tempo, a que o movimento revolucionário sofra do vício do sectarismo,

um sectarismo que, muitas vezes, toma forma real através de agressões militares entre as próprias organizações, inclusive contra seus militantes, como é o caso do Exército Popular de Libertação (EPL) que justicou alguns de seus antigos militantes".

Tanto o M-19 quanto as demais organizações guerrilheiras têm uma estratégia de luta bastante calcada na avaliação feita, ainda nos anos 60, da revolução cubana, exemplo que a insurreição popular da Nicarágua parece revalidar; segundo essa ótica, a mobilização das massas serviria de apoio às ações guerrilheiras, e não o contrário. Mas, em recente entrevista concedida à Maria Harnecker e publicada na revista Bohemia, de Havana, Humberto Ortega, um dos mais importantes chefes militares sandinistas, contestou essa teoria. "Pensávamos — diz ele — que or-

ganizariamos as massas para que elas apoiassem os guerrilheiros na derrubada de Somoza. No entanto, o que aconteceu foi justamente o contrário: os guerrilheiros sandinistas é que apoiaram as massas a derrubarem a ditadura".

Nesse sentido, vale a pergunta: até que ponto o sequestro da embaixada em Bogotá serve de apoio à luta dos trabalhadores colombianos? Por que não mobilizar as massas para se exigir anistia, ao invés de manter reféns?

E, mais importante, com a crescente militarização da Colômbia — a resposta burguesa à crise política — não seria mais necessária a mobilização dos trabalhadores na defesa de seus interesses ameaçados?



Guerrilheira do M-19

Quem é o M-19

O Movimento 19 de Abril (M-19) nasceu da fraude eleitoral que entregou o poder aos conservadores, em 70. Como já vimos, a Aliança Nacional Popular (ANAPO) ganhou as eleições presidenciais de 19 de abril de 1970, mas Gustavo Rojas Pinilla não pôde assumir o cargo, sob a alegação de que seu partido não era constitucionalmente reconhecido. Assim, a presidência vai para Pastrama Borrero e a ANAPO, que nunca estivera tão perto do poder, inicia um processo de quase total extinção, o que representa a derrota de uma alternativa populista, encabeçada pelo ex-ditador Rojas Pinilla (53-57).

Partindo do pressuposto de que, em vista da fraude eleitoral, as massas não mais acreditavam na "democracia" colombiana e de que havia necessidade de "ações diretas", diversos setores descontentes da ANAPO, do PC e das várias organizações guerrilheiras da Colômbia lançam as bases do Movimento 19 de Abril. Segundo seus representantes, o M-19 se basearia na tática que levou à vitória a Revolução cubana, mas também procuraria vincular-se às tarefas de organização e mobilização das massas nos centros urbanos. Por isso, continuaram atuando dentro da ANAPO. Os conflitos levaram a uma cisão do partido, surgindo, em 75, a ANAPO Socialista, sob a direção de Carlos Toledo Parra, hoje em dia também Secretário Geral do M-19. Embora seus dirigentes não afirmem diretamente, o M-19 funciona quase como um braço da ANAPO Socialista. E, conquanto demonstrem grande preocupação em mobilizar os trabalhadores, são ainda muito apegados às táticas guerrilheiras dos anos 60 que, na Colômbia, tiveram seu auge com o Exército de Libertação Nacional, de Camilo Torres, de orientação castrista. Assim, o trabalho de mobilização é feito através da ANAPO Socialista. O M-19, em si, dedica-se às ações

diretas "junto ao povo", algumas delas enumeradas em um panfleto de janeiro de 78: distribuição de alimentos apreendidos de dois caminhões de uma rede de supermercados de Bogotá; tomada de um ônibus que transportava operários, para explicar-lhes os objetivos da organização; etc.

No plano político, o M-19 tem se preocupado em desenvolver um projeto "que não reduza o problema da luta armada ao campo ou à cidade, mas que leve em conta a complexidade da situação econômica e social do país", segundo afirmou um representante à ALAI de 14.12.79. "Alguns críticos e observadores — continua o entrevistado — têm nos chamado de organização tupumara extemporânea, fora de época, atuando no norte do continente. Mas nós achamos que tais críticos não conhecem perfeitamente a realidade colombiana. A Colômbia é um país com larga trajetória de luta armada, no campo e na cidade. As organizações armadas urbanas apareceram no final do século passado... Além do mais, é bem conhecida a história da luta armada no campo, desde a década de 40. De modo que não se trata de fazer uma nova versão dos tupumaros".

Tupumaros extemporâneos ou não, os guerrilheiros do M-19 e de outras organizações parecem não estarem aptos a desempenhar o papel catalizador que uma organização de massas necessita para fazer frente à burguesia e ao imperialismo. Tudo leva a crer que, na atual situação da Colômbia, os trabalhadores precisam de um partido político capaz de lhes dirigir a luta: não de grupos armados encenando ações espetaculosas. Por melhor que seja a intenção dos guerrilheiros, nada substitui a mobilização efetiva dos trabalhadores e camponeses. (ES)

Afeganistão: As questões-chave

Havia, realmente, um começo de guerra civil no Afeganistão?

Trata-se de uma questão fundamental. Aqueles que gostariam de poder adotar uma posição de neutralidade distante, evitar de se pronunciar, têm a tendência a negar este fato ou minimizá-lo: se não havia guerra civil, não há mais a necessidade de perguntar quem devia ser apoiado na confrontação armada!

Ora, não é preciso conceber a guerra civil conforme uma imagem clássica. Ela não tem necessariamente a forma da batalha travada entre forças equivalentes. É preciso partir das características próprias, da extrema pobreza da sociedade afegã, do peso do tribalismo, da arrasadora taxa de analfabetismo, de seus 90% de camponeses enquadrados por duzentos e cinquenta mil molás, de seus 1 a 2% de operários e sem tradições políticas,

A luta de classes não se revestiu nestas condições das suas formas clássicas e límpidas opondo, de um lado o proletariado e seus aliados e, do outro, a burguesia e seus aliados.

Trotsky se interrogava em "A Revolução Permanente" sobre o futuro da revolução neste tipo de países: "isto significa que todo país, mesmo um país colonial atrasado, está maduro para a ditadura do proletariado e para o socialismo? Não, não significa. (...) Nas condições da época imperialista, a revolução democrática nacional só pode ser vitoriosa se as relações sociais ou políticas de um país estão maduras para levar ao poder o proletariado enquanto direção para as massas populares. E se as coisas não chegaram ainda a este ponto? Neste caso, a luta pela libertação nacional só chegará a resultados incompletos dirigidos contra as massas trabalhadoras (...) Um país colonial ou semi-colonial atrasado, cujo proletariado não está suficientemente preparado para agrupar em torno de si o campesinato e para conquistar o poder está por isto mesmo incapacitado para levar a bom termo a revolução democrática".

No Afeganistão, a ordem feudal começava a se abalar. Uma pequena burguesia de funcionários, professores, oficiais ameaçava o torpor desta sociedade. Daud (o ditador até 1978), iniciou a busca de novos apoios do lado do imperialismo e do Irã. Foi derrubado.

Em um país como esse, mesmo uma direção revolucionária autêntica se confrontaria com as piores condições objetivas, mais arrasadoras ainda que na Nicarágua ou no Irã. A direção pequeno-burguesa e de inspiração stalinista do Partido Democrático Popular só poderia agravar as coisas com um programa de meias-medidas. Mais que em outros lugares ainda, era ilusório querer parar em uma etapa democrático-burguesa no programa de reformas.

Suprir a usura e limitar a propriedade fundiária, sem nacionalizar os bancos e o crédito, sem assegurar ao Estado o controle da água e das pastagens, sem instituir o monopólio do comércio exterior, só poderia exasperar os feudais e os grandes proprietários, sem poder em contrapartida ganhar a confiança da massa dos camponeses, incertos quanto ao futuro do longínquo governo de Cabul, sempre sob o controle do cacique ou do molá, frequentemente coagidos a pagar por debaixo do pano dívidas oficialmente abolidas.

Devemos criticar a política suicida do PDPA. Mas esta não pode ser jamais uma razão para adotar uma atitude de Pôncio Pilatos. Os governos de Takari e Amin adotaram certo número de medidas anti-feudais e anti-imperialistas que devemos apoiar apesar dos seus limites: início de reforma agrária, supressão da usura, medidas de emancipação das mulheres, plano de alfabetização. Poderíamos ter ficado neutros quando jovens professores do PDPA eram massacrados nas aldeias por ter pedido que as mulheres assistissem às sessões de alfabetização?

Foi preciso tempo aos bolcheviques para ganhar a guerra civil. E eram os bolcheviques! A Comuna de Paris foi esmagada e contudo era a Comuna do proletariado parisiense, com um século de tradição revolucionária atrás de si!

A política do PDPA cavou sua própria tumba e precipitou o país no caos. Mas havia raízes de classe na guerra civil que começou a se desenvolver. As guerrilhas reacionárias se mobilizaram contra as medidas progressistas do novo regime. Elas receberam o apoio dos feudais, dos grandes traficantes, dos burgueses ligados ao imperialismo. Receberam o apoio do próprio imperialismo, que

A intervenção militar soviética no Afeganistão continua a ser um tema de polêmica entre a esquerda e um trunfo do imperialismo na sua campanha para recuperar as condições políticas para realizar intervenções militares em grande estilo, perdida desde a guerra do Vietnã. Com o objetivo de contribuir para esta discussão aqui tem desorientado e confundido a tanta gente, publicamos que, a primeira parte de um artigo do semanário francês «Rouge», da edição de 7 a 13 de fevereiro passado.



Guerrilheiros muçulmanos contra o regime

realizou desde junho de 1978 um conferência militar do Estado-maior da OTAN sobre a situação criada pela derrubada de Daud e que cortou, desde o início de 1979, toda ajuda econômica e alimentar ao Afeganistão para estrangulá-lo mais.

Portanto, qualquer que seja o nosso juízo sobre a política do PDPA, não ficamos neutros num enfrentamento deste tipo.

Quais são os efeitos da intervenção soviética do ponto de vista da revolução mundial, da elevação do nível de consciência e de organização do proletariado internacional?

Esta é a questão e o critério decisivo para nos orientar face aos acontecimentos mais imprevisíveis da luta de classes. Nós nos colocamos do ponto de vista do conjunto do desenvolvimento internacional da luta de classes e não do ponto de vista de tal ou qual interesse particular.

Assim, diante das medidas de transformação social empreendidas em 1939 pelo Exército Vermelho na Polônia, Trotsky dizia que estas medidas de expropriação dos capitalistas eram por si mesmas progressistas, mas que as condições nas quais elas tinham sido tomadas "constituíam uma injúria aos sentimentos democráticos mais elementares das classes e povos oprimidos, da terra inteira, e que, por isso mesmo, enfraqueciam consideravelmente a situação internacional da URSS". Ele acusava a burocracia de sacrificar desta maneira

"os interesses essenciais do movimento internacional em proveito de vantagens secundárias e instáveis".

E é portanto, esse, o problema decisivo. A intervenção necessariamente tem efeitos contraditórios. A burocracia intervém por seus próprios motivos e interesses. Isto não impede que ela continue sendo a burocracia de um Estado operário, e que ela seja percebida como tal. A brutalidade da intervenção soviética em Cabul constitui, à sua maneira, e quaisquer que sejam as intenções dos burocratas, uma prova suplementar do enfraquecimento do imperialismo e um novo desacato a ele.

Aos olhos de numerosos povos oprimidos, aparecerá que o imperialismo só pôde reagir a este golpe de mão por medidas de represália limitadas, pelo desencadeamento de uma campanha de opinião e sem nenhuma réplica militar imediata.

É preciso ter em conta isto e o sentimento espalhado na população americana desde o trauma da guerra do Vietnã de "que não se pode ganhar militarmente", se não se quer ter uma visão excessivamente unilateral e européia das consequências da intervenção soviética.

Mas isto não significa que os dois lados da balança sejam iguais; os efeitos negativos da intervenção são muito maiores. Ela desvia uma parte da energia das massas iranianas, até então concentradas contra o imperialismo americano, favorece sua permanência sob o domínio dos dirigentes islâmicos e constitui um obstáculo suplementar em relação à tarefa central do momento que é a organização de um movimento operário independente no Irã.

Ela desorienta o movimento operário europeu, por certo sob a pressão extraordinária da campanha imperialista, mas também em razão de um

profundo sentimento anti-stalinista em um continente que conheceu às intervenções contrarrevolucionárias da burocracia do Kremlin na Polônia, na Hungria, na Tchecoslováquia.

Ela fornece um pretexto de ouro para a campanha desencadeada pelo imperialismo que procura por todos os meios (agitação sobre a presença de uma brigada soviética em Cuba, sobre o caso dos refens de Teerã) justificar a corrida armamentista e tentar reverter a corrente de opinião anti-intervencionista viva nos EUA desde a guerra do Vietnã. O eco na opinião americana não é nulo se considerarmos a recuperação da popularidade de Carter e seus resultados face a Ted Kennedy nas eleições primárias americanas.

Ela pode, enfim, favorecer as manobras do imperialismo face aos países árabes (conferência de Islamabad, na qual participou a OLP, e que pediu a retirada das tropas soviéticas) e pôr numa situação difícil a posição de Cuba no movimento dos não alinhados.

Em resumo, a conta é alta. É o preço de uma radicalização dos métodos típica das contradições da burocracia. É a maior razão para nós para não darmos nenhum apoio político a esta intervenção e para combatermos com maior intensidade ainda a política burocrática da qual ela faz parte.

Se a URSS não interveio para defender a revolução afegã, se, os efeitos de sua intervenção, do ponto de vista da revolução mundial, são negativos, basta então simplesmente condenar esta intervenção?

Há duas maneiras, diametralmente opostas, de julgar a intervenção soviética, a partir de dois pontos de vista de classe antagônicos. Há aqueles que a julgam do ponto de vista dos interesses da burguesia e nós, que a julgamos do ponto de vista dos interesses do proletariado mundial.

Os primeiros condenam a intervenção enquanto ato militar, em nome do princípio da não-ingrência, do qual a burguesia se serve quando lhe é conveniente. Apesar disso, o imperialismo não deixa de intervir direta ou indiretamente, em todos os lugares nos quais ele considera que os seus interesses estão ameaçados. Em São Domingos e no Vietnã ontem, no Chade ou na África Central hoje, e por que não amanhã em El Salvador, ou na Tunísia?... Sem falar da ação cotidiana da CIA e dos serviços secretos, das manobras das multinacionais como no Chile...

A luta de classes é mundial. A burguesia tem perfeita consciência disso. Nós apoiamos a ajuda material e humana às revoluções que se encontram em uma situação difícil. Criticamos a China e a URSS porque elas não ajudaram de modo necessário o Vietnã durante os anos sessenta. Defendemos a intervenção dos cubanos em Angola diante das tropas sul-africanas.

Colocando-se no terreno da não-ingrência, pessoas como Maire (secretário da CFDT francesa, central sindical de tendência socialista) ou Ellensstein (membro do PC Francês, eurocomunista) se colocaram integralmente no terreno da burguesia.

O que nós condenamos, é a intervenção enquanto elo de uma política contra-revolucionária da burocracia do Kremlin. Muitas pessoas, que se indignam frequentemente diante da intervenção no Afeganistão, se acomodam, em geral, a esta política, e silenciam sobre as suas raízes. Nós condenamos e combatemos toda a política contra-revolucionária da burocracia da qual a intervenção em Cabul é apenas o produto e o acabamento. Nós a combatemos em nome do internacionalismo e da extensão da revolução mundial. Eis a grande diferença.

É por isso que devemos ser precisos sobre este ponto, nunca nos contentarmos em apenas condenar a intervenção, nunca misturarmos nossa voz à dos que a condenam por razões opostas às nossas. Isto semearia uma confusão maior ainda entre os trabalhadores.

Continua na próxima edição

Zapata

Catálogo 1980

- ANTONIO GRANSCI**
Concepção dialética da História 190,00
- ANTONIO CARLOS FON**
Tortura 80,00
- AUGUSTO BOAL**
Teatro do Oprimido 160,00
- CARLOS MARIGHELLA**
Escritos 120,00
- EDUARDO GALEANO**
Veias abertas da América Latina 270,00
- ELENA G. BELOTTI**
Educar para a submissão ... 150,00
- ERNESTO GUEVARA**
Diário 200,00
- ERNESTO CARDENAL**
Vida no amor 160,00
- ERNEST MANDEL**
Formação do pensamento econômico de Marx 210,00
- FERNANDO GABEIRA**
O que é isso, companheiro? ... 200,00
- FERNANDO POTELA**
Guerra de guerrilhas no Brasil 250,00
- FIDEL CASTRO**
A história me absolverá 135,00
- FLORESTAN FERNANDES**
Da Guerrilha ao Socialismo: a revolução cubana 250,00
- G. PLEKHANOV**
Os princípios fundamentais do Marxismo 180,00
- JAIME SAUTCHUK**
Projeto Jari — a invasão americana 120,00
- J. STALIN**
Questões Políticas 160,00
- JOHN REED**
10 dias que abalaram o mundo 160,00
- JORGE SEMPRÚN**
Autobiografia de Frederico Sánchez 295,00
- JULIO JOSÉ CHIAVENATTO**
Genocídio americano: a guerra do Paraguai 195,00
- L. TROTSKY**
A revolução desfigurada ... 130,00
Programa de transição 140,00
- MAO TSE-TUNG**
Sobre a contradição 165,00
- MARX-ENGELS**
Manifesto do Partido Comunista 160,00
Sobre a mulher 160,00
- PABLO NERUDA**
Para nascer nasci 250,00
- PAULO FREIRE**
Pedagogia do oprimido 220,00
- RÉGIS DEBRAY**
Revolução na revolução 120,00
- RICARDO MARANHÃO**
Sindicatos e democratização 110,00
- THIAGO DE MELLO**
Canção do amor armado ... 90,00
- V. I. LÊNIN**
Que fazer? 250,00
As três fontes 80,00
A falência da II internacional 110,00

Nosso endereço em São Paulo:
Rua Dr. Cesário Mota Jr., 285
Tel.: 222-2861 — CEP: 01221
Rua Dr. Homem de Melo, 446
Tel.: 864-0077 — CEP: 05007
Faça hoje mesmo seu pedido pelo Reembolso Postal citando o EM TEMPO

A opressão da mulher em debate

As editoras do EM TEMPO: Na cobertura da preparação do II Congresso da Mulher Paulista, (ET, 101) Maria Tezera e Olga Nascimento assinam um artigo que se refere à «briga pelo poder» no momento da entrevista coletiva à imprensa, afirmando que os motivos desta briga se situam na definição do Congresso enquanto feminino ou feminista. «Se feminista sua preocupação maior é a discussão dos problemas específicos da mulher, não importando sua classe nem sua área de atuação».

Esta afirmação deixa implícito um campo de posições do feminismo que reitera a opressão da mulher como universal, sem entender que a situação da mulher não é a-histórica e supra-classes sociais, sem entender que a opressão da mulher é fruto de uma desigualdade específica no interior das classes sociais, produto da divisão social do trabalho.

Se aceitamos esta definição como ponto de partida para a compreensão da questão da mulher, não estaremos negando que inclusive a mulher da burguesia sofre discriminações, mas entenderemos que a qualidade destas discriminações é diferenciada nas classes e frações de classes sociais.

O II Congresso, ao estabelecer seu compromisso com as mulheres exploradas, reconhece

que é impossível falar da mulher como um todo homogêneo, obrigando-nos a nós, feministas, a adotar um ponto de vista de classe claro. E nós sabemos que desde hoje as principais reivindicações das mulheres trabalhadoras e do povo (fim da dupla jornada, creche, estabilidade no emprego, etc) não são partilhadas pelas mulheres das classes dominantes e nem o poderiam ser, pois estas reivindicações atingem algumas das bases da exploração sobre as quais reinam homens e mulheres da burguesia.

O artigo faz também uma divisão entre feminino e feminista, sem perceber que a base material do feminismo — pelo menos do feminismo revolucionário — é exatamente a participação das mulheres nas lutas reivindicativas de qualquer espécie. Como elevar a consciência das mulheres do povo para que elas abracem as bandeiras de sua libertação, se as grandes massas de mulheres estivessem em casa, passivas diante da exploração? A tarefa das feministas hoje é chamar aquelas mulheres que despertam para as lutas imediatas, para a política, a atuarem politicamente também sobre seus próprios problemas. Repartir o movimento de mulheres em feminista (avançado) e feminino (atrasado) é ter a pretensão de achar que as lutas pela libertação da mulher serão levadas

adiante pelos pequenos grupos de vanguarda feminista, isoladas das mulheres do povo.

Além do mais não foi o feminino x feminista o motivo pelo qual as entidades brigaram pela imagem de TV, assim como continuariam brigando no Congresso e depois dele. O que se verificou ali foi uma disputa de concepções e métodos políticos de diversas correntes de opinião, presentes nas lutas das mulheres, como em todos os outros setores sociais. No Congresso, quando uma metalúrgica se apresentou para falar, ninguém quis impedi-la da usar a palavra porque ela defendesse uma perspectiva feminista ou feminina, mas por ser pelega.

Espero que todos os problemas surgidos durante a realização do Congresso tenham contribuído para esclarecer alguns dos aspectos que permeiam o movimento de mulheres hoje. A nós, feministas, não cabe adotar uma postura de querer proteger as mulheres das questões políticas centrais. Se assim o fizermos estaremos, sob a capa do feminismo radical, reproduzindo o feminismo mais atrasado, ou seja, estaremos pregando que as mulheres se defrontem apenas com os problemas que lhes dizem respeito, deixando para os outros — os homens, provavelmente — as questões políticas. Um grande abraço

Ethel Leon

Leitora de Volta Redonda denuncia PM

Ao Jornal «EM TEMPO»: Na 4ª feira, dia 5 de março, pela madrugada, num bar na Ponte Alta, bairro de Volta-Redonda—RJ, repetiu-se o abuso de poder pela PM.

Foi quando 2 operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) haviam terminado de tomar sua cervejinha, único lazer que a cidade oferece e tiveram problemas com a conta. O capitão Adilson, chefe da PM, estava à paisana, e entrou na discussão. Quando os dois operários deixaram o bar, numa Brasília, o capitão disparou 9 tiros furando o pneu do carro. Os operários fugiram a pé. Ele voltou ao bar e obrigou outros operários a darem o endereço dos que saíram perseguidos.

Por volta de 5:30h da manhã, foram presos e algemados, no hall do edifício onde reside um deles, pelo próprio capitão mais um outro PM (ambos à paisana) que chegaram num corcel azul sem placa.

Ai começou o drama dos operários: Adão Rosa — 56 anos — casado — 30 anos de CSN e, Alfredo Henrique Batista — 34 anos — solteiro — 11 anos de CSN.

Sairam do edifício e foram levados para o Batalhão sediado na Vila Americana, bairro na periferia da cidade. Lá, o capitão Adilson pediu um coturno novo para melhor pisotear os 2 operários.

Foram levados para uma sala de torturas, amarrados com cordas de nylon. A tortura foi somente: abrir a boca com o gancho do mar-

telo, enfiar o cacete pela boca até atingir o esôfago, pisadas pelas costas, cabeça, peito e, toda a sorte de pancadas com o cacete.

Quando viram que não aguentariam mais, os dois foram levados para a Delegacia, por volta de 9:25 hs. da manhã, mas o delegado se recusou a recebê-los naquele estado, chamando logo advogado que solicitou a presença de autoridade competente. A autoridade mandou que os PM se encarregassem de levá-los ao hospital com urgência. No trajeto ainda foram vítimas de agressões.

O tal capitão Adilson ainda tenta tirar o corpo fora, dizendo que os operários foram torturados na Delegacia de Polícia. Mais tarde, pediu, pelo telefone, um atestado de que também estava ferido, ao médico, Dr. Figueiredo que se recusou e está revoltadíssimo com a questão.

O estado de Adão, 56 anos, é grave. Perdeu o baço, perfurou o fígado e está com problemas nos rins e hematomas por todo o corpo.

Alfredo, o mais novo, foi atingido na coluna vertebral, está com laringe e esôfago inflamados, sem poder falar, devido a introdução várias vezes do cacete e marcas do coturno pelo corpo todo.

E o capitão Adilson continua tranquilo da vida, todas as noites bebendo cachaça pelos bares da cidade.

Até quando a população de V. Redonda vai ser «protegida» por este perigoso bandido?

Ana Maria Dias

ENCONTRO NACIONAL CONTRA A CARESTIA — SALVADOR—BAHIA

Dias 22 e 23 de março

TEMÁRIO: — discussão da data de entrega de abaixo assinado, feito em todo o Brasil protestando contra a alta dos preços.

— próximos passos do movimento
— proposta de uma campanha nacional contra a carestia feita pelo Movimento Contra a Carestia de São Paulo.

A Comissão Estadual Contra a Carestia e o Trabalho Conjunto de Salvador, entidades que coordenam o evento, podem que todas as pessoas que cheguem o Encontro se dirijam para a Ladeira da Praça, sem número Edifícios dos Arquitetos, Centro. Lá serão resolvidos problemas de hospedagem, inscrições e outros.



EM TEMPO:

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Eder Sader (presidente), Aloisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade, F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robison Ayres, Sérgio Alli, Tom Duarte. — Suplentes: Luci Ayala, Marisa Araujo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes.

DIRETORIA: Flávio Andrade, (presidente), Carlos Tibúrcio, José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robison Ayres.

EDITOR CHEFE: Flávio Andrade.

DIRETOR RESPONSÁVEL: Robison Ayres.

Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros — São Paulo — CEP: 05414

ARTE: Paulo Roberto Borges, Sergio Papi.

SUCURSAIS: BELO HORIZONTE: Av. Cristovão Colombo, 550 — Tel: 224-0127 • **PORTO ALEGRE:** — Av. Osvaldo Aranha, 1407, loja 20 • **RIO DE JANEIRO:** — Praia do Botafogo, 316, sala 209 • **SALVADOR:** — Av. Joana Angélica, 8, sala 44 • **FORTALEZA:** — Rua Castro e Silva, 1169 — Tel.: 226-8004.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Av. Cristovão Colombo, 550, Tel.: 224-0127 — Belo Horizonte — Minas Gerais.

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Empresa Jornalística AFA Ltda. — Av. Liberdade, 704 — São Paulo — Tel.: 278-9010.

CBA's intensificam campanha: Flávia pode ser solta nos próximos dias

A convocação do embaixador do Brasil do Uruguai, Antonio Corrêa do Lago, foi interpretado como um importante lance no jogo de pressões e contra-pressões entre o governo brasileiro e o uruguaio, no caso de Flávia Schilling. Para muitos parlamentares esta teria sido uma forma de pressão mais direta ao governo uruguaio, em decorrência de extrema dependência em que este país se encontra em relação ao Brasil.

Esta foi inclusive a razão principal que teria feito com que o residente do Supremo Tribunal Militar do Uruguai, coronel Frederico Silva Ledesma, voltasse atrás em suas declarações sobre a impossibilidade de libertação da Flávia, declarando existir um projeto de indulto que o governo uruguaio estaria disposto a conceder aos presos políticos que tenham cumprido 3/4 de sua sentença (neste caso Flávia poderia ser solta em 23 de maio próximo, quando cumpriria os 3/4 regulamentares de sua pena).

O projeto foi encaminhado ao Conselho de Estado (organismo que funciona no lugar do parlamento no Uruguai) em regime de urgência e examinado pela Comissão de Defesa Nacional em sua reunião de terça-feira passada. Agora, foi para a plenária de 25 membros do Conselho de Estado, na sua sessão normal da próxima terça-feira, 25 de março. A menos que ocorra

alguma reviravolta muito grande o projeto será aprovado, sendo imediatamente sancionado, colocando Flávia em liberdade em seguida.

Nestes últimos dias o governo brasileiro intensificou suas gestões diplomáticas pela liberdade de Flávia, usando inclusive um velho chavão muito utilizado na época da anistia parcial de Figueiredo: "Lugar de brasileiro é no Brasil". Segundo analistas políticos a pressão do governo brasileiro pela libertação de Flávia faz parte do processo da abertura. Mas, fica cada vez mais claro que, de um lado o governo brasileiro não está disposto a ver reativados os vários núcleos dos CBA's espalhados pelo país, temendo com isto o revivimento da luta pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita e da punição aos torturadores. Por outro lado, à medida que toma corpo a campanha nacional pela libertação de Flávia, mais coagido se sente o governo, em tomar uma posição.

Neste sentido foi acertada e importante a decisão tomada no último Encontro das Entidades de Anistia (ver EM TEMPO nº 101) intensificando a luta pela libertação de Flávia através de concentrações, atos públicos, cartazes, selos, etc. O desfecho final da campanha será uma concentração de todas as entidades em Brasília, em data ainda a ser definida.

(Mais Flávia na pág. 5)

ELA É BRASILEIRA.

ESTÁ PRESA NOS CÁRCERES URUGUAIOS DESDE 1972.

O GOVERNO
BRASILEIRO E
CADA UM
DE NÓS
É RESPONSÁVEL.



Este anúncio será publicado por este jornal até o dia da libertação de Flávia

LIBERDADE PARA FLÁVIA

C.B.A

estudantes

Bodes expiatórios da "abertura"

O incidente ocorrido com o presidente Figueiredo em Florianópolis, dia 30 de novembro de 1979, quando a população aproveitando sua visita organizou manifestação de protesto contra a alta do custo de vida, que acabou em agressões físicas e verbais dos dois lados, vem novamente à tona. É que os estudantes, responsabilizados pelo acontecido — bodes expiatórios da política de abertura versão 79/80 — incursos na Lei de Segurança Nacional, podem ser condenados a alguns anos de prisão.

A maneira fácil de identificar os cabeças entre a população revoltada foi acusar os membros do DCE da Universidade Federal de Santa Catarina e no dia 29 de fevereiro deste ano um promotor ofereceu denúncia contra sete estudantes, entre eles o presidente da entidade. A partir disto, o Juiz Auditor tem 15 dias, prorrogáveis por mais 15 para aceitar ou não a denúncia.

Caso esta seja aceita os estudantes enquadrados no artigo 33 da LSN receberão pena de prisão de 1 a 4 anos e provando-se que o "crime" cometido foi praticado por "motivo de faccionismo ou inconformismo político-social" esta poderá se elevar a 5 anos.

Enquanto as manifestações contra mais esta arbitrariedade crescem por todo o país, outros fatos trágicos envolvendo estudantes ganham as páginas dos jornais. Depois do assassinato mais que bárbaro de Carlos Alberto de Souza, calouro da Universidade de Mogi das Cruzes, morto durante os trotes, vítima da violência institucionalizada que tomou conta do país a 16 anos, outro estudante é assassinado, desta vez em Belém do Pará.

Em plena aula de Estudos de Problemas Brasileiros na Faculdade de Química Industrial da Universidade Federal do Pará, César Moraes Leite de 19 anos, teve morte quase instantânea depois de atingido por uma bala, quando a bolsa de um colega — Dalvo de Castro Júnior caiu e disparou a arma que estava dentro dela.

Soube-se depois, que Dalvo que assiste as aulas normalmente armado é agente da Polícia Federal de Belém e frequenta a Universidade há 8 anos, quando com mais de 7 anos qualquer aluno é julgado. Frente a isso, há a suspeita de que Dalvo seja membro da Assessoria de Segurança da Universidade. Portanto um repressor e agora assassino devidamente autorizado pelas autoridades universitárias.

anistia

Professor torturador expulso da universidade

O médico, professor de anatomia do Instituto de Ciências Biológicas — ICB — da Universidade Federal de Minas Gerais foi expulso do ICB de acordo com a decisão da Câmara Departamental (órgão que decide sobre a contratação de professores do departamento de morfologia). Esta decisão foi tomada a partir de uma reunião extraordinária daquele órgão convocada especificamente para examinar um abaixo assinado encaminhado pelos alunos daquele departamento, no qual acusam o professor Joan Paul Nicola S. Kinseh de ter sido médico assistente de torturas do DOPS mineiro. A conclusão da Câmara Departamental foi encaminhada ao Diretor do ICB, que por sua vez encaminhou a questão ao Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

A campanha contra o professor-torturador em abril de 1979 quando chegou à universidade a acusação do CBA e vários torturados de que o professor Jean Paul era médico assistente de torturas do DOPS em Minas Gerais. Já em junho deste ano a turma do 1º ano de psicologia se recusou a assistir aulas com o professor. No semestre seguinte o Conselho Regional de Medicina — CRM — abriu um inquérito para

averiguar as acusações de tortura e ouvir o testemunho das pessoas torturadas pelo médico. Entretanto, por motivos de pressões internas e externas ao CRM, o inquérito ficou paralizado, sem resultado definitivo.

No reinício das aulas deste ano todas as turmas do professor Jean Paul iniciaram a campanha de boicote às suas aulas e logo no dia 4 de março uma assembléia geral dos alunos do ICB, depois de ouvir o CBA, o sindicato dos médicos e pessoas torturadas pelo professor, decidiu a expulsão do médico dos quadros da universidade, encaminhando um abaixo-assinado.

Entretanto, a saída do professor da UFMG ainda não está conquistada pois a decisão final tem que passar pelas mãos do reitor. Para garantir a vitória, uma comissão de alunos do ICB e do DCE da UFMG encaminhará um abaixo-assinado a todos os alunos da escola, na tentativa de pressionar o reitor da UFMG e assinar a expulsão do torturador.

O significado da saída do professor Jean Paul ultrapassa os muros da universidade e se coloca no contexto de uma luta mais geral de resposta à anistia parcial do governo e seus estrategistas.